



CLIPPING CAPITAL

2/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 101



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 103 • São Paulo, sexta-feira, 2 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Roberto Engler** (PSDB). **PÁG. 2**

Seminário discute fortalecimento e independência dos Conselhos Tutelares

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

Representantes de 54 municípios paulistas, juristas e deputados acompanharam um seminário para discutir a independência e a valorização dos conselhos tutelares. O evento aconteceu nesta quarta-feira (1/6), no auditório Franco Montoro. Durante o evento, foi discutida a necessidade de ampliar o Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria Pública, principalmente no interior, que, segundo os presentes, tem mais carência do serviço.

Wenderson Gasparatto, gestor de projetos do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (Condepe), destacou dois pontos sobre a situação do órgão. "O primeiro em relação à autonomia: o Conselho

é atuante, mas não há condições financeiras para exercer suas funções. O segundo ponto é sobre os direitos violados dos servidores públicos. É preciso reconquistá-los, mas com a nova legislação das reformas Trabalhista e da Previdência deve piorar", disse.

Marcelo Nascimento, consultor em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, elogiou o trabalho dos conselheiros tutelares que dedicam suas vidas para proteger outras. E criticou o desvio de função de alguns funcionários. "São 27 anos de ECA, mas vejo um retrocesso nessa questão. A categoria vive em condições precárias e sem reconhecimento. Muitas pessoas não sabem da essência do papel do Conselho, que é zelar e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes", disse.



Márcio Elias Rosa e Beth Sahão

Peter Gabriel Monilari Sweikert, coordenador do Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, falou da importância de superar a burocracia

e fazer atendimentos em rede.

Para o deputado Alencar Santana (PT), o Conselho é um órgão fundamental e que precisa ser reconhecido. A deputada Leci

Brandão (PCdoB) parabenizou o trabalho dos conselheiros, que não veem etnia, raça, religião e sim crianças.

Segundo a deputada Beth Sahão (PT), é preciso aprimorar o trabalho desses funcionários. "O Conselho precisa ter um orçamento próprio e ser independente de outros poderes para poder se fortalecer", disse.

A 3ª edição do Seminário de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares reuniu o secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa, a procuradora do Ministério Público, Elisiani dos Santos, o presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca), Vitor Benez Pegler e o advogado Ariel de Castro.

Situação do lamspe é abordada em Audiência

MATEUS LIMA - FOTO: ROBERTO NAVARRO

A Frente Parlamentar em Defesa do lamspe, coordenada pelo deputado Marcos Martins (PT), divulgou nesta quinta-feira (1/6) um relatório com a situação atual do Instituto de

Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (lamspe).

O documento aponta falta de servidores especializados para trabalhar nos hospitais, lotação de pacientes nos ambientes e demora no agendamento de consultas. A Comissão Consultiva Mista (CCM) do

lamspe, responsável pela elaboração do relatório, sugeriu a ampliação dos recursos destinados ao Instituto para garantir um atendimento médico com mais qualidade.

Para Marcos Martins, o relatório é um quadro dramático do atendimento em toda região

paulista. Ele pretende divulgar o material para todos os parlamentares que apoiam a Frente e a Comissão de Saúde. "O governo do Estado precisa retornar parte dos recursos que a população tem direito", disse.

A servidora pública Rosemara Ramone veio da região de Taubaté para participar da audiência pública e reconhece o trabalho dos parlamentares. Ela afirma, entretanto, que sempre estão presentes os mesmos deputados. "Vou cobrar daqueles que disseram nos apoiar", disse.

Paulo Roberto também é funcionário do Estado e viajou cerca de oito horas para o evento com o objetivo de cobrar melhorias no

tratamento do servidor. "Além de um melhor socorro aos pacientes, é preciso pensar na saúde do trabalhador dos hospitais", falou.

A deputada Ana do Carmo (PT) defendeu o debate e a participação da população para ajudar nas reivindicações do lamspe. "Não existe respeito com o cidadão que utiliza a saúde pública. Deve-se investir na prevenção", disse.

Também presente na audiência, o deputado Carlos Giannazi (PSOL) disse que este é um momento oportuno na Assembleia para discutir o assunto. "Destaco a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Temos que pressionar e cobrar mais investimentos no lamspe", disse.



Regina Bueno, Marcos Martins, Guilherme Nascimento e Idenilde Conceição



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Roberto Engler

BEATRIZ CORREIA - FOTO: VERA MASSARO

Em 1982, política era um assunto distante do professor Roberto Engler. Convencido por amigos, ele acabou candidatando-se a vereador da cidade de Franca. “À época não sabia fazer campanha e nem o que fazia um vereador”, disse. Foi eleito, sendo o quinto mais votado. Professor há 58 anos, ele explica nesta edição do mandato em pauta como busca propor mudanças no Estado por meio da educação e também relata a sua trajetória política.

Na sua primeira disputa para a prefeitura da cidade de Franca, o deputado Roberto Engler (PSDB) perdeu a eleição, mas conta que saiu vitorioso. “Eu comecei com 2% de aprovação e o candidato preferido com 70%. No final o resultado ficou 36% a 34%. Perdi 10 quilos, gastei dois pares de sapato andando de casa em casa para fazer a campanha. Vi todas as misérias possíveis da minha cidade”, disse. Engler declara ainda que foi na disputa pelo executivo que se enxergou político: “Foi maravilhoso, ali eu descobri o verdadeiro sentido da política. Como vereador eu não sabia”.

A entrada no Legislativo Estadual deu-se a partir de uma demanda da comunidade. “As pessoas na rua começaram a me chamar de deputado. Disseram que com a quantidade de votos que eu tinha recebido para a prefeitura deveria me candidatar a deputado estadual”, lembrou. Há mais de 27 anos Roberto Engler é deputado estadual.

Política

“Eu sou um instrumento a serviço das pessoas”, declara o deputado, que cita ainda uma frase do Papa Francisco: “a política é uma arte notável porque é através dela que conseguimos fazer o bem para o próximo”. Engler afirma que enquanto estiver funcionando e trazendo notícias boas para as comunidades que representa vai continuar atuando.

Sobre a conjuntura política do país, o deputado comenta: “Sou uma pessoa muito positiva. Acho que para sarar um furúnculo, é preciso que saia todo o pus. Tem que espremer para sair toda a porcaria. Hoje o que

assistimos é a saída de todas as porcarias. Pode ter certeza que o país vai ser muito melhor do que é hoje. O que nós estamos vendo atualmente já acontecia, mas por trás das cortinas. As pessoas mudaram? Não, as cortinas que se abriam”.

Para o deputado, as pessoas não passarão a ser honestas, mas terão medo de cometer crimes de corrupção. “Quem pratica a corrupção está indo para Curitiba e isso vai fazer com que as pessoas se inibam antes de se corromperem”, disse. Engler defende ainda que o problema político atual tem raízes culturais e que a corrupção não está só na política, apesar de ser um “campo mais fértil”.

Educação

Roberto Engler começou a lecionar aos 16 anos de idade para os colegas de classe. Ele tinha facilidade com as disciplinas e se destacava na área de exatas. É doutor em matemática pela Universidade de São Paulo. Tornou-se professor da USP e da Unesp e afirma que o seu mandato tem propostas pautadas na área educacional. “Sugeri projetos de lei que instituíssem campanhas educacionais para temas com influência direta na vida das pessoas. Como exemplos cito o Maio Amarelo, o Novembro Azul e o Dezembro Vermelho”, informa.

O Maio Amarelo tem como objetivo chamar a atenção e conscientizar as pessoas para o alto índice de mortos e feridos no trânsito em todo o mundo. A ideia é uma ação pública que acontece entre o poder público e a sociedade civil. “Por ano, morrem 1 milhão de pessoas no mundo vítimas de acidente de trânsito, e no Brasil são 44 mil mortes. O trânsito no nosso país mata mais que o câncer e os homicídios. “Nós somos um dos primeiros países no ranking mundial de mortes por cem mil habitantes. Temos que mudar”.

O deputado foi autor do projeto de lei que oficializa o Maio Amarelo no Estado de São Paulo. É dele a iniciativa que leva a campanha para as escolas públicas estaduais. “Fiz isso para que os jovens tenham um contato mais constante com os números assustadores de mortes. É preciso que cresçam mais conscientes do que gerações anteriores”.



Segundo dados da Polícia Militar, o número de acidentes de trânsito com vítimas nas Marginais Pinheiros e Tietê aumentou 56% no primeiro trimestre de 2017. Os dados são em comparação com o mesmo período do ano passado. Os limites de velocidade das vias foram alterados em 25 de janeiro com a gestão do prefeito João Dória cumprindo uma de suas promessas de campanha. “Sempre que você avalia uma medida deve-se observar o resultado dela. Se aumentaram as mortes, a medida não foi boa. Se as consequências da decisão foram ruins, a medida é ruim”, diz.

A campanha do Novembro Azul é a prevenção sobre o câncer de próstata. “Hoje a doença é absolutamente tratável se diagnosticada precocemente, mas a maioria dos homens tem medo do exame. Parece que ser examinado é pior do que o câncer em si”, explica Engler. O deputado tem um projeto de lei que institucionaliza o Novembro Azul como responsabilidade do Estado.

O Dezembro Vermelho objetiva conscientizar as pessoas sobre o vírus da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). O deputado fala sobre o preconceito existente com quem tem a doença: “A AIDS ainda carrega um enorme tabu. As pessoas têm que ser acolhidas e não discriminadas”, diz.

Futuro

“Eu sou um martelo na prateleira. Se eu perceber que ninguém mais pega o martelo para usar, eu tenho que cair fora. Eu não prestaria para aquilo que é o meu objetivo. Mas se eu perceber que as cidades que compõem a minha região estão satisfeitas com o resultado, qual o direito que eu tenho de sair? Se eu sair, estou ignorando as pessoas, portanto, sendo egoísta”. O deputado disse que por enquanto, diante dos resultados obtidos, não tem o direito de sair da política.

O ESTADO DE S. PAULO



Sexta-feira 2 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45153

EDIÇÃO DE 0H30

estadão.com.br

PIB volta a crescer, mas crise política ameaça retomada

Governo comemorou resultado positivo de 1% no primeiro trimestre; analistas, porém, pedem cautela

↑

● Agropecuária
13,4%
foi o salto no PIB da agropecuária, puxado pela supersafra de soja, milho e arroz

↑

● Indústria extrativa e mineral
9,7%
foi o quanto cresceu o segmento, com impulso dos pregos do minério e do petróleo

↓

● Taxa de investimento
1,6%
foi a queda no trimestre, com a taxa, em relação ao PIB, no menor nível desde 2006

↓

● Consumo das famílias
0,1%
foi o corte nos gastos das famílias, resultado da deterioração do emprego

CELIO MESSIAS/ESTADÃO

Positivo.
Caminhão em usina no interior de SP; setor agro puxou a recuperação

Depois de oito quedas consecutivas, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1% no primeiro trimestre do ano, em relação ao quarto trimestre de 2016, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. Em comparação com o primeiro trimestre de 2016, porém, o resultado ainda é negativo. O setor agropecuário, alavancado pela supersafra de grãos, foi o grande responsável pelo desempenho positivo. Na outra ponta, a taxa de investimento, real indicador de expansão e

Celso Ming
PIB reage, mas não passa firmeza. Se o consumo está fraco, a criação de renda também está fraca. O crescimento é desigual, é saúde das pernas e não dos pulmões e do resto. PÁG. B2

geração de emprego, registrou queda de 1,6% na comparação com o trimestre anterior. O resultado geral foi comemorado pelo governo, que tenta usar

os números para reverter a atual crise política. O presidente Michel Temer foi às redes sociais para anunciar o "fim da recessão". O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi mais comedido. Reconheceu que, a curto prazo, a economia pode ainda mostrar números ruins. "Há expectativa de acomodação", afirmou. Analistas preferiram manter a prudência e esperar pelos próximos resultados e pelos desdobramentos da crise em Brasília antes de comemorar. ECONOMIA / PÁGS. B1 e B4

NOTAS & INFORMAÇÕES

A recuperação ameaçada

Três anos de populismo devastaram a economia. Mas nem todos aprenderam com os fatos e o risco de retorno à orgia de incompetência, mentira e corrupção está longe de ser desprezível. PÁG. A3

Trump tira EUA do Acordo do Clima e quer renegociar termos

Em um discurso populista e nacionalista, Donald Trump anunciou ontem a saída dos EUA do Acordo do Clima. Ele, porém, afirmou que está disposto a renegociar a entrada no pacto, desde que seja de forma justa e proteja os interesses americanos.

Com o anúncio, os EUA se juntam a Nicarágua e à Síria como os únicos países que não aderiram ao esforço global para conter as mudanças climáticas. O ex-presidente Barack Obama e o governo brasileiro criticaram a decisão. INTERNACIONAL / PÁGS. A10 e A12

Eliane Cantanhêde
Palocci e Mantega inovaram: operavam para Lula, Dilma e o PT dentro da Fazenda. POLÍTICA / PÁG. A6

Fernando Gabeira
Boa parte dos políticos está próxima de um diagnóstico de internação compulsória. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

Brasil envia última tropa para o Haiti
INTERNACIONAL / PÁG. A13

CNJ investiga juízes por mandados para PMs
METRÓPOLE / PÁG. A15



Polícia do Rio apreende carga com 60 fuzis

Um carregamento de 60 fuzis foi apreendido pela polícia ontem no Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional do Rio. As armas, flagradas pelo aparelho de raios X, estavam escondidas entre aquecedores de piscina em contêineres que chegavam de Miami. METRÓPOLE / PÁG. A14

Suíça denuncia contas usadas pela JBS para Lula e Dilma

Antes mesmo da delação de Joesley Batista à Lava Jato, o banco suíço Julius Baer denunciou ao governo da Suíça a existência das contas que o empresário da JBS disse ter usado para movimentar recursos ilícitos das campanhas do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff. O volume de dinheiro e os padrões de transferências levantaram a suspeita de crimes financeiros e as contas foram fechadas. O dinheiro foi transferido para Nova York, informa Jamil Chade. A Suíça enviará as informações ao Brasil. POLÍTICA / PÁG. A4

Maia busca apoios para uma eventual eleição indireta

O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara e primeiro na linha sucessória do Planalto, busca apoios para disputar uma eventual eleição indireta, caso o presidente Michel Temer deixe a Presidência da República. Em público, Maia tem negado, mas se aproximou da oposição e teria, segundo petistas, tentado diálogo com o ex-presidente Lula. Por outro lado, líderes do PCdoB, PDT, PSB e Solidariedade articulam a indicação do ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo (PCdoB), para vice de Maia. PÁG. A6

Janot pede a prisão de Rocha Loures

● O procurador-geral Rodrigo Janot pediu ao ministro Edson Fachin (STF) que reveja decisão e autorize a prisão do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures. Para Janot, depois de Loures sair da Câmara e perder foro, não há mais motivo para que a medida deixe de ser executada. PÁG. A8

Justiça bloqueia R\$ 800 mi da JBS

● A Justiça Federal ordenou o bloqueio de R\$ 800 milhões da JBS, sob a justificativa de que, sabendo antecipadamente do conteúdo das delações do grupo e prevenido forte impacto no dólar e na Bolsa, acionistas teriam lucrado com operações no mercado de câmbio. ECONOMIA / PÁG. B8

NOTAS & INFORMAÇÕES

O conforto da fantasia
É difícil encontrar o que não seja ficção no plano de petistas e associados para a economia. PÁG. A3

ISSN - 1616-2031-1
9 771616 293064

Lava Jato. Banco do país europeu fechou conta antes da delação de Joesley, que disse ter repassado recursos para as campanhas de Lula e Dilma; PGR aguarda por informações

Suíça viu transação atípica em contas atribuídas ao PT

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEVRA

Antes mesmo de vir à tona o conteúdo das delações de Joesley Batista na Operação Lava Jato, um banco suíço usado para movimentar recursos ilícitos para abastecer campanhas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente cassada Dilma Rousseff, conforme relato do empresário, denunciou suas contas para autoridades do país europeu. O volume de dinheiro e os padrões de transferências sem justificativa levantaram a suspeita de crimes financeiros, embora a instituição desconheça os beneficiários das movimentações.

As informações coletadas pelas autoridades da Suíça serão agora encaminhadas para a Procuradoria-Geral da República brasileira. Na avaliação de autoridades suíças próximas ao caso, o Ministério Público Federal terá “forte chance” de apurar mais detalhes sobre as transferências. O banco Julius Baer fechou as contas na Suíça e o dinheiro foi transferido para Nova York, onde hoje vivem Joesley e sua família.

Em sua delação premiada, o empresário afirmou à PGR que reservou duas contas para atender às demandas dos petistas. Segundo ele, o dinheiro era usado para pagar propina a políticos do PT e também a aliados. Joesley contou que as contas chegaram ao saldo de US\$ 150 milhões em 2014. O empresário disse também que o dinheiro era operado a mando do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, com o conhecimento de Lula e Dilma. Os petistas negam as acusações.

PARA LEMBRAR

1. Contas correntes
O termo de colaboração do empresário Joesley Batista, dono da JBS, cita o fluxo de duas “contas-correntes” de propina no exterior, cujos beneficiários seriam os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

2. Valores
Joesley disse que as contas alcançaram saldo de US\$ 150 mi em 2014 e que o ex-ministro Guido Mantega operava o fluxo. Ele nega. O dinheiro financeira campanhas.

3. Suíça
Segundo procuradores próximos ao caso, a conta estava em nome de empresas offshores em banco na Suíça. O uso de offshores caracteriza, para os investigadores, tentativa de camuflagem dos reais beneficiários da conta.

4. Defesas
Para Lula, a delação de Joesley Batista se baseia em “diálogos com terceiros, que não foram comprovados”. Dilma afirmou que “jamais teve contas no exterior”.



NILTON FUKUDA/ESTADÃO-9/2/2017



ANDRE DUSEK/ESTADÃO-7/10/2014

Mesmo sem o nome dos envolvidos nos extratos, uma vez que operadores e doleiros teriam efetuado as transações, autoridades suíças dizem acreditar que as datas das transferências podem indicar se o dinheiro foi movimentado com maior intensidade nos meses que antecederam eleições no Brasil.

As contas foram alimentadas, segundo autoridades suíças que acompanham o caso, com

recursos lícitos dos negócios da JBS e também por dinheiro irregular, em um esquema descrito como “misto”. No entanto, enquanto as contas foram mantidas no país europeu, a movimentação de volumes no Brasil não era de conhecimento nem das autoridades nem do banco. A dinâmica é considerada surpreendente porque companhias suspeitas de crimes financeiros separam as contas “legíti-

mas” das “ocultas”.

Encerramento. Fontes do sistema financeiro da Suíça revelaram ao Estado que as contas foram fechadas após o Julius Baer informar aos administradores do dinheiro que não manteria os recursos na instituição. Grande parte do dinheiro foi então transferida para os Estados Unidos.

Da conta 06384985 no Julius Baer, o dinheiro seguiu para o JP Morgan Chase Bank, em Nova York. Para ocultar os proprietários da conta, os recursos estavam em nome da empresa de fachada Lunsville Internacional Inc. Uma segunda empresa, a Valdarco, também foi usada.

Apesar do encerramento das contas, o Julius Baer informou as suspeitas às autoridades de combate à lavagem de dinheiro da Suíça. Joesley não foi comunicado da decisão do banco em razão da legislação local.

Procurado pela reportagem, o Ministério Público Federal em Berna se recusou a comentar o caso, indicando que não revelaria se Joesley está ou não sob investigação em função da legislação local.

As contas. Joesley contou que a primeira das contas foi usada durante os anos do governo Lula e que, ao final do mandato, em 2010, teria ficado com um saldo de US\$ 70 milhões. Quando começou a gestão Dilma, ele disse que fora instruído por Mantega a abrir uma nova conta. As contas deixaram de ser abastecidas, segundo Joesley, em novembro de 2014, quando ele afirmou ter comunicado a presidente cassada em reunião no Palácio do Planalto. O último saldo foi de R\$ 30 milhões.

‘Detalhe do que está por vir’, diz petista sobre Mantega

Valter Pomar afirma em mensagem de WhatsApp que conta não declarada de ex-ministro na Suíça é fato ‘muito grave’

Vera Rosa / BRASÍLIA
Ricardo Galhardo

ENVIADO ESPECIAL / BRASÍLIA

Em mensagem de WhatsApp enviada a dirigentes do PT no início desta semana, o coordenador da tendência Articulação de

Esquerda do partido, Valter Pomar, disse considerar “muito grave” a informação de que o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega possuía uma conta não declarada à Receita Federal, na Suíça, e previu novos problemas para o partido.

“(…) Minha impressão é que isto é um detalhe perto do que está por vir nos próximos dias. Motivo pelo qual – sem prejuízo de tudo o que eu escrevi antes – temos que manter a calma e segurar mais esta onda”, afirmou Pomar no texto.

Na mensagem, o dirigente petista afirmou que Mantega deveria ter percebido “há bastante tempo” que a existência da conta na Suíça seria usada contra todo o PT. “O Guido foi ministro da Fazenda. Dele se esperaria um comportamento tributário exemplar. Guardadas as devidas proporções, seria como descobriremos um ministro do Trabalho que publicamente defende a PEC das Domésticas, mas que na sua própria casa não registra!!!”, disse.

As comparações não pararam por aí. “Ou um ministro de Direitos Humanos que faz belos discursos, mas no cotidiano é machista, racista e homofóbico. Ou um ministro do Desenvolvimento Agrário que é dono de terras griladas”, completou.

Na segunda-feira passada, Mantega disse, em petição enviada ao juiz Sérgio Moro, que o saldo de US\$ 600 mil existente na conta era proveniente da venda de um imóvel herdado do pai. O dinheiro teria sido recebido ainda em 2006, antes de ele assumir a Fazenda.

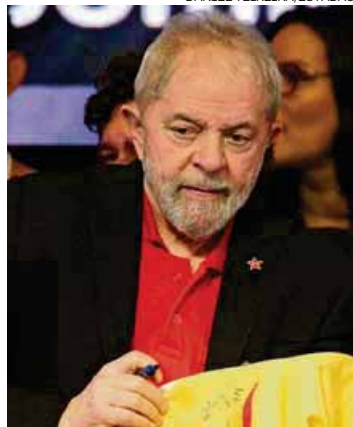
Ao observar que Mantega deveria ter legalizado a situação, pagando o que devia, Pomar concluiu a mensagem com um tom pessimista sobre o que estava por vir contra o PT e recomendou “calma” aos dirigentes.

Lula avalia que Temer ganhou sobrevida

Petista diz a aliados que presidente tem reagido rápido e recompôs forças, apesar da crise política

BRASÍLIA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a cúpula do PT



Congresso. Lula durante evento do PT em Brasília

Temer cair é se o TSE cassar a chapa. Impeachment não cabe neste caso e ele (*Temer*) já disse que não renuncia”, afirmou o

avaliaram que o presidente Michel Temer pode ganhar sobrevida política porque está sendo mais rápido na rea-

deputado Zé Geraldo (PT-PA).

Integrantes da cúpula petista apostam que um dos sete ministros do TSE pedirá vista do processo, o que daria tempo para Temer tentar salvar seu mandato. O diagnóstico do partido é o de que, neste momento, o presidente pode ficar “sangrando”.

“Nada é impossível. Acho que Temer está buscando uma ‘sarneyzação’, que pode se arrastar por um tempo e agarrar em todos nós como uma sarna”, disse Marco Aurélio Garcia, ex-assessor especial da Presidência.

Legitimidade. Defensor de eleições diretas com mandato excepcional de cinco anos em caso de vacância na Presidência, o ex-ministro Jaques Wagner dis-

ção às denúncias contra ele do que o PT e outros partidos da oposição nos ataques.

Em conversa com deputados, senadores e dirigentes antes da abertura do 6.º Congresso Nacional do partido, Lula disse que o governo, mesmo em situação crítica, tem conseguido reaglutinar forças, enquanto o PT precisa de uma bandeira para reconquistar a confiança da sociedade. O evento petista começou ontem em Brasília.

A portas fechadas, Lula e seus correligionários também consideraram que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve suspender o julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer, marcado para ser retomado no dia 6. “O único jeito de

se ontem que “Temer tem mais legitimidade para continuar no cargo do que qualquer nome escolhido em uma eventual eleição indireta”. “Querendo ou não, ele estava na linha sucessória da Presidência”, disse o ex-ministro. “Ele era vice. É lógico que traiu a Dilma, mas era vice.”

Segundo Wagner, o Brasil não é parlamentarista para trocar de presidente “de seis em seis meses”. “Estamos brincando com coisas com as quais não podemos brincar. A briga política é fundamental para oxigenar a democracia, mas não pode asfixiar o País. Quando a democracia vira uma questão de conveniência a gente está mal.” / RICARDO GALHARDO, ENVIADO ESPECIAL, e VERA ROSA

Campanha de Haddad à Prefeitura é investigada

Desdobramento da Lava Jato, operação Cifra Oculta apura crimes eleitorais e lavagem de dinheiro na disputa eleitoral de 2012, vencida pelo petista

Fausto Macedo
Julia Affonso
Luiz Vassallo

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Cifra Oculta, que investiga a suspeita de crimes eleitorais e lavagem de dinheiro relacionados à campanha de Fernando Haddad (PT) para a Prefeitura de São Paulo em 2012. O inquérito tem como base depoimentos do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC Engenharia, e do executivo do grupo, Walmir Pinheiro.



Caixa 2. Haddad poder ser ouvido pela Polícia Federal

A Cifra Oculta é um desdobramento da Operação Lava Jato.

A investigação apura o pagamento via caixa 2, pela UTC, a gráficas da campanha do petista no valor de R\$ 2,6 milhões. Uma das gráficas pertence a familiares do ex-deputado estadual Francisco Carlos de Souza, o Chico Gordo (PT). O ex-prefeito nega as acusações.

A Polícia Federal queria conduzir coercitivamente Haddad e sua ex-vice Nádia Campeão para prestarem depoimento, mas o juiz da 1.ª Zona Eleitoral de São Paulo, Márcio Antônio

Boscaro, negou o pedido.

Boscaro, que acolheu parcialmente pedido da PF em inquérito, determinou a busca, apreensão e o sequestro de bens em gráficas que prestaram serviços à campanha de para a Prefeitura de São Paulo. A decisão também se estendeu aos endereços residenciais dos donos das gráficas. Em nota, a PF informou que 30 policiais federais cumpriram 9 mandados de busca e apreensão, expedidos nas cidades de São Paulo, São Caetano e Praia Grande.

O delegado da Polícia Fede-

ral Rodrigo Costa, chefe da Delegacia de Combate ao Crime Organizado em São Paulo, afirmou que Haddad será intimado a prestar depoimento na Operação. O delegado disse que o indiciamento criminal do ex-prefeito 'é uma possibilidade'.

Haddad poderia ser indiciado criminalmente pela PF por falsidade ideológica na prestação de contas à Justiça Eleitoral e lavagem de dinheiro, que podem levar a uma condenação de até dez anos de prisão e multa.

Segundo a investigação, os recursos foram repassados por

meio do doleiro Alberto Youssef, delator da Lava Jato, em transferências bancárias e também com dinheiro vivo. A PF destacou que uma gráfica citada na delação aparece como 'fornecedora de serviços' da campanha de Haddad, com valores informados de R\$ 354,4 mil – consta na prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral outra prestação de serviços gráficos de R\$ 252,9 mil, valores bem inferiores à soma de R\$ 2,6 milhões que a empreiteira informou ter pago às gráficas da campanha do petista em 2012.

Ex-prefeito diz que contrariou empreiteiro

O ex-prefeito Fernando Haddad afirmou, por meio de sua assessoria, que a gráfica citada na Operação Cifra Oculta prestou apenas pequenos serviços a campanha para a prefeitura. Os valores foram pagos e registrados no TRE de acordo com o petista.

Segundo o Haddad, no início de sua gestão, a empreiteira UTC teve seus interesses contrariados pela Prefeitura, que cancelou obras do túnel da avenida Roberto Marinho, da qual faziam parte a UTC e outras em-

preiteiras envolvidas na Lava Jato. "O executivo da UTC, Ricardo Pessoa, era dos mais informados com a decisão"

Haddad disse ainda que repasse de R\$ 2,6 milhões, "se ocorreu, não tem nada a ver com a campanha à prefeitura de São Paulo em 2012". De acordo com o ex-prefeito, seria uma contradição uma empresa que teve seus interesses prejudicados pela administração, no caso a UTC, saldar uma dívida de campanha.

Na campanha de 2012 para a Prefeitura, Haddad arrecadou R\$ 42 milhões e gastou R\$ 67 milhões. O rombo foi assumido pelo Diretório Nacional do PT no ano seguinte. /F.M., J.A. e L.V.

Maia busca apoio na base e até do PT

Presidente da Câmara adota postura de 'não candidato', mas costura alianças com o objetivo de disputar uma eventual eleição indireta

Pedro Venceslau
Ricardo Galhardo
Igor Gadelha
Vera Rosa | BRASÍLIA

Primeiro na linha sucessória caso o presidente Michel Temer deixe o Planalto, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, tem negado em público que esteja se articulando para disputar em uma eventual eleição indireta. Mas o deputado do DEM tem buscado apoios na base aliada e até mesmo do PT.

Entre outros movimentos, Maia aproximou-se de partidos de oposição e teria, segundo petistas, tentado abrir um canal de diálogo com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lula porém, abortou a iniciativa, pelo menos por ora.

A avaliação dele é que qualquer conversa sobre eleição indireta agora soaria como um conchavo no momento que o PT defende a bandeira das diretas já. Mesmo assim, o ex-presidente disse a aliados que, se Temer cair, Maia tem chance de ser o próximo presidente.

"Se o Temer cair ele (Maia) vai assumir interinamente por um mês. Depois que sentou ali é difícil tirar. Os deputados não vão pensar duas vezes entre votar em outro deputado ou em alguém de fora", disse o deputado Zé Geraldo (PT-PA).

O PT, que realiza até amanhã seu 6º Congresso Nacional, deve aprovar o boicote da bancada de 58 deputados do partido a um eventual colégio eleitoral.



NILTON FUKUDA/ESTADÃO-31/5/2017

Cautela. Maia, dizem parlamentares, tem mantido discrição e não comenta abertamente sobre possível sucessão de Temer

Mas há na legenda, e no campo da oposição no Congresso, defensores da tese pragmática de que Maia manteria pontes com os partidos de esquerda.

Parlamentares opositoristas relatam que Maia mantém discrição total mesmo nas conversas mais reservadas e não se coloca abertamente como postulante. Mas isso não seria necessário. O deputado do DEM adotou agora o mesmo figurino de "não candidato" do ano pas-

sado, quando negou até o último momento que estava na disputa pelo posto mais alto da mesa diretora.

Jantar. Em outra frente, lideranças do PCdoB, PDT, PSB e Solidariedade começaram a articular nos bastidores a candidatura do ex-ministro Aldo Rebelo (PCdoB) a vice-presidente da República na chapa de Maia em caso de eleição indireta. A estratégia teria sido discuti-

da em pelo menos dois jantares com a presença de parlamentares e dirigentes desses partidos no apartamento do líder do PDT na Câmara, deputado We-

verton Rocha (MA). O presidente da Câmara, dizem parlamentares ouvidos pelo Estado, esteve no primeiro encontro.

O segundo aconteceu na terça-feira, 30, e teve presenças como a do próprio Aldo; do presidente da Solidariedade, deputado Paulo Pereira da Silva (SP); do presidente do PDT, Carlos Lupi; e do secretário-geral do PSB, Renato Casagrande.

Maia nega tudo: as conversas, a aproximação com o PT e a arti-

culação com Rebelo. "Não pedi e não fui procurado pelo presidente Lula. Nunca tratei de nenhuma eleição com o Aldo Rebelo. Aliás na reunião divulgada esta semana eu não estava presente e duvido que Aldo tenha tratado disso", disse o deputado ao Estado.

Ele também garante que não está conversando com PP, PR e PSD, como dizem, em caráter reservado, deputados das três legendas que orbitam na órbita do chamado "centrão".

Os adversários de Rodrigo Maia contestam a negativa. "Ele está negando e jurando lealdade ao Temer para ter os votos do PMDB, que já detectou esse movimento pró - campanha", disse o deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

Por vias das dúvidas, o presidente da Câmara trocou as grades da entrada da residência oficial por chapas de ferro. Dessa forma, fica impossível saber quem entra e quem sai.

Tucanos. Enquanto a cúpula do PSDB faz consultas no partido sobre uma eventual candidatura do senador Tasso Jereissati (CE) à Presidência em caso de eleições indiretas, parte da bancada e integrantes da executiva já questionam a viabilidade do tucano e avaliam que Rodrigo Maia seria a alternativa mais segura da base governista.

O partido está dividido. Preocupados com prejuízos eleitorais no ano que vem, muitos deputados defendem o rompimento com o Temer.



NA WEB
Nomes. Confira o especial 'De Olho no Planalto'

estado.com.br/deolhoonoplanalto

PONTOS-CHAVE

Deputado assumiria por 30 dias

● **Renúncia**

Em eventual renúncia de Michel Temer, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, assumiria o cargo e teria 30 dias para convocar um processo de eleições indiretas.



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO-02/7/2016

● **Candidatura**

Maia poderia se candidatar estando no cargo. Com boa articulação no Congresso, circula bem no baixo clero, que ajudou a eleger-lo presidente da Câmara.



FELIPE RAU/ESTADÃO-30/5/2017

● **Reformas**

Maia, em eventual sucessão de Temer, é visto como representante da continuidade das reformas. Contra ele pesa investigação no âmbito da Lava Jato.

Aloysio afirma que 'PSDB está no governo e sustentará o governo'

Ministro das Relações Exteriores, que está em Washington, reitera apoio a Temer e não vê risco de racha entre tucanos

Cláudia Trevisan
CORRESPONDENTE
WASHINGTON

O PSDB é um partido "que está no governo, que apoia o governo e que sustentará o governo", disse ontem, em Washington, o ministro das Relações Exteriores,

Aloysio Nunes Ferreira. Segundo ele, a posição dominante na legenda é se manter na base do governo Michel Temer.

Conforme mostrou ontem o Estado, cresce a pressão para que a sigla desembarque da administração federal até o início do julgamento da ação que pede a cassação da chapa Dilma Rousseff-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - marcado para a próxima terça-feira.

Quadro histórico da sigla, o ministro afirmou que não vê risco de racha no PSDB. "O PSDB está no governo. O PSDB tem



FELIPE RAU/ESTADÃO-30/5/2017

Aliado. Aloysio defende Temer e a votação das reformas

quatro ministros do governo. O PSDB é cioso de seus compromissos e o compromisso que o presidente assumiu conosco ao nos convidar para integrar o governo foi o compromisso de apoiarmos as reformas em curso. Nós estamos no governo."

Segundo Aloysio Nunes, a

turbulência política na qual o País está mergulhado não afetará a votação das propostas. "O presidente Temer, mais do que ninguém, tem hoje condições de angariar maioria parlamentar para aprovar as reformas. Nós devemos votar já na próxima semana a reforma trabalhista

na no Senado e há uma série enorme de outras reformas que estão sendo implementadas por votações", declarou, na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), depois de se reunir com o secretário-geral do organismo, Luis Almagro.

"Todos compreendem que nós estamos vivendo um momento de turbulência política no Brasil. Isso é inegável. Mas as instituições funcionam e é isso que conta nas relações externas dos países", disse o ministro, quem ontem fez a estreia na OEA. Pelo menos 115 diplomatas e funcionários do Ministério das Relações Exteriores divulgaram ontem carta pública na qual manifestam preocupação em relação à crise brasileira.

Reunião. Ainda ontem, o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), disse que o partido deve fazer uma

● **Maioria**

"O presidente Temer, mais do que ninguém, tem hoje condições de angariar maioria parlamentar para aprovar as reformas"

Aloysio Nunes Ferreira
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

reunião na próxima terça-feira, durante o primeiro dia do julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE, para definir se a sigla permanece ou não na base aliada do governo Temer.

"Durante o período da votação (julgamento) nós temos que tomar uma posição definitiva. Nós vamos formar a nossa opinião e qualquer decisão que venha a ser tomada vai ser definitiva", afirmou Tasso a jornalistas. "O País não pode ficar nesse suspense." / COLABOROU JULIA LINDNER

Restrição ao foro tem no STF 4 votos favoráveis

Julgamento no Supremo foi suspenso após pedido de vista; ministros antecipam voto

Isadora Peron Breno Pires / BRASÍLIA

Mesmo após o pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, três ministros do Supremo Tribunal Federal anteciparam seus votos e acompanhar o entendimento do relator do processo, Luís Roberto Barroso, no julgamento sobre a restrição do alcance do foro privilegiado.

Marco Aurélio Mello, Rosa Weber e a presidente da Corte, Cármen Lúcia, se manifestaram favoráveis à tese de que políticos só terão direito à prerrogativa se o crime de que forem acusados tiver sido cometido no exercício do mandato e relação com o cargo que ocupam.

O julgamento foi suspenso com o placar de 4 a 0 e será retomado quando Moraes devolver

● **‘Desonra’**
“A afirmação de que o foro no STF acaba gerando impunidade não só não tem respaldo estatístico, como acaba por ofender e desonrar a própria história do Supremo.”
Alexandre de Moraes
MINISTRO DO SUPREMO



o caso para o plenário. Não há prazo para isso ocorrer.

Normalmente, quando um ministro pede mais tempo para analisar um caso, o julgamento costuma ser suspenso na hora, sem que os outros se manifestem. O tema polêmico, no entanto, fez com que os ministros que já tinham opinião formada demonstrassem apoio a Barroso, que foi bastante criticado durante o julgamento.

O principal argumento do relator é que a prerrogativa de foro tem sido usada como instrumento para garantir que políticos sejam julgados no Supremo. Segundo ele, se a instância em que alguém fosse julgado “não fizesse diferença”, os políticos não se empenhariam tanto em manter o foro.

O ministro afirmou que a corrupção no Brasil é tão sistêmica, que essa atitude se tornou algo “multipartidário”. “O que nós estamos vendo é que, se não fizesse diferença, se não assegurasse ou impunidade ou pelo menos menor celeridade, não haveria essa disputa por ficar em cargos que têm foro no Supremo”, disse o relator.

“Acho que não há argumento capaz de desfazer a realidade óbvia de que, por lei, medida provisória ou nomeações, se quer assegurar o foro no Supremo, e há de haver alguma razão para isso”, declarou Barroso.

Recentemente, se levantou suspeita sobre indicações que

DISCUSSÃO

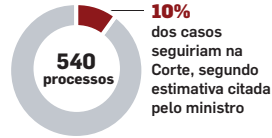
● Supremo Tribunal Federal analisa a restrição do alcance do foro privilegiado; ministro Alexandre de Moraes pediu mais tempo para avaliar o caso e julgamento foi suspenso

A proposta no STF

O ministro Luís Roberto Barroso, relator no STF, propôs duas teses:

- 1 O foro privilegiado aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas
- 2 O foro não será alterado após o final da instrução processual ainda que o agente público venha a ocupar cargo ou deixe o cargo que ocupava

Segundo Barroso, a redução dos inquéritos e ações penais no Supremo seria drástica, mas não há um número exato definido



Como votaram os ministros até agora

Concorda com a tese do ministro-relator Luís Roberto Barroso?



Luís Roberto Barroso



Marco Aurélio



Rosa Weber



Cármen Lúcia

A FAVOR

CONTRA

Ainda não votaram



Alexandre de Moraes*



Gilmar Mendes



Dias Toffoli



Luiz Fux



Edson Fachin



Celso de Mello



Ricardo Lewandowski

*Pediú vista

Debate no Congresso

Anteontem, o Senado aprovou por unanimidade emenda à Constituição que acaba com a prerrogativa, com exceção para chefes de Poderes. PEC segue para a Câmara. Pela proposta, têm direito ao foro:



Michel Temer
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Rodrigo Maia
PRESIDENTE DA CÂMARA



Eunício Oliveira
PRESIDENTE DO SENADO



Cármen Lúcia
PRESIDENTE DO STF

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

teriam esse objetivo. Foi o caso da nomeação de Moreira Franco para a Secretaria-Geral da Presidência da República por Michel Temer. No ano passado, houve polêmica semelhante com a tentativa da então presidente Dilma Rousseff de indicar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil.

Editoriais. Ao pedir vista do processo, Moraes citou edito-

ria do Estado e de outros dois jornais do País durante o julgamento do mensalão, em 2012, para rebater a ideia de que a existência de foro no Supremo acaba gerando impunidade.

No dia 14 de novembro daquele ano, o Estado afirmou que “ao fixar anteontem os termos dos seus merecidos castigos por corrupção ativa e formação de quadrilha a Corte Suprema brasileira fez história, não ape-

nas quebrando o paradigma da impunidade dos poderosos, mas dissipando qualquer dúvida sobre a capacidade técnica e integridade moral do colegiado para levar a cabo uma ação penal sem precedentes por sua complexidade, ramificações, número e calibre da grande maioria dos acusados”.

Ao fim do julgamento, Barroso disse que Moraes sinalizou que não iria demorar em seu pe-

dido de vista e que o caso seria em breve trazido novamente ao plenário. “Há uma demanda social por uma solução desse problema. Espero que a gente em breve retome o julgamento.”

Gilmar Mendes e Dias Toffoli, porém, refutaram a ideia. Segundo eles, o STF já mostrou ser eficiente para julgar questões criminais. Toffoli afirmou que, dos 148 inquéritos que recebeu desde 2009, apenas 41 ainda não foram julgados.

Em seu pedido de vista, Moraes também disse que não era possível estabelecer conexão entre impunidade no Brasil e a ampliação do foro pela Constituição de 1988. “A afirmação de que o foro no STF acaba gerando impunidade não só não tem respaldo estatístico, como acaba por ofender e desonrar a própria história do Supremo”.

Um dos seus argumentos ao pedir mais tempo para analisar o caso foi o de que a mudança proposta por Barroso não se tratava “meramente de uma norma processual, mas de um complexo de garantias que têm reflexos importantíssimos”. “A alteração de uma é mais ou menos como aquele jogo de varetas. Ao mexer uma vareta, você mexe as demais”, disse. “Não há uma instância mais eficaz que a outra, o que há é um Poder Judiciário querendo colaborar no combate à corrupção no País.”

PEC. Anteontem, após o STF iniciar a discussão do caso, o plenário do Senado aprovou em segundo turno uma emenda constitucional que põe fim ao foro privilegiado e mantém a prerrogativa apenas para os chefes dos Poderes – presidente e vice-presidente da República, presidentes da Câmara, do Senado e do STF. O texto, que manteve a imunidade parlamentar no caso de prisões, agora terá de ser apreciado na Câmara.

Entem, ao contrário do que haviam afirmado líderes partidários, deputados defenderam agilidade à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que será submetida, inicialmente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Esse é um tema que precisa ser debatido”, disse o presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG). / COLABOROU

DAIENE CARDOSO

Gilmar diz que ‘propósitos escusos’ motivam inquéritos

Ministro do STF critica a Procuradoria-Geral da República durante debate sobre voto do colega da Corte Luís Barroso

BRASÍLIA

Em uma crítica direta à Procuradoria-Geral da República, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse ontem que “propósitos escusos inspiram muitas vezes o inquérito”. A afirmação foi feita em meio à discussão no plenário sobre o voto do ministro Luís Roberto Barroso na ação que pode limitar o alcance do foro privilegiado.

Gilmar afirmou que a investigação aberta contra os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Falcão e Marcelo Navarro e os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – para apurar

se os ministros foram nomeados em troca de uma atuação que pudesse obstruir a Lava Jato – tem outro objetivo: “castrar iniciativas do STJ”.

“Não sei quem daqui foi nomeado e não participou de algum périplo político. Poucos. Agora fica pedindo câmeras e coisas de... Qual é o objetivo desse inquérito? Esse inquérito vai chegar a provar obstrução de justiça desses magistrados? Obviamente que não. Qual é o objetivo deste inquérito? É castrar iniciativas do STJ. É amedrontá-lo. É este objetivo. Por isso nós temos que ter coragem civil de não permitir que esses in-

● Prazo para Jucá

Dias Toffoli deu 20 dias para Romero Jucá (PMDB-RR) se manifestar, antes de decidir se autoriza inquérito contra ele. Jucá é suspeito de receber verba desviada de contrato dos Correios.

quéritos tramitem”, afirmou.

E completou: “Estes dias um advogado comentava comigo que este inquérito estava sendo mantido com esse objetivo primeiro de constranger o STJ e segundo de manter Lula e Dilma no STF. Se for por isso, está se fazendo de maneira indevida. Mas veja que propósitos escusos inspiram muitas vezes o inquérito. E nós temos que ter uma função não de autômatas, mas de controladores destes processos”.

A insurgência de Gilmar contra as investigações sobre obstrução de justiça se dá duas semanas após ser tornado público o inquérito aberto contra o presidente Michel Temer, o ex-assessor do peemedebista e ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) e o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) tendo este como um dos supostos crimes apontados pela Procuradoria, com base nas delações do grupo J&F, que con-



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Crítica. Para Gilmar Mendes, foro não leva à impunidade

trola a JBS. No início da semana, o ministro do STF Edson Fachin desmembrou o inquérito, mantendo Temer e Loures juntos, mas abrindo um outro procedimento para investigar Aécio – Marco Aurélio Mello foi sorteado como relator.

Explicação. Deputados governistas protocolaram ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara um pedido de explicações a Fachin, relator da Lava Jato no STF. No pedido, assinado por 32 parlamentares, o grupo questiona a relação de Fachin com o delator Ricardo Saud, da J&F, que o teria ajudado na campanha de 2015 para que ele fosse referendado no Senado como ministro da Corte.

Deputados que pedem a saída de Temer viram na iniciativa uma tentativa de fustigar o ministro. “Estão querendo mexer em vespeiro. O relator da Lava Jato chamado por um outro Poder todo investigado para dar explicações é querer demais proteger o Temer”, disse o deputado Júlio Delgado (PSB-MG). / B.P., LP, e D.C.

Janot renova pedido de prisão de Loures, ex-assessor de Temer

Procurador-geral solicita que relator da Lava Jato no Supremo autorize medida; ex-deputado perdeu foro privilegiado

BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), reveja sua decisão e autorize a prisão preventiva

de Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ex-assessor especial do presidente Michel Temer.

Para Janot, como Loures perdeu a prerrogativa, já que o ex-ministro da Justiça Osmar Serraglio (PMDB-PR) voltou à Câmara, não há mais motivo para que a medida cautelar deixe de ser executada.

Quando negou o pedido há duas semanas, após deflagrada a Operação Patmos, Fachin havia alegado imunidade parlamentar de Loures para não autorizar a prisão. O ex-assessor

de Temer havia assumido o mandato de deputado federal no lugar de Serraglio. Após ser deposto do Ministério da Justiça, Serraglio decidiu recusar a oferta de Temer para virar ministro da Transparência e reassumir o seu mandato.

Na semana passada, Janot já havia pedido para Fachin reconsiderar tanto a decisão relativa a Loures (PMDB-PR) quanto ao senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

Para o procurador-geral da República, a prisão dos dois é

“imprescindível” para garantia da ordem pública e instrução criminal, diante de fatos gravíssimos que teriam sido cometidos pelos parlamentares.

Aécio e Loures foram gravados pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, em negociação de pagamento de propina. Depois, ambos foram alvo de ações controladas pela PGR. Em um dos vídeos, Rocha Loures aparece “correndo” após supostamente ter recebido uma mala com R\$ 500 mil.

Recursos. O ministro Marco Aurélio Mello disse que levará para julgamento na Primeira Turma do STF os recursos apresentados contra a decisão de Fachin que afastou Aécio e levou à prisão a irmã do tucano, An-



Decisão. Janot já havia pedido prisão de Loures

drea Neves, o primo, Frederico Pacheco, e o ex-assessor parlamentar Mendherson Lima. Marco Aurélio havia dito inicial-

mente que os agravos – como é chamado o tipo de recurso – seriam levados para o plenário, conforme o entendimento antecipado do ministro Fachin, que era o relator do caso e decidiu pela redistribuição.

“Mas, como o presidente Michel Temer não está mais na investigação, o julgamento dos pedidos deve ser feito na Primeira Turma”, afirmou Marco Aurélio.

O ministro disse não ter previsão de quando os recursos serão julgados. Segundo ele, depende da manifestação de todas as partes em resposta aos pedidos. A defesa de Aécio já respondeu ao agravo de Janot. Mas, até o momento, a PGR ainda não respondeu aos pedidos das defesas. /I.P. e B.P.

Condenado no STF, Cassol integra Conselho de Ética

Senador é indicado para compor colegiado que analisa processos por quebra de decoro; outros integrantes também têm pendências judiciais

Julia Lindner / BRASÍLIA

Condenado pelo Supremo Tribunal Federal em 2013 por fraude em licitações, o senador Ivo Cassol (PP-RO) foi indicado ontem como integrante titular do Conselho de Ética do Senado.

Além de Cassol, o Bloco Parlamentar Democracia Progressis-

ta, formado por PP e PSD, escolheu para integrar o colegiado o senador Lasier Martins (PSD-RS), que é alvo de inquérito no STF por agressão à mulher.

Nototal, o conselho será composto por pelo menos seis parlamentares com pendências judiciais. Nesta semana, também foram indicados o líder do governo na Casa, Romero Jucá

(PMDB-RR), Eduardo Braga (PMDB-AM), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Eduardo Amorim (PSDB-SE) – todos são alvo de investigação no STF. Falta indicar seis dos 30 integrantes que compõem o colegiado.

Responsável por analisar processos por quebra de decoro parlamentar no Senado que podem levar à cassação do manda-



Escolhido. Ivo Cassol, senador do PP, foi indicado ontem

to, o conselho não se reúne desde maio de 2016. A primeira reunião deste ano ocorrerá na próxima terça-feira para a instalação do colegiado. Na ocasião, o presidente do conselho a ser

eleito deve receber uma representação contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), apresentada pela Rede e PSOL. Autor da representação, Raulo de Rodrigues (Rede-AP) ava-

liou que não haverá maioria para cassar o mandato do tucano, que, segundo ele, teria influenciado parlamentares. Como mostrou a *Columa do Estadão*, Aécio atuou, nos bastidores, para a montagem da comissão.

Cotado para comandar o conselho, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) disse que somente “provas concretas” podem resultar na cassação do mandato. “O conselho não aceita recortes de jornais ou uma condenação sem provas.”

Réus. Embora uma ala da Casa defenda a investigação de parlamentares réus pelo conselho, dois senadores tiveram denúncias aceitas pelo Supremo no ano passado – Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Renan Calheiros (PMDB-AL) –, mas nenhum processo foi aberto.

Prédio citado em delação de Joesley é ocupado em Minas

● Cerca de 150 ex-funcionários do jornal *Hoje em Dia*, de Belo Horizonte, ocuparam ontem o prédio em que a empresa funcionava no bairro Santa Efigênia, na capital. Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também estão no imóvel.

Documentos obtidos pelo **Estado** comprovam a venda do prédio para a J&F Investimentos, controladora da JBS. Segundo delação do empresário Joesley Batista, dono da JBS, o negócio teria como objetivo o repasse de recursos ao senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

Na transação, a J&F comprou o imóvel da Ediminas, antiga proprietária do jornal, por R\$ 17 milhões. Adquirido pelo ex-prefeito de Montes Claros Ruy Muniz, o jornal não funciona mais no prédio. A compra, segundo Joesley,

teria sido feita a pedido de Aécio, amigo de Flávio Jacques Carneiro, ex-dono da Ediminas.

Ex-funcionários do *Hoje em Dia* disseram que o prédio poderia ser penhorado para pagamento de dívidas trabalhistas. “Mas, quando tentamos isso, ficamos sabendo que o prédio já havia sido vendido”, afirmou a ex-funcionária Eliana Lacerda.

Em nota, Carneiro negou irregularidades. Segundo ele, “o motivo da venda foi preservar a operação do jornal”. “A negociação não envolveu pagamento em dinheiro, sendo a condição que o novo proprietário assumisse todos os passivos da Ediminas.”

“O valor da venda foi usado para quitar dívidas, como salários de funcionários, tributos, mútuos, bancos e pagamentos de fornecedores que financiavam a operação do jornal, estando devidamente contabilizado na empresa Ediminas”, disse Carneiro.

A defesa de Aécio não se manifestou. / LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

Brasileiros partem para última missão no Haiti

Grupo, composto por 970 membros, realizará a transição do controle da segurança interna para o governo haitiano e deve permanecer no país até o fim do ano

Roberto Godoy

O último grupo de militares brasileiros, 250 integrantes do 26.º Contingente, enviado ao Haiti para cumprir missão de paz e estabilização sob mandato da ONU, embarcou ontem rumo ao país em um voo da Força Aérea, no Aeroporto Internacional de Viracopos. A tropa fará a transição do controle da segurança interna para o governo local. O time é composto por 970 homens e mulheres: 639 do Exército, 181 da Marinha e 30 da Aeronáutica – o restante do efetivo é composto por civis.

O batalhão do Brasil começa a retornar definitivamente a partir de agosto. Em visita ao país, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, participará da cerimônia de passagem de comando do 25.º para o 26.º Contingente. O último grupo será desmobilizado até o fim do ano. Segundo o ministro da Defesa, Raul Jungmann, as Nações



Reforço. Grupo que irá ao Haiti embarca em Viracopos; batalhão inicia retorno em agosto

Unidas já informaram ao Ministério das Relações Exteriores que têm interesse em dar novas

incumbências às tropas brasileiras em outros locais. Os comandos setoriais têm preferência

pela África Ocidental. Jungmann considerou provável a designação para a República Cen-

tro-Africana, desde 2013 mergulhada em uma guerra civil envolvendo milícias étnicas, cristãs e muçulmanas. O tipo de trabalho seria diferente do realizado no Haiti – os combatentes terão de impor a pacificação, mesmo com emprego da força.

O contingente brasileiro sofreu baixas, por morte ou acidentes. Duas delas atingiram comandantes. Em 2006, o general Uraño Bacellar foi encontrado em sua casa morto por um tiro, episódio tratado como suicídio. Em 2015, o general José Jabrandy Filho sofreu um ataque cardíaco no voo que o levaria de Porto Príncipe a Manaus, onde conheceria a neta recém-nascida. Em 2010, no terremoto que devastou o país, outros 16 militares perderam a vida. Houve ainda acidentes fatais, quase todos ocorridos no trânsito.

A Minustah, sigla em francês para a missão em território haitiano, já dura 13 anos. A participação brasileira começou em 2014 e dela fizeram parte 35 mil

● **Qualificação**
35 mil
militares brasileiros estiveram em missão no Haiti ao longo de 13 anos. Tropas de 21 países participaram do trabalho

militares nacionais, “um esforço operacional muito semelhante” ao exercido em zonas de combate”, de acordo com a análise de um oficial que integrou o grupo em dois períodos.

Ao longo do período, 21 países contribuíram no envio de soldados: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Croácia, Equador, Estados Unidos, Espanha, França, Guatemala, Índia, Jordânia, Marrocos, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Sri Lanka e Uruguai. O comando esteve sob um general do Exército brasileiro desde o início. O contingente brasileiro utiliza veículos de emprego geral e blindados próprios.

Polícia apreende 60 fuzis no Galeão; carga havia sido despachada de Miami

Fábio Grellet | RIO

A Polícia Civil do Rio apreendeu 60 fuzis no terminal de cargas do aeroporto do Galeão, na Ilha do Governador (zona norte do Rio), ontem à tarde. Cada arma vale R\$ 70 mil – a carga total chega a R\$ 4,2 milhões e representa a maior apreensão em pelo menos dez anos. Novas, mas com numeração raspada para dificultar o rastreamento, as armas chegaram de Miami, em dois voos. Estavam escondidas no interior falso de aquecedores para piscinas, dentro de um contêiner.

Quatro homens foram presos preventivamente no Rio, acusados de envolvimento no caso. A polícia não informou se a quadrilha trabalhava para alguma facção criminosa. A apreensão decorreu de uma investigação iniciada há dois anos. Em 2015, um policial militar foi morto durante um assalto em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, e a pistola usada no crime foi apreendida. A origem foi rastreada e a polícia começou a identificar uma quadrilha especializada no tráfico de armamento. Descobriu que o bando costumava esconder esses itens entre produtos lícitos (aparelhos de TV, segundo se suspeitava inicialmente) transportados para o Brasil por via aérea.

Nos últimos dias, investigadores da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme) e da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC) conseguiram rastrear pela primeira vez uma carga de fuzis encaminhada para o Rio. A encomenda foi enviada de Miami para o aeroporto do Galeão. Uma das cargas saiu dos Estados Unidos no dia 23; a outra, no dia 31.

Não foi divulgado o nome da companhia aérea e a polícia do Rio não tem detalhes sobre o procedimento de embarque da carga no aeroporto norte-americano. A carga foi enviada por um brasileiro que mora em Miami e é dono de uma empresa regular de importação e exportação de produtos. Ele ainda não foi preso, mas, segundo investigadores, já está sendo procurado por policiais dos Estados Unidos. Todas as cargas enviadas por sua empresa ao Brasil



Arsenal. Fuzis apreendidos se dividem em três modelos: 45 são AK-47 (considerado o preferido dos criminosos pela resistência), 14 AR-10 e um G-3

PARA LEMBRAR

Carregadores em carrinho

A Receita Federal interceptou no Aeroporto Internacional do Galeão, na zona norte do Rio, uma carga de 24 carregadores para fuzil vinda da Polônia, na Europa Oriental. O material, encontrado no dia 14 de fevereiro, pela Seção

de Remessas Postais Internacionais da Alfândega, estava dentro de uma caixa, misturado com peças de um carrinho de bebê. Seu destino era uma favela de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio. Alertada, a Polícia Federal realizou no dia 17 de fevereiro uma entrega simulada e prendeu uma senhora de 63 anos por tráfico de armas.

passarão a ser submetidas a controle especial.

Ao desembarcarem no terminal de cargas do Galeão, as armas não foram submetidas ao aparelho de scanner. Como é muito grande a quantidade de cargas que passa pelo aeroporto, só algumas delas são analisadas, mas não se descarta a participação de algum funcionário no crime. Como a Polícia Civil já rastrea a carga, foi até o terminal, identificou os volumes

que procurava e descobriu as armas. Cada aquecedor de piscina com fundo falso continha oito fuzis. Ao todo havia três modelos dessas armas: 45 são AK-47, há 14 AR-10 e um G-3. Segundo a Polícia, o fuzil AK-47 é o preferido pelos criminosos porque não exige manutenção e é mais resistente. O AR-10 é mais moderno e atualmente equipa agentes do Batalhão de Operações Especiais (Bope).

Um dos presos é um despa-

chante aduaneiro responsável por liberar a carga. Segundo a polícia, ele é cadastrado no aeroporto e no porto e morava em Jacarepaguá (zona oeste do Rio). Outro preso, morador da Baixada Fluminense, tinha a função de transportar a carga do aeroporto até um galpão onde elas ficariam guardadas até serem entregues a criminosos. Os outros dois homens presos são de Niterói, na região metropolitana, e eram responsáveis por receber as armas no galpão e distribuí-las. As ordens de prisão preventiva foram emitidas, a pedido da Polícia Civil, por uma Vara Criminal de São Gonçalo. O nome dos presos não havia sido divulgado até 21 horas.

Recorde. Esta foi a maior apreensão de fuzis realizada no Rio pelo menos desde 2007, quando esse tipo de registro começou a ser feito pelo Instituto de Segurança Pública. Neste ano, foram apreendidos 250 fuzis no Estado. Em 2 de maio, por exemplo, foram apreendidos 32 – naquele dia, a Polícia Militar

interviu em um confronto entre facções criminosas na Cidade Alta, em Cordovil (zona norte). Criminosos incendiaram nove ônibus e dois caminhões e levaram pânico à zona norte.

O secretário estadual de Segurança, Roberto Sá, fez elogios à Polícia Civil. “que mesmo sem receber o 13.º salário e outros benefícios está na rua defendendo a população”. Também criticou a legislação, que considera insuficiente para a gravidade dos delitos. “Enquanto o tráfico de drogas foi equiparado a crime hediondo, o tráfico de armas continua com uma pena infima (de 4 a 8 anos de prisão). Por situações como essa é que, quando me perguntam se eu me sinto enxugando gelo, eu respondo que sim.”

Quatro morrem em operação policial

● Um dos mais procurados traficantes do Rio, Gil Pinheiro dos Santos, o Mil Gol, de 33 anos, foi morto ontem durante uma operação policial na Favela da Coreia, na zona oeste carioca. Ligado à facção criminosa Terceiro Comando Puro, era considerado foragido da Justiça. O Portal dos Procurados oferecia R\$ 30 mil por sua captura.

Segundo a PM, policiais receberam a informação de que traficantes estavam reunidos em uma das casas da favela. Houve troca de tiros e oito foram baleados. Quatro morreram.

Mil Gol assumiu o tráfico em 2012 após Márcio Sabino Pereira, o Matemático, ser morto durante operação da PM que ganhou repercussão porque tiros foram disparados do helicóptero policial em direção a casas e prédios. / CLARISSA THOMÉ

NA WEB
Portal. Governo federal prepara plano para o Rio
estadiao.com.br/e/plano-Rio

Morador barra plano da nova Cracolândia

A instalação de contêineres e de abrigo para viciados foi prometida, mas acabou suspensa

Fabio Leite

Em meio à revolta de moradores, a gestão do prefeito João Doria (PSDB) suspendeu o plano emergencial de acolhimento dos usuários de drogas da nova Cracolândia, na Praça Princesa Isabel, centro de São Paulo. A instalação de 25 contêineres e de um abrigo com banheiros, refeitórios, dormitórios e salas de atendimento médico para atender os dependentes da região havia sido prometida para ontem, mas não saiu do papel nem tem prazo de conclusão.

Naterça, o secretário de Assistência Social, Filipe Sabará, disse ao **Estado** que a estrutura para atender até 280 viciados estaria “operacional” em dois dias – 150 pessoas nos contêineres que seriam instalados na Rua General Rondon, via vizinha da praça, e 130 no abrigo onde residem ex-moradores de rua, na frente da nova Cracolândia.

Desde quarta-feira, moradores de Campos Elísios protes-

tam contra a instalação dos contêineres em um terreno vazio da Cohab na General Rondon, a uma quadra do acampamento onde até 900 dependentes fumam crack durante todo o dia. “Aqui tem casas e comércios. Se fizerem isso, vai virar mais um ponto de drogas e deixar o bairro sujo e violento”, disse a corretora de imóveis Marina Veron, de 50 anos, vizinha da praça.

Após reunião com os moradores ontem, o prefeito regional da Sé, Eduardo Odloak, disse que o plano dos contêineres está suspenso e será discutido com os secretários de Doria. Já no prédio da Prefeitura do outro lado da praça, que receberia os viciados, os moradores se recusam a mudar para outro abrigo na Mooca, zona leste. “Além de ficar longe, lá são 40 pessoas por quarto. Ninguém quer ir”, disse Márcio Coutinho, de 44 anos. Em nota, a Prefeitura afirmou que “está negociando com os moradores” dos dois locais e não deu prazo para abrir os pontos de acolhimento.

Sírio-Libanês fará projeto

Coordenador do programa Redenção, plano municipal de combate à dependência química, Arthur Guerra anunciou ontem que o Hospital Sírio-Libanês se ofereceu para desenvolver um projeto de como deverá ser a assistência aos usuários de

drogas da Cracolândia. “Eles são especialistas em montar um programa onde os objetivos sejam bem definidos, com avaliações periódicas e identificação dos recursos”, declarou.

O principal objetivo do projeto, de acordo com Guerra, será definir as melhores estratégias de continuidade do tratamento pelo dependente, após um período de internação. / **FABIANA**

CAMBRICOLI

Ex-Cyrela



EDUARDO OGATA/SECOM

Sem conflito. 'Ele conduziu isso tão bem que o convidamos para a secretaria', diz Doria

A ENTREGA DA PRÓPRIA DOAÇÃO

Executivo que atuou em reforma no Ibirapuera vira secretário de Doria

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou ontem a criação da Secretaria Extraordinária de Investimento Social, uma pasta que tem como objetivo “viabilizar recursos do setor privado”, como doações, segundo descreve a gestão, para os programas sociais nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. O titular da pas-

ta será Cláudio Carvalho de Lima, de 47 anos, que nos últimos 12 anos trabalhou na construtora e incorporadora Cyrela Brazil Realty, onde até anteontem era vice-presidente executivo corporativo.

Em sua primeira agenda pública após a apresentação, Lima deverá estar ao lado de Doria hoje na inauguração da reforma dos banheiros do Parque do Ibirapuera, na zona sul

de São Paulo. Anunciada no dia 21 de janeiro pelo prefeito, a obra com custo estimado em R\$ 450 mil foi bancada pela Cyrela, com a articulação direta do agora novo secretário.

O prefeito disse não ver problema. “Nenhum conflito de interesse até porque ele está desligado da Cyrela e passa a ser um funcionário da Prefeitura de São Paulo. Além de que a Cyrela tem nos ajudado bastante ao

longo desses meses, financiando vários projetos sem nenhuma contrapartida, como é o caso dos banheiros do Ibirapuera, a Marquise, o CTA (*Centro Temporário de Acolhimento*), que a Cyrela fez investimento substancial para viabilizá-lo”, disse.

Segundo Doria, uma das razões para a escolha de Lima para o posto foi justamente a negociação para a reforma dos banheiros do Ibirapuera. “Ele conduziu isso tão bem que nós o convidamos para que ele pudesse ocupar essa secretaria”, disse.

O chefe do Executivo estimou que, em seis meses, uma monta de R\$ 678 milhões já tenham sido doadas por empresas. Agora, esse contato ocorrerá por meio da nova secretaria, em parceria com a Secretaria de Justiça.

Parque Augusta. Ainda tramita extrajudicialmente a tentativa de acordo supervisionada pelo Ministério Público entre a Prefeitura e as Construtoras Cyrela e Setin, donas de um terreno onde se reclama a instalação do Parque Augusta. A gestão não informou se Cláudio Carvalho Lima participava das tratativas como representante da Cyrela no último ano. Procurada, a Cyrela também não se manifestou. Já Doria disse que “uma solução” para o Parque Augusta será anunciada em breve. /M.A.C.

**CELSO
MING**


E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

O PIB reage, mas não passa firmeza

O presidente Temer e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, festejaram nesta quinta-feira o que chamaram de “fim da recessão”. Mas estão comemorando vitória antes do fim do jogo. (Sobre os conceitos técnicos de recessão, veja o **Confira**).

O primeiro avanço trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) em dois anos, aconteceu no primeiro trimestre de 2017. Foi de nada menos de 1,0% sobre o quarto trimestre do ano passado, em média mais do que o esperado pelos analistas. É, sim, excelente notícia, mas ainda não dá a taça para o capitão do time. E há pelo menos duas razões para pedir mais prudência nessa louvação.

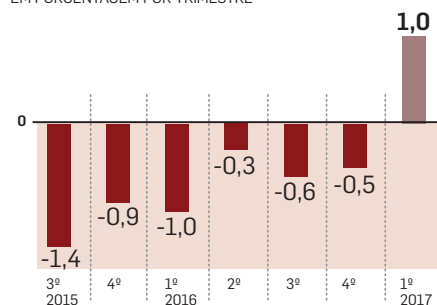
A primeira delas é a alta concentração desse avanço em poucos setores da economia. O PIB cresceu até agora graças à força do agro (13,4%), pelo lado da oferta; e das exportações, pelo lado da demanda (4,8%). Não dá para dizer que o avanço da indústria (0,9%) foi uma ajuda relevante para garantir sustentação do PIB, porque a base de comparação é relativamente baixa e porque não há ainda tração no consumo das famílias (-0,1%). Se o consumo está fraco, a criação de renda, que é a própria definição do PIB, também está fraca. Ou seja, o crescimento ainda é desigual, é saúde apenas das pernas e não dos pulmões e do resto.

A segunda razão são as novas incertezas impostas pela crise política, que têm potencial para nova onda paralisante. Qualquer um sente isso: quando começava nova disposição a consumir e a sair da toca, eis que saiu a divulgação do conteúdo da delação premiada dos irmãos Batista, da JBS, e tudo ficou tão bambo que levou todo mundo de volta para a retranca. O reconhecimento dessa nova safra de incertezas já é oficial, a despeito das cornetadas do Palácio do Planalto: foi o próprio Banco Central que, em documento do Copom, avisou nessa quarta-feira que as

ALGUM AVANÇO

● Variação do PIB do Brasil

EM PORCENTAGEM POR TRIMESTRE



FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

incertezas aumentaram com a crise política – e nisso, rejeita o ufanismo da dupla Temer-Meirelles, hoje empenhada em alardear que a economia está descolada da crise política.

Mas convém olhar para o limite oposto. Também não dá para garantir que esse crescimento seja apenas ponto fora da curva e que o segundo trimestre mostre novo recuo. Boa parte da renda do agronegócio ainda está para ser incorporada, a distribuição do FGTS das contas inativas ajudou muita gente a pagar as dívidas e abrir espaço para mais consumo e a indústria tem enorme capacidade ociosa que pode ajudar a faturar sem exigir novos investimentos. Os resultados deste trimestre e dos próximos dependem dos desdobramentos da crise política.

A amarração entre os destinos da economia e da política fica mais clara quando se olha para as contas públicas. Crise política é ameaça séria de deterioração do lado fiscal, até porque pode comprometer as reformas. Mais despesas públicas empurram a dívida para cima e tendem a desorganizar tudo.

Do ponto de vista da recuperação sustentável da economia e do emprego, o melhor que poderia acontecer agora seria a troca rápida de presidentes, com manutenção da atual política econômica.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Base já se organiza para barrar denúncia de Janot

No Congresso, é considerado quase certo que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentará denúncia contra Michel Temer no STF, na próxima semana. Por isso, Temer e seus aliados já se organizam para barrar o processo dentro do rito que o caso precisa cumprir no Parlamento. Se a denúncia for aceita pelo STF, precisará ser aprovada pelo plenário da Câmara. É lá que está o pulo do gato do governo. No plenário, são necessários dois terços dos votos para que a denúncia avance. Ou seja, com apenas 172 votos, Temer vence.

» **Sem blindagem.** Diferentemente do pedido de impeachment, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não tem o poder de rejeitar o processo. Ao recebê-lo, precisa notificar o acusado e despachar para a Comissão de Constituição e Justiça.

» **Sem chance.** A denúncia de Janot precisa, em primeiro lugar, ser aceita pelo ministro Edson Facchin, do STF. Mas o governo duvida que ele recuse o pedido.

» **Ruim comigo...** O governo instruiu seus ministros a usar a melhora nos indicadores econômicos, como o crescimento do PIB, para convencer o setor empresarial a ajudar na manutenção de Michel Temer.

» **...pior sem mim.** O argumento que está sendo usado é que a queda de Temer fará com que a crise volte e permaneça até, pelo menos, o final de 2018.

» **Deu ruim.** Comandada por Moreira Franco, a reunião de ontem do subgrupo de infraestrutura para tratar de mudanças de prioridades do programa Avançar irritou vários ministros.

» **É pra ontem.** Foi pedida prioridade para obras que tenham “funcionalidade” até 2018. Ou seja, não precisam estar concluídas, mas algo precisa funcionar.

» **Impasse.** Ministros reclamaram que a decisão tiraria o poder de gestão que possuem sobre suas pastas. Nova reunião foi marcada para tentar um consenso.

NAIRA TRINDADE/ESTADÃO



» **CLICK.** Presidente da Comissão da reforma política, Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) ajudou Miro Teixeira (Rede-RJ) a obter 310 assinaturas para a PEC do voto distritão.

» **Vida ou morte.** Um dos principais integrantes do grupo dos “cabeças-pretas” do PSDB, o deputado Daniel Coelho (PE) resumiu que o desembarque do governo é questão de sobrevivência. “Se o PSDB ficar na base, vai haver desmonte com a janela eleitoral.”

» **Tchau, querido.** O presidente da Assembleia de São Paulo, Cauê Macris, endossou o apoio ao desembarque tucano. “Não precisamos estar dentro do governo para defender o que é bom para o País”, disse.

» **Monólogo.** Aliados de Fernando Henrique Cardoso ficaram surpresos com relatos da reunião entre o ex-presidente e Michel Temer: “Foi um monólogo”. Brincam que FHC não conseguiu concluir um pensamento, já que só o presidente teria falado no encontro.

» **Pode melhorar.** Ao comemorar a redução da taxa básica de juros pelo Banco Central, o senador José Serra (PSDB-SP) pontuou que o Brasil ainda tem a maior taxa real de juros do mundo: 10,25%. A Rússia, que está em segundo lugar, tem taxa de 4,9%.

» **Ele se move...** De olho no eleitorado evangélico, Jair Bolsonaro se reuniu ontem com o bispo Manoel Ferreira, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil (Conamad), para falar sobre sua candidatura.

COM NAIRA TRINDADE E GUSTAVO ZUCCHI



KLEBER SALES/ESTADÃO

» **SINAIS PARTICULARES.** Michel Temer, presidente da República

PRONTO, FALEI!



Tasso Jereissati

Presidente do PSDB e senador

“Seja o que Deus quiser!”, sobre o possível desembarque do PSDB do governo conforme o resultado do processo no TSE que pode cassar o mandato de Michel Temer.

Pós-verdade, factoides e eleições

*
MURILLO DE
ARAGÃO

A disseminação de notícias falsas com fins políticos não é um fenômeno novo. A antiga “imprensa marrom” já tratava de denegrir a imagem de uns e outros em jornais e revistas. O poder de denegrir ou incensar imagens sempre foi valorizado, daí sempre ter existido uma associação íntima entre poder constituído e imprensa.

Não à toa, no Brasil muitos donos de veículos de comunicação viraram políticos e muitos políticos viraram donos de veículos de comunicação. Era o poder da mídia alavancando candidaturas e/ou a serviço da verdade personalizada de seu político-dono.

Assim, ao abordar o tema nos dias de hoje, devemos olhar o passado e ver o que ele tem a nos ensinar. E considerar que o problema agora é mais sério porque mais intenso, uma vez que a internet e as redes sociais expandiram o horizonte de circulação das informações a níveis impensáveis décadas atrás.

Indo direto ao ponto, sabemos que o Facebook, por exemplo, foi essencial para a vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a do Brexit, no Reino Unido. Sabemos também que as redes sociais impulsionaram boatos, factoides, mentiras e pós-verdades de forma avassaladora em ambas as campanhas.

Sabemos, ainda, que serviços como Google, Amazon, Spotify, Netflix e YouTube, entre outros, têm como descobrir nossos gostos e preferências. Sabem onde moramos e sabem como personalizar os anúncios que vemos quando vamos aos sites de notícias ou de compras. Assim, podem saber o que queremos ler ou escutar. E até mesmo deduzir a tendência do nosso voto.

Imaginem uma ação coordenada por *hackers* destinada a poluir as redes sociais de inverdades de cunho político devidamente personalizadas... Dizem que aconteceu nos Estados Unidos. Pode acontecer aqui também. Estamos preparados, no Brasil, para lidar com tal situação? Claro que não.

Recentemente, sites oficiais de governos e empresas, inclusive no Brasil, foram alvo de

um mega-ataque cibernético. Imaginem se isso ocorre durante o nosso processo eleitoral, que será excepcionalmente curto e durante o qual as inverdades terão pouco tempo para serem digeridas...

O problema é gravíssimo pela crescente importância das mídias sociais no cotidiano. Dizem que o Facebook tem mais de 100 milhões de usuários no Brasil e que o Google fatura 10% de sua receita mundial por aqui. O sucesso do Google como veículo reside em sua capacidade de segmentar a mensagem publicitária. T tamanha precisão pode ser, de algum modo, utilizada a favor da viralização de notícias falsas. Mas o problema não está, apenas, na capacidade de as redes sociais multiplicarem inverdades.

Urgem medidas para reduzir o efeito negativo das notícias falsas no pleito de 2018

O problema, numa dimensão maior, deve abranger as notícias propositalmente imprecisas, as notícias falsas e a sua difusão. Como tratar? Não há solução fácil. Nem única. Até mesmo pelo fato incontestado de que o tema trafega no campo da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Por outro lado, as notícias falsas impactam as verdadeiras e, sobretudo, as decisões reais de cidadãos. Além do mais, a mescla de notícias falsas com verdadeiras cria o que chamo de uma espécie de dimensão da “pararealidade”, em que não se sabe o que é verdadeiro e o que não é.

O que proponho para o tratamento da questão? A meu ver, três tipos de providências deveriam despertar a atenção dos Poderes Legislativo e Judiciário, dos veículos de comunicação, dos veículos de comunicação, dos megassites e das redes sociais. Refiro-me a providências de natureza autorregulatória, de natureza legislativa e de natureza processual.

No âmbito da questão autorregulatória, os principais vetores das redes sociais devem estimular comportamentos que limitem os efeitos das notícias falsas e até mesmo reparem o dano causado. Recentemente o Facebook anunciou que vai contratar 3 mil moderadores com o objetivo de evitar o uso

da rede para disseminar crimes, imagens pornográficas ou violentas e a apologia ao terrorismo. É um início.

As demais redes sociais deveriam fazer o mesmo, adotando comportamentos e processos que minimizem a circulação de notícias mentirosas e permitam a pronta identificação dos sites que as propagam. O Google deveria investigar sites que tradicionalmente divulgam inverdades, ao invés de financiá-los por meio de pagamento por anúncios vistos.

Os grandes grupos de mídia também precisam estar atentos. Na França, no recente período pré-eleitoral os principais sites de notícias atuaram coordenados para combater a difusão de informações falsas. Deveriam ir além, visando a educar sobre o dano que a imprecisão e a manipulação das meias-verdades podem causar ao processo eleitoral.

No âmbito legislativo, deve ser considerada a aprovação de um projeto de lei que reforce o marco legal da responsabilização pela divulgação de notícias inverídicas e permita que as autoridades policiais e judiciais identifiquem e punam os autores rapidamente. Há de se cogitar, também, de um procedimento diferenciado para o direito de resposta no caso das inverdades difundidas pelas redes sociais. Não sei como fazer. Mas sei que a mentira vulnera a democracia.

Por fim, deveria ser criada uma força-tarefa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a participação da Polícia Federal tendo em vista, desde já, se preparar para enfrentar o problema ao longo do processo eleitoral de 2018.

Sabemos que existem leis e resoluções, inclusive do TSE, que trataram do tema nas eleições passadas. Devemos, porém, ir além e, ao lado da legislação existente, incentivar uma atitude proativa das autoridades competentes, da mídia tradicional e das grandes operadoras das redes sociais a fim de reduzir o efeito negativo que as notícias falsas vão provocar em nosso processo eleitoral e em nossa nascente democracia.

*
ADVOGADO, CONSULTOR, JORNALISTA, CIENTISTA POLÍTICO E DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UNB

As ilusões perigosas

FERNANDO
GABEIRA

Foz do Iguaçú, Cascavel, Maringá, Londrina. Tenho discutido a crise brasileira em algumas cidades, a propósito do lançamento de um livro. Nessas conversas, a primeira parte é sempre mais fácil. Trata de uma análise dos fatos e erros que nos jogaram nesta crise e secaram as esperanças inspiradas pelo movimento das Diretas-Já. A segunda parte, que trata de uma saída para a crise, é bem mais nebulosa. Repito a imagem de uma navegação na neblina, com todos os perigos que ela implica, inclusive o risco de o barco encalhar.

A Constituição é uma bússola, mas segui-la apenas não supera todos os obstáculos do caminho. Não há nada na Constituição, por exemplo, que impeça a escolha de um idiota para o cargo de presidente. Da mesma maneira, a Constituição não nos protege das tentativas do governo de controlar e bloquear as investigações da Polícia Federal (PF). Falta nela um dispositivo que garanta a autonomia da PF, para protegê-la desses ataques.

Dilma trocou o ministro da Justiça duas vezes. Temer, na mesma situação, utiliza a velha tática. Eles nos colocam numa situação delicada. De modo geral, em situações difíceis somos obrigados a contar com a ajuda de desconhecidos.

As escolhas de Dilma e Temer nos obrigam a espancar desconhecidos. Eles escolhem pessoas que mal conhecemos, com a tarefa de enfrentar e neutralizar a Lava Jato.

De acordo com os grampos, Aécio Neves, por exemplo, conspirando com Temer, queria que o ministro da Justiça escolhesse os delegados para os inquéritos envolvendo políticos. Era uma forma de neutralizar as investigações.

Os delegados da PF já perceberam o que está em jogo. Temer, na mesma operação, designou Osmar Serraglio para o Ministério da Transparência. Houve resistência dos próprios funcionários. Como sair chamuscado da Carne Fraca e assumir um cargo vital no combate à corrupção? Serraglio saltou fora.

Os derradeiros movimentos de presidentes em queda costumam ser patéticos. O medo es-

tá implícito em suas decisões: é mais importante sobreviver no cargo do que considerar a gravidade e a urgência dos problemas nacionais.

A Constituição prevê a escolha indireta de um novo presidente até 2018. Mas quem teria força para vencer no Congresso? A tendência é escolher o candidato que mais atenda aos anseios dos políticos, e não da sociedade. O programa desse período-tampão não importa tanto, mas, sim, o que fazer para evitar que a polícia os alcance e, mais ainda, que ela não possa deter os futuros processos de corrupção.

A solução desse impasse, para quem gosta de saídas simples, são as eleições diretas. Outro dia ouvi alguém defender diretas para o período até 2018 e diretas de novo em 2018. Num país com 14 milhões de desempregados, duas eleições nacionais quase seguidas são um remédio com grande chance de matar o paciente.

É difícil o Congresso eleger alguém que se comprometa a apoiar a Lava Jato. Assim como nas manobras presidenciais a tendência é procurar um nome que enfrente a polícia e a Justiça. É compreensível que atuem assim. Os presos querem fugir da cadeia, os investigados querem escapar das suspeitas. Mas é uma reação de desespero.

Boa parte dos políticos está muito próxima de um diagnóstico de internação compulsória

Os danos políticos sobre o sistema político-partidário são indelévels. O destino legal de cada investigado leva mais tempo para se definir.

As eleições de 2018 podem se tornar uma hecatombe para todos. Há um caso da eleição de 1973 na Dinamarca, que derrotou os principais partidos e abriu caminho para novas forças. Ficou célebre.

Quando escrevo isto, imediatamente me vem à cabeça: o Brasil não é a Dinamarca. Mas os fatos que o País acompanha desde o governo petista são estarrecedores. Não creio que exista nada parecido no mundo.

Nas ruas ouço muito a expressão “não temos para onde correr”. Mas, quem sabe, essa situação se altera, gente da própria

sociedade dá um passo adiante e enfrenta a tarefa? No momento, todos têm medo de se confundir com os políticos. Se conseguirem se distanciar deles, talvez o fardo seja menor.

Uma coisa é certa: presidentes e políticos jogam sempre com a possibilidade de deturpações, trocar delegados, intimidar procuradores.

Não estão conseguindo. Sua escolha é um equívoco. Não percebem que a luta contra a Justiça piora sua situação política. Supõem que, abafando agora, todos se esquecerão num futuro próximo e o tradicional processo de acusações recíprocas nas eleições acabará funcionando como um escudo.

Por isso a sucessão de Temer será um momento decisivo. O Congresso pode querer utilizá-la para entrar em guerra com a Lava Jato e a maioria da sociedade que apoia as investigações. Nesse caso, a instabilidade apenas prosseguirá e não é totalmente descartável que mais um presidente caia antes de 2018.

Lembro-me dos asilados bolivianos na Europa. Eles voltavam para viver um novo governo na Bolívia, mas não jogavam fora o cartão mensal do metrô europeu. Era sempre possível voltar antes do fim do mês.

O cinismo de grande parte dos políticos, sua insistência em impedir que o Brasil faça justiça a quem o lesou são fatores muito delicados. Eles estão muito próximos de um diagnóstico de internação compulsória. Não só representam um perigo para a sociedade, como sua miopia implica também um perigo para a própria vida, em caso de revolta popular.

Lembro-me de um western em que um mexicano pendurava um americano numa corda, apontava a arma para ele e dizia: “Gringo, vou ter de matá-lo para mostrar que gosto de você”. Aqui, vamos precisar interná-los para proteger sua vida.

Eles não andam na rua, não sentem o pulso das mudanças que acontecem no espírito dos brasileiros. Acham que, desmantelando a PF, contratando bons marqueteiros para contar sua história, tudo recomeçará como antes. São ilusões perigosas, devastadoras.



JORNALISTA

A recuperação ameaçada



O Brasil pode ter saído da recessão no primeiro trimestre, puxado pelo excelente desempenho da agropecuária e pela incipiente reanimação da indústria, mas isso foi antes do recrudescimento da crise política. A recuperação pode ter continuado no trimestre seguinte, mas neste momento é inútil consultar as bolas de cristal sobre o futuro próximo: estão embaçadas como nunca estiveram nos últimos 12 meses. A diferença entre o antes e o depois da visita do empresário Joesley Batista ao presidente Michel Temer foi dramaticamente realçada num intervalo de menos de 24 horas. Na manhã de ontem apareceu a boa notícia sobre a economia pré-crise. O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre foi 1% maior que o dos três meses finais de 2016. Foi o

primeiro resultado positivo, depois de oito trimestres de recuo. Na quarta-feira, ao anoitecer, o Banco Central (BC) havia divulgado a redução dos juros básicos de 11,25% para 10,25%. A palavra incerteza foi usada cinco vezes no comunicado. Polidamente, o redator da nota deixou de explicitar a relação entre a nova insegurança e o assédio ao presidente. Nem precisaria ser mais explícito.

Seria muito mais fácil apostar na continuação do crescimento econômico, neste ano e no próximo, se houvesse alguma segurança quanto ao ritmo de redução dos juros. Dinheiro mais barato faz diferença tanto para a expansão do crédito – para o consumo e para o capital de giro das empresas – quanto para o investimento em máquinas, equipamentos e construções. Essa segurança inexistente, neste momento.

Se as incertezas persistirem, o próximo corte de juros, dentro de

um mês e meio, poderá ser inferior a um ponto porcentual, padrão seguido ainda nesta quarta-feira pelo Copom, o Comitê de Política Monetária do BC. A advertência está no final da nota distribuída pouco depois da reunião. O novo quadro de insegurança, segundo o comunicado, pode afetar tanto a evolução dos preços como as possibilidades de avanço no ajuste das contas públicas e no programa de reformas.

O “aumento da incerteza sobre a velocidade do processo de reformas e ajustes na economia” é apontado como “fator de risco principal”. O risco é obviamente vinculado ao quadro político. Ministros e parlamentares ligados ao governo têm prometido a manutenção do programa de arumação fiscal e de reformas, especialmente da Previdência, mas nem os membros do Copom, nem os empresários de qualquer setor, nem os operadores de mercados podem ba-

sear suas decisões em discursos como esses.

A insegurança realçada pelo Copom em seu comunicado também afeta, naturalmente, decisões muito importantes para a continuidade da recuperação econômica. A reação observada nos primeiros meses pode ter continuado até o surgimento da crise, mas seria obviamente irrealista, mesmo assim, dar como assegurada uma nova etapa de crescimento. O potencial de expansão da economia brasileira já estava em declínio antes da crise. O potencial de crescimento sem desajustes foi reduzido, segundo estimativa do governo, a uns 2,5% ao ano. Até essa estimativa pode ser otimista.

Para reforçar a musculatura e a agilidade da economia brasileira será preciso investir muito, por vários anos, em equipamentos, máquinas e obras, além de implantar, é claro, padrões muito melhores de educação

fundamental e de formação de mão de obra. O primeiro passo será recompor o padrão de investimento – já muito baixo – perdido nos últimos anos. No primeiro trimestre foi investido em recursos físicos, como bens de produção empresariais e obras públicas, o equivalente a míseros 15,6% do PIB. Um ano antes, a proporção era de 16,8%. Uma política razoável deverá visar inicialmente a uns 25%. Isso dependerá da reativação da economia e de uma cooperação eficiente entre governo e setor privado para fortalecimento da infraestrutura.

Nada disso se fará sem racionalidade, criatividade, respeito à aritmética e às limitações de recursos e, é claro, compromisso com a estabilidade monetária e fiscal. Treze anos de populismo devastaram a economia. Mas nem todos aprenderam com os fatos e o risco de retorno à orgia de incompetência, mentira e corrupção está longe de ser desprezível.

Invasão da Secretaria da Cultura

A ocupação da sede da Secretaria Municipal de Cultura por um grupo de 70 manifestantes que pede a demissão do secretário André Sturm, sob a justificativa de que ele teria ameaçado “quebrar a cara” de um agente cultural que o tratou desrespeitosamente, é o desdobramento da conhecida estratégia de determinados movimentos sociais e pequenos partidos de extrema esquerda de provocar as autoridades com o objetivo de exasperá-las e, depois, explorar politicamente a eventual reação impensada.

O incidente ocorreu na segunda-feira passada, durante uma reunião com agentes culturais para negociar a renovação de uma parceria para gestão da Casa de Cultura Ermelino Matarazzo, na zona leste. Celebrado na gestão de Fernando Haddad (PT), o contrato – por meio do qual a Prefeitura, que é dona do prédio, se comprometeu a destinar cerca de R\$ 16 mil por mês a um coletivo escolhido para administrar as iniciativas desse órgão – expirou em abril. Nos dez primeiros minutos da reunião, Sturm explicou que não tinha condição de manter o valor do repasse na renovação do contrato, por falta de recursos orçamentários da Secretaria. Quando prometia estudar uma ajuda financeira futura para o coletivo, foi interrompido de forma desrespei-

tosa e intempestiva pelo ativista Gustavo Soares, que tem 25 anos e é conhecido por sua agressividade contra autoridades.

Foi no calor da discussão que o secretário se exaltou. Após ter sido chamado de “desequilibrado” por Soares, ele afirmou que os agentes culturais não eram donos do prédio da Casa de Cultura Ermelino Matarazzo. Manifestou a disposição de despejá-los. Por fim, chamou Soares de “chato”, “babaca” e “moleque”, ameaçando “quebrar sua cara”. O ativista que o provocou já chegou ao local com um gravador e a gravação do bate-boca foi colocada nas redes sociais pela vereadora Sâmia Bonfin (PSOL), que também protocolou uma representação no Ministério Público, acusando o secretário de abuso de autoridade.

Apesar de Sturm ter se desculpado, a divulgação de sua infeliz resposta ao agente cultural foi o pretexto que alguns coletivos e movimentos sociais almejavam para criar uma situação de fato contra a gestão do prefeito João Doria (PSDB). O script é conhecido. Depois de terem invadido de forma ruidosa e com cartazes com mensagens ofensivas o gabinete do secretário, no centro de São Paulo, expulsaram os assessores técnicos da Secretaria e anunciaram que somente sairiam do local após sua demissão. Em seguida, divulgaram nota em que exigem um “diálogo” com as autorida-

des municipais e ficaram à espera da execução de uma ordem judicial de reintegração de posse, quando teriam a oportunidade de criticar a repressão policial.

Respondendo à arrogância e ao vandalismo dos invasores com tato e prudência, a Prefeitura distribuiu nota informando que os representantes da Casa de Cultura Ermelino Matarazzo não apresentaram “pautas e propostas concretas” para dialogar e que a saída de Sturm “não está na pauta do prefeito”. “Ao contrário do que afirmam os manifestantes, a postura agressiva não demonstra interesse em dialogar”, diz a nota. Também demonstrando habilidade, para não dar aos ativistas pretexto para acusar a Prefeitura de violência, a Guarda Civil Municipal limitou-se a cercar o prédio, garantiu a segurança dos servidores e decidiu agir somente caso o patrimônio público fosse depredado pelos invasores.

O que ocorreu com a Secretaria Municipal de Cultura está se tornando rotina em todo o País. A invasão do prédio nada mais é do que a reafirmação da prática de interdição de espaços públicos por grupos radicais que, para compensar a falta de representatividade, se acostumaram a afrontar o primado da lei e apelar para a violência, tentando impor a qualquer preço sua agenda política. Esse é o tipo de gente que quer acabar com a democracia e impor o monólogo.

O conforto da fantasia

O lugar escolhido para o lançamento do “Plano Popular de Emergência”, proposto pela Frente Brasil Popular para “restabelecer a ordem constitucional democrática, defender a soberania nacional, enfrentar a crise econômica, reverter o desmonte do Estado e salvar as conquistas históricas do povo trabalhador”, não poderia ser mais apropriado: um teatro.

É difícil encontrar o que não seja ficção ou encenação nos 76 itens do tal plano, apresentado no Tuca, o teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na noite de segunda-feira passada. Mas não havia o menor risco de que alguém ali cometesse a indelicadeza de lembrar que tudo o que consta do plano contraria a realidade. Afinal, a plateia, formada por representantes de diversos movimentos sociais, estava ali para aplaudir a farsa.

Refugiados nas suas fantasias, os petistas e seus associados, mesmo depois de tudo o que protagonizaram desde 2003, quando Lula da Silva chegou ao poder e deu início a essa era trevosa cujos efeitos ainda se fazem sentir um ano depois de encerrada, consideram-se aptos a apresentar soluções para resolver os graves problemas econômicos, políticos e morais que eles mesmos criaram. Seria uma comédia se não fosse uma tragédia – pois ainda há quem acredite nesse teatro do absurdo.

No “Plano Popular de Emergência” da Frente Brasil Popular – um consórcio de gângsteres sindicais, agitadores profissionais, baderneiros em geral e inocentes úteis a serviço do PT – lê-se que seu objetivo é “inverter, no mais curto espaço de tempo, os indicadores econômicos, sociais e políticos que resultaram do interregno golpista”. Isto é, para esses bufões, a profunda crise em que o País está metido é obra do atual governo, que tem apenas um ano, e não dos governos petistas, que ficaram longuíssimos 13 anos no poder.

Mas a afronta à realidade não termina aí. Depois de ter ajudado o governo petista a arruinar a economia nacional, a trupe que se apresentou naquele palco garante ser capaz de “implementar um projeto nacional de desenvolvimento que vise a fortalecer a economia nacional” e promover “o desenvolvimento autônomo e soberano”. Para isso, em primeiro lugar, eles defendem “a revogação de todas as medidas de caráter antipopular, antinacional e antidemocrático aprovadas durante o governo usurpador” – justamente as ações que reduziram o ritmo de destruição das contas públicas e restituíram um pouco de credibilidade à administração federal, depois de anos de pedaladas, contabilidade criativa e política econômica doidivas.

No faz de conta da Frente Brasil Popular, tudo é muito simples. Basta adotar “uma nova política econômica, tendo

como vetor o desenvolvimento, adequando as taxas de juros, o câmbio e a política fiscal à realidade da economia brasileira e dentro de padrões internacionais, buscando elevar os investimentos a 25% do PIB no prazo de quatro anos”. A menção à “realidade”, aqui, é apenas um “caco” – isto é, uma palavra introduzida pelo ator em sua fala para gerar efeito cômico. Pois todo o resto do tal “plano de emergência” é um compilado da política dolosamente irresponsável de Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Lá estão os mesmos erros fundamentais da “nova matriz econômica” petista, desde “a adoção de um plano de desenvolvimento industrial que articule investimentos estatais, política cambial, créditos de bancos públicos e incentivos à iniciativa privada” até a “expansão e barateamento do crédito para produção e consumo (...) em movimento comandado pelos bancos públicos”, passando pelo “restabelecimento das regras de conteúdo nacional na indústria de petróleo e gás, extensiva ao setor elétrico e mineral”, sem falar, é claro, da “expansão de gastos e investimentos sociais”.

Não se pode subestimar a capacidade que essa trupe tem para angariar simpatia, pois eles sabem muito bem vender suas miragens. Em tempos de crise aguda, como o atual, é muito mais confortável acreditar nos desvarios dessa gente inconsequente do que aceitar a aridez do mundo como ele é.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ SEXTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.202

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H01 ★ R\$ 4,00

ÍNDICE PIB

Para economistas, fim da recessão não está no horizonte

Mercado A17

Com commodities, exportações foram principal fator de alta

Mercado A19

Governo comemora, e presidente fala em 'renascimento'

Mercado A18

VINICIUS TORRES FREIRE

Economia cresceu bem, mas deve ser podada pela política

Mercado A18

MAURO ZAFALON

Peso do agronegócio cresce com supersafra e fraco saldo anterior

Mercado A21

Após dois anos de queda, PIB volta a subir no 1º trimestre

Indicador registrou alta de 1% de janeiro a março, na comparação com os três meses anteriores

A economia brasileira registrou, no primeiro trimestre deste ano, resultado positivo depois de dois anos seguidos no vermelho.

O IBGE divulgou ontem que o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1% de janeiro a março, em relação aos últimos três meses de 2016.

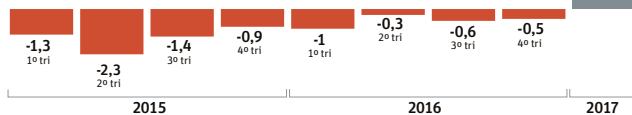
O principal fator para a elevação foi o desempenho do setor agropecuário, que teve alta de 13,4% no trimestre, embalado por safras recordes de grãos. Os serviços, que respondem por mais de 70% do PIB, ficaram estáveis. A indústria teve crescimento leve, de 0,9%.

PIB TRIMESTRAL

Em relação ao trimestre anterior, em %

Agronegócio e exportações impulsionam atividade econômica do país

1,0
1º tri



SETORES

Variação do PIB por setor da economia, em %

Investimentos	-1,6
Consumo do governo	-0,6
Consumo das famílias	-0,1
Importações	1,8
Exportações	4,8

Doria quer mudar pagamento por serviço de ônibus

A gestão Doria (PSDB) prepara proposta segundo a qual as empresas de ônibus não receberão mais pelo número de passageiros, mas com base nos custos dos serviços. As viagens apoiam. Críticos dizem que os riscos financeiros para a Prefeitura de SP crescerão. Cotidiano B1

guia

Cervejarias abrem bares para vender somente rótulos próprios Pág. 6

RUY CASTRO

Garrincha recebeu ajuda de muita gente, exceto de si mesmo Opinião A2

Pernambuco terá 'toque de recolher' nas festas juninas

Em meio à pior crise na segurança pública dos últimos dez anos, o governo de Pernambuco impôs um "toque de recolher" durante as festas juninas. Os locais de shows terão policiamento só até a meia-noite, horário em que as apresentações devem ser encerradas. Cotidiano B4



O presidente Donald Trump depois de anunciar, na Casa Branca, a saída dos EUA do Acordo de Paris sobre o clima

Trump retira EUA do Acordo de Paris

Sob a justificativa de colocar os EUA "em primeiro lugar", Donald Trump anunciou que o país deixará o Acordo de Paris sobre o clima, que foi assinado no final de 2015 por 195 países e blocos.

Para o presidente, o acordo "paralisa os EUA", segundo maior emissor de gás carbônico —atrás da China—, "enquanto dá poder a algumas das nações mais poluidoras do mundo".

Trump quer renegociar o acordo, mas Alemanha, França e Itália rechaçaram a ideia em comunicado conjunto: "Consideramos irreversível o impulso gerado em Paris em dezembro de 2015".

Ao abandonar as metas para frear o aquecimento global, Trump barateará o preço da energia fóssil, porém confrontará setores da nova economia, escreve Marcelo Leite. Mundo A11 e A12

CIRCULAÇÃO 305.718 (impressos + digitais)

AUDIÊNCIA 29.367.191 visitantes únicos/mês



ATMOSFERA Cotidiano B2

SP tem dia de sol e frio pela manhã

Mínima 10°C Máxima 19°C

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço de atendimento ao assinante, as editorias e o ombudsman

RODÍZIO Cotidiano B2

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 9 ou 0

9 ou 0

fafe.folha.com.br

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Crescimento frágil", sobre avanço do PIB após dois anos de queda, e "Incerteza eleitoral", acerca de eleições parlamentares no Reino Unido.

PF apura fraude de R\$ 2,6 mi em campanha de Haddad

A Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em gráficas suspeitas de lavar dinheiro para a campanha de Fernando Haddad (PT) à Prefeitura de SP. Elas são ligadas ao ex-deputado Francisco de Souza, alvo de investigação do TSE revelada pela Folha em 2016. Haddad, que nega a acusação, deve ser chamado para depor. Poder A6

Dilma e Temer adotam defesa parecida no TSE

A defesa de Dilma Rousseff pediu ao Tribunal Superior Eleitoral a retirada dos depoimentos de Marcelo Odebrecht e João Santana do processo da ex-presidente. Alega que o objeto da ação foi extrapolado, mesma estratégia dos advogados do presidente Michel Temer. Poder A4

Justiça bloqueia R\$ 800 milhões de Joesley Batista

A Justiça ordenou o bloqueio de R\$ 800 milhões das contas bancárias de Joesley Batista, da JBS. A medida serviria para que o patrimônio fosse preservado e, no futuro, os cofres públicos pudessem ser ressarcidos por prejuízos causados pela empresa. Cabe recurso. Poder A10

contraponto

A força do hábito...

No fim de semana passado, em São Paulo, o prefeito João Doria (PSDB) organizou um seminário para debater a eficiência na gestão pública.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) abriu o evento com sua tradicional saudação às autoridades presentes.

Ao se referir ao deputado Cauê Macris (PSDB-SP), presidente da Assembleia paulista, o tucano soltou:

— Esse Cauê Macris não é fraco não! Seu primo é o Macri, presidente da Argentina, e agora elegeu o Macron, presidente da França!

Na plateia, mesmo os tucanos que não acharam graça na piada, riram.

Ação da PF atinge campanha de Haddad

Operação cumpre mandados em gráficas ligadas a ex-deputado que prestaram serviço para petista em 2012

Marlene Bergamo - 17.jan.2016/Folhapress

Suspeita é de lavagem de dinheiro, com base em delação da UTC; Haddad diz que serviços foram registrados

DE SÃO PAULO

Operação deflagrada pela Polícia Federal nesta quinta-feira (1º) cumpriu mandados de busca e apreensão em gráficas suspeitas de lavar dinheiro para a campanha de Fernando Haddad (PT) à Prefeitura de São Paulo em 2012.

As investigações apuram suspeita de pagamento, pela empreiteira UTC, de dívidas da chapa do petista referentes a serviços gráficos no valor de R\$ 2,6 milhões. Quatro empresas ligadas ao ex-deputado estadual Francisco Carlos de Souza, o “Chico Gordo” ou “Chicão”, foram alvos da operação.

As firmas se chamam Souza & Souza —propriedade de Chicão—, LWC, Axis e Cândido & Oliveira —que pertenciam a pessoas ligadas a ele.

Pela manhã, 30 policiais cumpriram nove mandados de busca e apreensão, expedidos pela 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, nas cidades de São Paulo, São Caetano e Praia Grande.

O ex-prefeito Haddad deve ser chamado para depor no inquérito, segundo o delegado da PF Rodrigo de Campos Costa, que conduz a investigação.

A ação, intitulada Cifra Oculta, é um desdobramento da Operação Lava Jato e começou em novembro de 2015 após o STF desmembrar a co-



Sede da Souza & Souza, gráfica localizada na zona leste de SP que é suspeita de lavar dinheiro para campanha de Haddad

laboração premiada de executivos da empresa UTC em anexos para a investigação nos Estados.

Em setembro de 2016, a **Folha** mostrou que Chicão foi alvo de ação na Justiça Eleitoral movida pelo PSDB em processo que investiga a campanha presidencial da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer em 2014. A suspeita é de que a gráfica não tenha capacidade de produção do material demandado pela campanha e tenha emitido notas frias.

Segundo três delatores da Lava Jato, Souza recebeu R\$ 2,6 milhões em propina da Petrobras para pagar dívidas da campanha de 2012 de Had-

dad. O pedido para que o dinheiro fosse entregue à gráfica teria sido feito pelo ex-tesoureiro do PT João Vaccari.

A delação do dono da UTC, Ricardo Pessoa, serviu como ponto de partida para o inquérito. O valor inicial da transferência, de acordo com as investigações, era de R\$ 3 milhões, mas foi reduzido após negociação.

O delegado Costa afirmou que a dívida teria sido paga por meio do doleiro Alberto Youssef, em transferências bancárias e em dinheiro vivo, para as empresas. A polícia chegou a pedir a prisão preventiva de Chicão, mas a Justiça negou a solicitação.

Além dos R\$ 2,6 milhões, duas das gráficas, LWC e Oliveira & Souza, prestaram serviços declarados nos valores de R\$ 354 mil e R\$ 253 mil a campanha, respectivamente.

Em nota, a assessoria de Fernando Haddad diz que a empresa de Chicão “prestou apenas pequenos serviços devidamente pagos pela campanha e registrados no TRE”.

LIGAÇÕES

Na Lava Jato, Alberto Youssef, Ricardo Pessoa e o ex-diretor financeiro da empreiteira Walmir Pinheiro apontaram Chicão como o destinatário de transações para quitar despesas de campanha de

Haddad, mas não indicaram o nome completo dele.

Em depoimento à força-tarefa da operação, em julho de 2015, Youssef afirmou que realizou os repasses para “Chicão” a pedido de Ricardo Pessoa. O delator disse não se lembrar do nome completo dele, mas deixou um número de celular que bate com o de Francisco Souza.

Posteriormente, Ricardo Pessoa também fechou acordo de colaboração e confirmou as transferências. O valor, segundo ele, seria descontado da “conta corrente” de propinas devidas ao PT, abastecida com desvios da Petrobras. (JOSÉ MARQUES)

▶ OUTRO LADO ◀

Campanha não repassou valor, diz ex-prefeito

DE SÃO PAULO

A assessoria de Haddad, em nota, negou as acusações. Segundo o comunicado, a empresa de Chicão prestou apenas pequenos serviços devidamente pagos pela campanha e registrados no TRE.

Sobre a UTC, afirma que a empreiteira “teve seus interesses contrariados no início da gestão Haddad, com o cancelamento das obras do túnel da avenida Roberto Marinho, da qual fazia parte junto com outras empreiteiras igualmente envolvidas na Lava Ja-

to. O executivo da UTC, Ricardo Pessoa, era dos mais informados com a decisão”.

“O propalado repasse de R\$ 2,6 milhões, se ocorreu, não tem nada a ver com a campanha à prefeitura de São Paulo em 2012, até porque seria contraditório uma empresa que teve seus interesses prejudicados pela administração saldar uma dívida de campanha deste administrador”, diz a nota.

Em setembro do ano passado, além de Fernando Haddad, a defesa do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e a assessoria do PT também negaram as acusações.

Chicão disse que sua gráfica prestou os serviços pelos quais foi paga. Para isso, segundo ele, sua gráfica terceirizou parte do trabalho.

PF prende suspeito de pagar propina a Cabral

Operação Ratatouille mira contratos de fornecimento de alimentação no governo do Rio

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

A Polícia Federal prendeu nesta quinta-feira (1º) o empresário Marco Antônio de Luca, do grupo Masan, responsável pelo fornecimento de alimentação para o governo do Rio. Ele é acusado de pagar propina para o grupo do ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB).

A operação, batizada de Ratatouille, é mais um desdobramento da Lava Jato no Rio. Segundo a PF, o pagamento total de propina a agentes públicos feito pela empresa chega a R\$ 12,5 milhões.

De Luca é um dos que esta-

vam presentes em uma festa em Paris com Cabral, secretários de governo e empresários, em 2009. O episódio ficou conhecido como “farra dos guardanapos”. O empresário já havia sido citado em delação premiada do ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Jonas Lopes.

O grupo Masan fornece refeições para presídios, escolas, PM e hospitais.

O Ministério Público Federal suspeita ainda que Cabral tenha recebido propina por contrato firmado pela Masan com o comitê organizador da Olimpíada de 2016.

No pedido de prisão do empresário, a Procuradoria lis-

ta seis contratos da empresa com a Rio-16. A firma forneceu mão de obra para limpeza e atendimento, além de refeições, a partir de 2015. A Procuradoria solicitou informações ao comitê a respeito.

BLOQUEIO DE BENS

Também nesta quinta, a Justiça decretou o bloqueio de até R\$ 3,1 bilhões dos bens do ex-governador e outros suspeitos de envolvimento em supostas fraudes na contratação das obras da linha-4 do metrô do Rio.

Ação civil pública do Ministério Público do Rio afirma, com base em relatório técnico do Tribunal de Con-

tas do Estado, que o contrato da obra provocou um prejuízo de R\$ 3,17 bilhões.

A defesa de Cabral diz que vai se manifestar no processo.

O grupo Masan afirmou em nota que obteve contratos por meio de licitação ganhas pela modalidade menor preço.

A nota afirma que Marco de Luca não faz parte da Masan desde agosto de 2015.

O comitê organizador da Olimpíada afirmou que o maior contrato da Masan foi submetido à aprovação no Conselho Diretor da entidade duas vezes. O colegiado conta com dez pessoas, sendo três dos governos federal, estadual e municipal.

GOVERNO ENCURRALADO

Procuradoria pede prisão de Rocha Loures

Ex-assessor de Temer, flagrado recebendo mala com propina, é investigado no mesmo inquérito contra presidente

Rocha Loures era suplente de Serraglio na Câmara, mas perdeu o cargo com mudanças em ministérios

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da República fez, nesta quinta (1º), um novo pedido de prisão de Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), que perdeu o car-

go de deputado federal após o retorno de Osmar Serraglio, exonerado do Ministério da Justiça, à Câmara. A decisão caberá ao ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Rocha Loures é investigado no STF em inquérito com o presidente Michel Temer, de quem era assessor especial, no âmbito da delação da JBS. Ele é apontado nas investigações como o responsável por receber uma mala com R\$ 500 mil da empresa em

forma de propina.

Um primeiro pedido de prisão havia sido feito anteriormente, mas foi negado pelo relator da Lava Jato, Edson Fachin, sob a alegação de que Loures era deputado. Naquela circunstância, a prisão deveria ser em flagrante. Loures é suplente da bancada do PMDB na Câmara.

Com a perda do foro privilegiado no Supremo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reiterou o pedido sob a alegação de que não

há mais motivos para ele não ser detido.

O governo chegou a estudar alternativas para garantir o foro de Rocha Loures após mudança nos ministérios.

Nos bastidores, há uma expectativa de que Loures possa negociar um acordo de delação premiada, algo que preocupa o Palácio do Planalto.

Seu advogado, Cezar Roberto Bitencourt, não descartou possibilidade, mas tem dito que estuda outras alternativas, como pedir a anulação

da delação da JBS. “Delação está afastada, a priori. Nada se afasta em definitivo, mas em princípio, sim. Não tem sentido começar uma defesa pensando em colaboração”, afirmou na segunda (29).

Joesley Batista, sócio da JBS e delator, gravou quatro conversas —duas com Rocha Loures, uma com o presidente Temer e outra com o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG)— e apresentou o material à PGR a fim de negociar delação.

Depois da gravação, Rocha Loures foi alvo de ação controlada da Polícia Federal e filmado recebendo uma mala de dinheiro com R\$ 500 mil. O deputado afastado desenvolveu os recursos às autoridades na semana passada.

Para Bitencourt, o material produzido na ação da PF é questionável porque foi gerado a partir de um ato ilícito, a gravação secreta: “É uma prova derivada, fruto da árvore envenenada. O resto é ilegal também”.

‘Conta’ de aliado de Cunha com Joesley era de R\$ 173 mi

Valor teria sido pago em propina a Lúcio Funaro, operador de ex-deputado

Montante é maior do que a multa aplicada pela Procuradoria ao dono da JBS, que foi de R\$ 110 milhões

FELIPE BÄCHTOLD
DE SÃO PAULO

Uma casa nos Jardins, em São Paulo, de R\$ 14 milhões, e um helicóptero, de R\$ 8,4 milhões, seriam alguns dos itens da conta-corrente de propina paga desde 2011 pelo empresário Joesley Batista ao operador Lúcio Funaro, um dos personagens da crise no governo Temer.

O empresário entregou em seu acordo de colaboração a planilha de entrada e saída de pagamentos que mantinha com o operador, que mostra um total de repasses de R\$ 173 milhões somente a Funaro. O montante é muito superior ao valor que Joesley terá que pagar de multa no compromisso de delação, que é de R\$ 110 milhões — cada executivo da JBS pagará um valor próprio.

Iniciada em 2011, a conta-corrente era abastecida por diferentes empresas da holding J&F, dona da JBS, como Eldorado Celulose e Vigor.

Em seus depoimentos de colaboração, Joesley vincula diretamente o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) a esses valores pagos a Funaro, dizendo que eles atuavam em conjunto, e cita ainda ligação desse “grupo” com Temer, por “ser da turma do PMDB da Câmara”.

A maior parte do suborno pago se referia à liberação de empréstimos na Caixa Econômica, disse o delator.

Ele falou que Cunha e Funaro influenciavam as operações no banco e que, sem pagamento, não haveria a liberação de financiamentos. Citou ainda o ex-vice-presidente da Caixa Fábio Cleto, que também virou delator.

Ao falar sobre o início dos pagamentos, Joesley disse que Funaro e Cunha foram “encampando” setores do governo de Dilma Rousseff e cobrando propina nas áreas sob suas influências. “Eles vinham tomando terreno, este grupo. Encampou o [fundo de investimento] FI-FGTS, encampou a Caixa, aí encampou o Ministério da Agricultura.”

Na pasta da Agricultura, falou Joesley, teve que pagar propina de R\$ 2 milhões por uma medida que nem sequer havia pedido, sobre a regulamentação da exportação de restos bovinos.

A planilha já tinha sido encerrada antes da delação, mas os pagamentos continuaram até uma semana antes de Joesley prestar depoimentos ao Ministério Público Federal, contou o empresário. Funaro está detido desde julho de 2016 e é réu em ação, em Brasília, sobre o FI-FGTS.

CASA REFORMADA

A planilha de Joesley mostra uma série de pagamentos vinculados à casa nos Jardins, como reforma de R\$ 220 mil, em 2013, e até remuneração de funcionários.

Situação parecida ocorreu com o helicóptero. Joesley guardava junto ao balanço da conta de Funaro uma relação de pagamentos de taxas aeronáuticas e de seguro. Na planilha, há um lançamento de R\$ 434 mil relacionado a gastos com o equipamento.

Nesta semana, a J&F acertou o pagamento de multa também em um acordo de leniência (espécie de delação empresarial). Serão desembolsados R\$ 10,3 bilhões, mas em um prazo de 25 anos.

OUTRO LADO

Para a defesa de Lúcio Funaro, Joesley adotou a estratégia de contar “fabulações” ou distorções para conseguir “benesses” em seu acordo de colaboração premiada.

O advogado Bruno Espiñei-

ra, que defende Funaro, diz que seu cliente tinha uma atuação legítima junto a Joesley, e trabalhou, por exemplo, prestando assessoria para solucionar pendências do grupo empresarial com o frigorífico Bertin. Apenas um dos contratos, disse, tinha valor de R\$ 80 milhões.

Questionado a respeito da casa e do helicóptero, Espiñeira disse que não pode comentar o assunto porque desconhece detalhes sobre o caso.

Ele também não comentou as acusações de ligação com Eduardo Cunha.

A defesa de Cunha não se manifesta a respeito. Temer vem negando participação em irregularidades e afirma que “não tem o que esconder”.

Crítica à diplomacia é ‘bobagem’, diz Aloysio

Para chanceler, documento de secretária ligada à Presidência que contesta política externa não reflete visão do governo

Texto aponta falta de estratégia nas 3 gestões anteriores; ex-ministro Amorim diz que isso é desconhecer realidade

ISABEL FLECK
DE WASHINGTON
CLÓVIS ROSSI
COLUNISTA DA FOLHA

O chanceler brasileiro, Aloysio Nunes, disse que a análise presente no documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência divulgado nesta quinta (19), que critica a política

externa atual, é uma “bobagem”. Para ele, o texto não reflete a visão do governo.

Na introdução do relatório, cujo conteúdo foi antecipado pela **Folha**, o secretário-geral da Presidência, Moreira Franco, diz que os “conceitos teóricos e políticos dos relatórios são de inteira responsabilidade de seus autores”.

No entanto, os autores integram o governo: o secretário Especial de Assuntos Estratégicos, Hussein Kalout, e seu adjunto, Marcos Degaut.

Para Aloysio, está “errada” a avaliação de que a diplomacia sob Michel Temer concentra esforços em “consolidar a

legitimidade da nova administração e tranquilizar investidores”. O documento diz que a agenda é “pontual e conjuntural, que ainda não integra um projeto coerente”. Questionado sobre isso, Aloysio disse ser “uma bobagem”.

“A política externa brasileira tem um objetivo permanente, que não está preso a essa conjuntura”, disse.

“Houve uma mudança grande no governo Temer que estamos implementando. Uma das principais mudanças vocês viram aqui na OEA — a importância de ajudarmos a democracia na América Latina, a mudança em re-

lação aos direitos humanos.”

O documento “Brasil, um país em busca de uma grande estratégia”, da SAE, também critica a diplomacia dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

AMORIM

O ex-chanceler Celso Amorim rebateu com veemência a crítica de que faltou estratégia à diplomacia nos três governos mais recentes.

“Você pode discordar da estratégia, mas dizer que não havia uma é totalmente falso e revela desconhecimento da realidade”, disse à **Folha** o

ex-chanceler, o mais duradouro de todos os ministros do Exterior na história (de julho de 1993 a janeiro de 1995 e de janeiro de 2003 a janeiro de 2011) — o que significa que as críticas à diplomacia batem diretamente nele.

Amorim acaba de lançar um livro com o título, precisamente, de “A Grande Estratégia do Brasil”. Conta que está chegando de Xangai, cidade em que está instalado o banco dos Brics, grupo criticado no texto da SAE. Os Brics nasceram, segundo ele, do interesse de China e Rússia pelo Ibas (grupo formado por Índia, Brasil e África do Sul).

Seria uma evidência de que funcionou a estratégia diplomática brasileira, calcada no multilateralismo, “sem hostilizar outros parceiros”.

Pela proeminência que teve no governo Lula, Amorim centra a crítica ao documento na avaliação que este faz desse período. Acha que não é razoável falar em fracasso quando “é notório o respeito internacional que o governo Lula angariou”.

O único ponto em que o ex-chanceler concorda com o texto é na crítica ao governo do próprio Michel Temer. “O Brasil perdeu presença internacional”, afirmou.

Carta de diplomatas critica reação do Itamaraty a órgãos internacionais

DE SÃO PAULO

Em movimento incomum na diplomacia brasileira, uma carta pública assinada por 119 servidores do Itamaraty repudia “o uso da força para reprimir ou inibir manifestações” e pede renovação do “compromisso com o diálogo construtivo e responsável” na sociedade brasileira.

O texto diz ser preciso abrir mão de “tentativas autoritárias, conveniências e apegos pessoais ou partidários em prol do restabelecimento do pacto democrático no país”.

A **Folha** apurou que o esboço para a publicação do documento foi a nota do Itamaraty divulgada no último dia 26, que criticava em tom pouco usual o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Segundo a nota, os dois organismos “fantasiosamente querem induzir a crer que o Brasil não dispõe de instituições sólidas, dedicadas à proteção dos direitos humanos e alicerçadas no estado demo-

crático de direito”.

As duas entidades, em comunicado conjunto publicado também no dia 26, haviam condenado o “uso excessivo da força por parte da Polícia Militar para reprimir protestos e manifestações”.

O texto citava o protesto do dia 24 de maio, em Brasília, organizado por centrais sindicais e movimentos sociais contra o presidente Michel Temer, que terminou com 49 feridos, 8 detidos, prédios depredados e a presença do Exército nas ruas. “Os dois organismos condenam todo ato de violência e urgem os manifestantes a exercer seus direitos à livre manifestação”.

Em nota publicada na última terça-feira (31), 54 entidades de direitos humanos avaliaram como “gravíssima e destemperada” a reação do ministério.

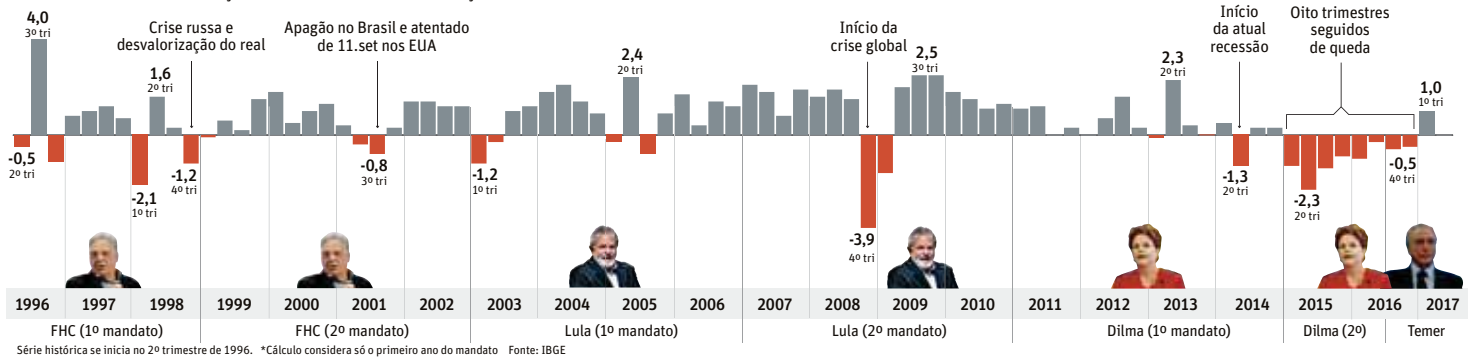
“A linguagem desrespeitosa e agressiva adotada pelo Itamaraty se distancia demasiadamente da postura que se espera de um país que se diz comprometido com a proteção internacional dos direitos humanos.”



Jorge Araújo/Folhapress

» **ÚLTIMA LEVA** Militar recebe beijo do filho na pista do aeroporto de Viracopos (Campinas) antes de embarcar para o Haiti, no último grupo brasileiro a integrar a missão de paz no país; toda a tropa deve regressar ao Brasil até outubro

LEVE MELHORA Variação trimestral do PIB em relação ao trimestre imediatamente anterior, em %



Série histórica se inicia no 2º trimestre de 1996. *Cálculo considera só o primeiro ano do mandato Fonte: IBGE

PIB cresce, mas recessão pode ter fôlego

Economia interrompe sequência de 8 trimestres de queda, porém crise política joga dúvidas sobre continuidade da retomada

Crescimento, de 1%, foi concentrado no setor agropecuário; economia está no mesmo patamar de 2010, segundo IBGE

NICOLA PAMPLONA
DO RIO
MARIANA CARNEIRO
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

A economia brasileira registrou, no primeiro trimestre deste ano, o primeiro resultado positivo após dois anos seguidos no vermelho.

O PIB brasileiro cresceu 1% no primeiro trimestre em relação aos últimos três meses do ano passado. É o primeiro número positivo desde o último trimestre de 2014, no fim do primeiro governo Dilma. O resultado foi comemorado pelo governo do presidente Michel Temer, mas, embora o número aponte uma melhora, economistas afirmam que o desempenho de janeiro a março não é garantia de que o país saiu da recessão. Os dados que começam a sair do segundo trimestre e a mais recente turbulência po-

lítica (resultado da delação da JBS) elevam o risco de que o PIB volte a registrar contração nos próximos meses. A crise política, iniciada ainda em 2014 com as primeiras descobertas da Operação Lava Jato, é um dos fatores que têm emperrado a economia brasileira desde então. Para especialistas, as duas características que indicam fim da recessão — crescimento em vários setores e em rota sustentável — não estão claramente configuradas no Brasil atualmente. No primeiro trimestre, con-

tudo, o crescimento da economia foi concentrado em produtos voltados para exportação, como soja, milho, petróleo e minério de ferro. Mesmo o desempenho da indústria de transformação, que caiu 0,9%, só não foi pior pelo aumento das exportações de veículos. O desemprego recorde (com 14 milhões de pessoas sem trabalho em abril) é outra barreira para o crescimento da demanda interna. Para Mário Mesquita, economista-chefe Itaú Unibanco, a “retomada da demanda

tornou-se menos provável com o aumento da incerteza sobre as reformas trabalhista e previdenciária”. “É preciso esperar um pouco para ver o que vai acontecer neste ano. A gente teve crescimento no trimestre, mas foi sobre uma base muito deprimida. Se olharmos no longo prazo, ainda estamos no mesmo nível de 2010”, disse Rebeca Palis, gerente do IBGE. O principal fator para o resultado positivo no primeiro trimestre foi o desempenho do setor agropecuário, que cresceu 13,4%, embalado por

safras recorde de grãos. Os serviços, que respondem por mais de 70% do PIB, ficaram estáveis. E a indústria, uma leve alta de 0,9%. Com o desemprego recorde, o consumo seguiu em leve baixa, de -0,1%. O investimento recuou 1,6%, ainda na esteira da recessão. Para o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a tendência é que a economia brasileira fique estagnada no segundo trimestre deste ano. **» LEIA MAIS sobre o desempenho do PIB da pág. A17 à A21**

Fim da recessão não está no horizonte de economistas

Segundo especialista, crise política tornou avaliação mais complicada

Queda mais lenta dos juros pelo Banco Central e incertezas sobre o futuro podem adiar retomada do consumo

ÉRICA FRAGA
DE SÃO PAULO

O resultado positivo do PIB no início deste ano ainda não é garantia de saída da recessão, na qual o país mergulhou no segundo trimestre de 2014.

Em termos técnicos, uma expansão econômica ocorre quando há crescimento sustentável espalhado em vários setores. Nenhuma dessas características está claramente configurada no Brasil atualmente.

Apesar do bom resultado do agronegócio, a indústria tem apresentado altos e baixos e o setor de serviços continua sofrendo com a falta de demanda em um contexto de desemprego recorde.

Além disso, segundo economistas, o PIB pode voltar a cair neste trimestre, principalmente após a deterioração do cenário político, com risco de paralisação de reformas, como a da Previdência.

“Ainda não via motivo suficiente para dizer que a recessão tinha acabado. A crise política adicionou um viés de baixa extra nessa análise”, diz o economista

Paulo Picchetti, da FGV.

Picchetti é um dos sete membros do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), que estabelece, oficialmente, a cronologia das recessões no Brasil.

Ele ressalta que foi difícil determinar o início do atual ciclo recessivo e tudo indica que isso se repetirá no processo para registrar seu fim.

Os comitês de datação de ciclos —no Brasil e em outros países— normalmente esperam algum tempo para anunciar suas decisões e só se manifestam quando percebem elementos convin-

centes de mudança de rota. Embora o conceito de dois trimestres seguidos de queda seja a definição mais popular de recessão, na prática, nem sempre isso ocorre.

O Codace estabeleceu o segundo trimestre de 2014 como o marco inicial do atual ciclo, embora ele tenha sido seguido por dois períodos subsequentes de estabilidade do PIB, até que novas contrações voltaram a ser registradas de forma ininterrupta até o fim de 2016.

Agora pode ocorrer o contrário: após a expansão do primeiro trimestre, que sugere o início de retomada, a economia poderá voltar a ter desempenhos negativos.

Segundo analistas de consultorias e instituições financeiras, os dados mais recentes indicam que o PIB do segundo trimestre tem grande chance de nova contração.

O banco Credit Suisse espera contração de 0,5% do PIB de abril a junho. “O resultado do primeiro trimestre foi bom, mostrou uma dinâmica diferente, mas esteve muito concentrado em poucos setores”, diz Leonardo Fonseca, economista da instituição.

Ele explica que a contribuição da agricultura —principal motor da recuperação no início do ano— para a economia como um todo continuará positiva, mas diminuirá.

Além disso, os dados da indústria e do setor de servi-

ços, de forma geral, têm sido fracos.

Do lado da demanda, os investimentos voltaram a recuar no primeiro trimestre.

Daqui para a frente, a expectativa de economistas era que o ritmo mais rápido de queda dos juros reduziria o custo do crédito e estimularia os empresários a investir.

Mas, após a piora do cenário político —e seu impacto negativo em variáveis como a taxa de câmbio—, o Banco Central já deixou claro que os cortes da taxa Selic ocorrerão de forma mais lenta —a redução mais recente, neste semana, foi de 0,75 ponto.

A combinação entre juros em queda mais gradual e maior incerteza sobre o futuro pode adiar a retomada do consumo e do investimento.

▶ CONSUMO

VENDA DE VEÍCULOS SOBE 17% EM MAIO

A venda de veículos novos no Brasil cresceu 16,8% em maio em relação ao mesmo período de 2016, segundo a Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). No mês passado, foram emplacados 195.568 unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O número representa uma elevação de 24,63% na comparação com abril.

Cenário para este ano e para 2018 já é menos otimista

FLAVIA LIMA
DE SÃO PAULO

Com a crise política, o futuro da economia se tornou mais incerto e as projeções para o PIB colhidas pelo BC dão essa medida.

Na semana seguinte às delações da JBS, as previsões para 2018 recuaram de 2,50% para 2,48%. Pode parecer pouco, mas o número não se movia desde março.

Antes da crise, o PIB do primeiro trimestre também era esperado para melhorar projeções para 2017. O cenário, porém, é outro.

O banco Haitong manteve estimativa de estagnação para o PIB de 2017, mas o viés é de baixa. O economista

Flávio Serrano diz que, com a reforma da Previdência, o corte do juro poderia ser maior, com efeito sobre o consumo —o que agora é incerto.

José Francisco de Lima Gonçalves, do Fator, tem a avaliação de que o investimento pode ser afetado e pôs o PIB do ano em revisão. Sergio Vale, da MB Asssociados, revisou a alta de 1% em 2017 para zero.

Embora tenha reduzido a projeção de alta do PIB de 0,9% para 0,5% em 2017, Francisco Pessoa Faria, da LCA, considera que a economia, mesmo com altos e baixos, entrou em recuperação.

Para Thiago Curado, da 4E Consultoria, a demanda doméstica, fundamental para a retomada, deve continuar frágil. A 4E foi uma das únicas a revisar o PIB para cima, puxado pela agropecuária: a queda será de 0,1%, e não mais de 0,3%.

Presidente atribui alta do PIB ao seu governo

Temer e Meirelles afirmam que economia saiu da recessão



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles

Sob Temer, recessão se atenua, e economia acumula queda de 2,3%

DA ENVIADA AO RIO
DO RIO

A recessão econômica, em que o país está mergulhado desde 2014, moderou no ano último ano, período em que Michel Temer está no poder.

Os dados do PIB do primeiro trimestre divulgados nesta quinta-feira (1º) pelo IBGE mostram que, nos últimos quatro trimestres, a economia acumula queda de 2,3%.

Temer assumiu em 12 de maio do ano passado, no segundo trimestre (abril, maio e junho). Desses últimos quatro trimestres (ou último ano), ele é responsável por 10 meses e 20 dias.

No ano encerrado no pri-

meiro trimestre de 2016, sob Dilma Rousseff (PT), o ritmo de queda era mais acentuado: -4,7%.

Porém, à exceção da agropecuária, que também nesta comparação apresenta resultado positivo, todos os setores seguiram no vermelho no ano de Temer.

A agropecuária avançou 0,3%. Já os serviços recuaram 2,3%, e a indústria encolheu 2,4%.

O sucesso do setor agropecuário tem relação com safras recordes de milho e de soja, mais beneficiadas pelo clima favorável do que pela temperatura política, além de preços melhores no mercado externo.

Economia passa por ‘renascimento’, diz Temer; para ministro da Fazenda, resultado do 1º tri é histórico

GUSTAVO URIBE
MAELI PRADO
DE BRASÍLIA

Sob ameaça de ter seu mandato cassado, o presidente Michel Temer gravou discurso nesta quinta-feira (1º) para dizer que a recuperação da economia apontada pelos números do PIB (Produto Interno Bruto) foi alcançada graças à sua gestão à frente do Palácio do Planalto.

O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) também comemorou o resultado, que classificou como “histórico”, mas disse que a tendência para a atividade econômica do segundo trimestre é de acomodação —ou seja, nem crescimento nem queda.

Logo após a divulgação dos dados do IBGE, o presidente falou sobre o resultado nas redes sociais.

“Acabou a recessão! Isso é resultado das medidas que estamos tomando. O Brasil voltou a crescer. E com as reformas vai crescer mais ainda”, escreveu Temer.

Depois, o peemedebista gravou um vídeo no qual afirma que, antes de assumir o poder, o país estava “mergulhado na mais profunda recessão de sua história”. E que, depois de um ano, o Brasil venceu a recessão e passa por um renascimento.

“Esse número é o resultado de um ano de trabalho. Trabalho do meu governo em sintonia com o Congresso Nacional e ouvindo a sociedade para promover as reformas adiadas por tanto tempo.”

Na tentativa de ter uma sobrevida, o presidente tem focado os índices econômicos para recuperar apoio no mercado financeiro e em setores sociais. Além disso, tem tentado comprovar que ainda possui apoio no Congresso para continuar no cargo.

“O Brasil venceu a recessão, estamos crescendo a uma taxa superior ao que boa parte dos analistas previa”, disse Temer. “O número de

hoje marca o renascimento da economia brasileira em bases sólidas e sustentáveis.”

O ministro da Fazenda também divulgou nota em tom otimista pela manhã.

“Depois de dois anos, o Brasil saiu da pior recessão do século. Nesse período, milhões de brasileiros perderam seus empregos, milhares de empresas quebraram e o Estado caminhou para a insolvência”, afirmou Meirelles.

“O forte crescimento da economia neste início de ano é uma comprovação de que esse processo já mudou. Ainda há um caminho a ser percorrido para alcançarmos a plena recuperação econômica, mas estamos na direção correta”, concluiu.

Mais tarde, ao participar de um evento em Brasília, disse que é necessário “aguardar com calma e serenidade” os próximos resultados.

“É muito raro na economia que todos os trimestres sejam iguais. Não há trajetória reta. A perspectiva [para o segundo trimestre] é de acomodação, não é perspectiva de volta da recessão, ninguém está falando nisso”, disse.

“A recessão acabou, não há dúvida”, afirmou.

Meirelles disse ainda que o Brasil voltou a crescer, mas que é normal que alguns economistas e empresários duvidem do ritmo da recuperação da economia.

PAPEL DAS REFORMAS

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre reflete o avanço das reformas trabalhista e da Previdência no Congresso, assim como as ações de política econômica.

“Esse PIB se soma a outros números positivos que demonstram que a recuperação econômica está em curso e que terá continuidade nos próximos trimestres”, disse.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) disse que o resultado do PIB deve ser visto com cautela e que as bases para o crescimento sustentado são a continuidade da queda de juros e o avanço na aprovação das reformas trabalhista e da Previdência.

“O país não pode parar em razão da crise política.”

Economia teria ficado estagnada sem ajuda das exportações

Venda para o mercado externo foi principal fator para interrupção da sequência de quedas da atividade

Além do aumento da produção agrícola, preços internacionais de minério de ferro e petróleo melhoraram

DE SÃO PAULO

Com o mercado interno sofrendo os efeitos do desem-

prego e do corte nos investimentos, a economia brasileira contou com a ajuda das exportações, principalmente de commodities, para interromper neste primeiro trimestre dois anos de retração.

Segundo economistas, sem a forte contribuição dada pelo setor externo, pelo lado da demanda, e pelo setor agropecuário, pelo lado da oferta, não haveria crescimento no primeiro trimestre.

Projeção do banco Haitong indica que as exportações líquidas contribuíram com 1,5% da alta total de 1% registrada por toda a economia no primeiro trimestre.

Ou seja, a contribuição do mercado interno —os dados de consumo, investimento e gastos do governo— teria sido negativa em 0,5% para o desempenho total.

Nas contas da gestora Icatu Vanguarda, excluindo o segmento agropecuário, o crescimento teria sido de apenas 0,2% de janeiro a março.

As exportações subiram 4,8% no primeiro trimestre em relação ao trimestre anterior, enquanto houve queda no consumo das famílias (0,1%), gasto do governo (0,6%) e no investimento (1,6%).

Do ponto de vista da oferta, o principal impulsionador do crescimento nos primeiros três meses do ano foram as commodities agrícolas. Com a supersafra, o setor agropecuário teve alta de 13,4% no período, a maior desde o quarto trimestre de 1996.

A gerente de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, explicou que grande parte do desempenho é resultado da colheita de soja, cuja produção deve crescer 17,5% no ano, milho (46,8%), arroz (13,5%) e fumo (28,4%).

O primeiro é o principal produto agrícola exportado pelo país, e o segundo, além

das vendas diretas, é importante na cadeia da proteína animal, responsável por parcela relevante das exportações nacionais.

Palis disse que o elevado percentual de aumento pode ser também explicado pela baixa base de comparação, já que em 2016 a produção foi afetada por questões climáticas (leia texto na pág. A21).

Além das commodities agrícolas, petróleo e minério de ferro tiveram peso importante no crescimento, levando a indústria extrativa a registrar alta de 9,7% no trimestre, a segunda maior contribuição positiva.

“O preço desses produtos no mercado internacional melhorou, o que levou as empresas a exportar mais.”

No primeiro trimestre, a Petrobras teve aumento de 72% no saldo líquido de exportação de petróleo e derivados, que chegou a 489 mil barris por dia no período.

Mesmo o desempenho da indústria de transformação, que caiu 0,9% sobre o trimestre anterior, só não foi pior pelo aumento da produção de veículos para exportação.

Palis diz que o PIB do segundo trimestre ainda sentirá os efeitos positivos da supersafra agrícola.

Flavio Serrano, economista-sênior do Haitong, acha pouco provável que o desempenho robusto das exportações líquidas se mantenha no mesmo patamar ao longo do ano, de forma a compensar a contribuição ainda negativa do ambiente doméstico.

Para Serrano, a análise dos números reforça a percepção de que a recuperação da economia aparenta ter uma natureza bastante gradual e frágil. (FLAVIA LIMA)



Contêineres no porto de Santos, principal ponto de saída das exportações brasileiras



PIB PELO MUNDO

Varição do PIB no 1º tri.2017
ante tri. anterior



	Malásia	1,8
	Romênia	1,7
	China	1,3
	Filipinas	1,1
	Brasil	1
	Portugal	1
	Canadá	0,9
	Coreia do Sul	0,9
	Hong Kong	0,7
	México	0,7
	Alemanha	0,6
	Bélgica	0,6
	Japão	0,5
	França	0,4
	EUA	0,3
	Chile	0,2
	Reino Unido	0,2
	Colômbia	-0,2
	Indonésia	-0,3
	Nigéria	-12,9

Fontes: agências de estatísticas dos países

ANÁLISE ECONOMIA NO 1º TRI

Supersafra e base fraca de comparação explicam peso da agropecuária no PIB

Produção de grãos avança 26% nos primeiros três meses do ano, após retração de 2016

Fabio Rossi - 5.abr.17/Agência O Globo

MAURO ZAFALON
COLUNISTA DA FOLHA

O ano de 2016, período marcado por queda na produção de grãos, ficou para trás. O cenário deste ano é bem diferente, e o setor agrícola volta a empurrar o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro para cima.

Os dados divulgados nesta quinta-feira (1º) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam um crescimento de 15,2% na atividade agropecuária deste primeiro trimestre, em relação a igual período de 2016.

A agropecuária volta a subir, após quatro trimestres em queda, quando comparados os dados com os de igual período anterior.

Essa taxa expressiva de aumento tem dois motivos. Primeiro, a base de comparação é muito baixa. O PIB agropecuário tinha caído 8,3% no primeiro trimestre do ano passado.

Segundo, e o mais importante, a agricultura está colocando 19 milhões de toneladas de grãos a mais nos armazéns neste primeiro trimestre do que em igual período de 2016.

A agregação de valor do setor ao PIB foi de R\$ 93,4 bilhões, ante R\$ 83 bilhões no primeiro trimestre do ano passado. Esse valor é o que a atividade agrega no seu processo produtivo.

O primeiro trimestre, pe-



Colheita de soja no oeste da Bahia; produção do grão deve crescer 17% neste ano, para 113 milhões de toneladas



O PIB
AGROPECUÁRIO
TEM BOA
EVOLUÇÃO
TAMBÉM PORQUE
TODOS OS
CARROS-CHEFES
DO SETOR, COMO
SOJA E MILHO,
ESTÃO COM
AUMENTO DE
PRODUÇÃO

ríodo em que se concentra boa parte da produção da chamada safra de verão, teve várias molas propulsoras neste ano.

Embora a área de expansão de plantio tenha ficado dentro do normal —crescimento de 4%—, a produtividade voltou a se recuperar e subiu 22% no período, conforme dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

A recuperação da produtividade permitiu um avanço de 26% na produção total de grãos desta safra de verão.

O volume de grãos estima-

do para a safra de verão —nem toda essa produção se concentra no primeiro trimestre— é de 226 milhões de toneladas, 47 milhões a mais do que o de igual período do ano passado.

O PIB agropecuário tem boa evolução também porque todos os carros-chefes do setor estão com aumento de produção.

A líder soja deverá atingir 113 milhões de toneladas neste ano, 17% mais. Já a produção de milho verão sobe para 30,2 milhões de toneladas, também com avanço de 17%.

Acrescentem-se, ainda, a

essa lista arroz, feijão e amendoim.

A produção de arroz, também uma das principais culturas do país e que tem a colheita concentrada no primeiro trimestre do ano, sobe para 12 milhões de toneladas, 13% mais do que em 2016.

Os reflexos da boa safra de grãos deste ano vão continuar sendo um fator positivo também para o PIB do segundo trimestre.

A participação do café, porém, um importante produto neste período do ano, deverá ser menor do que ocorreu no ano passado.

Superavit
da balança
é o maior
da históriaSão US\$ 7,7 bi em maio
e US\$ 29 bi no ano

A balança comercial registrou um superavit recorde de US\$ 7,7 bilhões em maio, o melhor resultado mensal da série histórica do governo, que começa em 1989.

O resultado acumulado de janeiro a maio, um superavit de US\$ 29 bilhões, é o maior para o período. O superavit do mês passado é resultado de exportações no valor de US\$ 19,8 bilhões e de importações que

somaram US\$ 12,1 bilhões. De janeiro a maio, as vendas externas somaram US\$ 87,9 bilhões. e as importações, US\$ 58,9 bilhões.

Em maio, as exportações cresceram 7,5% em relação a igual mês de 2016. Na comparação com abril, contudo, houve uma queda de 8,4%. As importações subiram 4% ante maio do ano passado e caíram 7,4% na comparação com abril.

A expectativa do governo é chegar ao fim do ano com superavit superior a US\$ 55 bilhões na balança comercial. Se o resultado for alcançado, será o maior da série histórica —o recorde são os US\$ 47,7 bilhões de 2016. (LAÍS ALEGRETTI)

Micro e pequenas serão foco do BNDES

Ministro do Planejamento diz que Temer encomendou ao novo presidente do banco medidas para empresas menores

**Paulo Rabello de Castro
toma posse no lugar
de Maria Silvia Bastos
Marques, que deixou
cargo em meio a críticas**

DO RIO
ENVIADA AO RIO

O novo presidente do BNDES, o economista Paulo Rabello de Castro, assume o banco com uma “encomenda” do governo: ampliar o financiamento às micro, pequenas e médias empresas.

que o BNDES tem de continuar como um provedor de crédito ao setor privado, embora a orientação da política econômica desde a posse de Michel Temer seja na direção de reduzir o tamanho do banco.

“O BNDES não pode simplesmente apagar a luz e deixar o mercado privado se resolver”, disse.

“Nossa orientação é que o BNDES reduza sua participação paulatinamente, sem prejuízo dos clientes.”

Também estava no escopo das mudanças um foco maior na coordenação das priva-

A encomenda foi repassada pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, no dia da posse do economista, nesta quinta-feira (1º), na sede do banco, no Rio.

Em discurso durante a posse de Rabello de Castro, Oliveira disse que o presidente Michel Temer “encomendou para breve um conjunto de medidas” com o objetivo de ampliar os financiamentos de pequenas empresas, principalmente no setor de serviços.

Uma das medidas, disse Oliveira, seria transformar o cartão BNDES, hoje um dos

tizações, que ainda não saíram do papel. Esse foco, disse Oliveira, deve continuar.

Maria Silvia, que não foi à posse do sucessor, renunciou ao comando do banco na semana passada em meio às pressões de empresários que se queixavam de que o banco interrompera as concessões de novos financiamentos.

O novo presidente, contudo, rebateu essa tese. Paulo Rabello disse, em conversa com jornalistas pouco antes de seu discurso de posse, que o que havia era falta de demanda do empresariado por

principais produtos do banco, em uma espécie de “cartão de crédito” voltado para o pequeno e médio empresário.

Segundo ele, o objetivo é desburocratizar a concessão de financiamento para essa camada do empresariado.

As novas diretrizes são complementares às divulgadas há cerca de um ano, quando Maria Silvia Bastos Marques assumiu o banco, com a missão de diversificar a carteira da instituição, que por anos foi vista como o banco das grandes empresas.

Oliveira também indicou

financiamentos.

O economista disse que fará “muito pouca coisa diferente” de sua antecessora e que o BNDES não cria investimentos, apenas atende às demandas das empresas.

Ele disse que nunca houve falta de disposição em emprestar e ressaltou que Maria Silvia foi vítima de “gravíssima injustiça”.

“Espero que não haja mais reclamações. Porque estamos assumindo aqui que, se houver demanda, haverá oferta”, disse ele. (LUCAS VETTORAZZO, NICOLA PAMPLONA e MARIANA CARNEIRO)

Doria propõe nova forma de pagar serviço de ônibus, e viações apoiam

Gestão tucana prepara modelo controverso em contratos do transporte, semelhante ao dos anos 1990

Críticos temem haver risco só para prefeitura; defensores destacam benefício na periferia e índices de qualidade

FABRÍCIO LOBEL
DE SÃO PAULO

A gestão João Doria (PSDB) prepara uma mudança controversa na remuneração dos serviços de transporte coletivo, com um modelo semelhante ao adotado na cidade de São Paulo na década de 1990 e que é apoiado por empresários de ônibus.

Pela proposta apresentada nesta quinta-feira (1º), as empresas não receberão mais da prefeitura de acordo com a quantidade de passageiros transportados, como ocorre desde a gestão Marta Suplicy —na época PT, hoje PMDB.

Elas devem ganhar com base em custos globais dos serviços (como folha de pagamento, encargos, combustível) definidos após licitação e sujeitos a variações conforme indicadores de qualidade.

O modelo proposto foi bem recebido pelo sindicato das empresas de ônibus —elas precisariam oferecer determinada quantidade de veículos, mas não ficariam mais tão dependentes da variação de passageiros no sistema.

A gestão Doria defende a mudança sob a justificativa de que a atual estrutura da rede de transporte, com baldeações gratuitas, é um complicador para pagar as empresas por número de usuários.

Diz ainda que os índices de qualidade atrelados à remuneração evitarão que uma empresa piore os serviços por não ter mais a mesma responsabilidade de atrair clientes.

Afirma também que a nova lógica facilita atender áreas periféricas com menor demanda, que precisam do transporte mas que hoje não atraem interesse das empresas —que preferem competir por passageiros no centro.

Já os críticos temem a volta de problemas de duas décadas atrás que levaram à aposentadoria desse modelo.

Uma das preocupações é porque os riscos de demanda ficam mais com a prefeitura do que com as empresas. Esse fator contribuiu para a disparada de subsídios —injeção de dinheiro dos cofres municipais no sistema.

Além disso, sem tanta obrigação de atrair usuários, há receio de que a qualidade caia.

“É uma lógica que só interessa a quem não quer ter prejuízo. O risco da operação fica no colo da população, e não do empresário”, diz Ivan Wha-

tely, diretor de mobilidade no Instituto de Engenharia.

Para Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), a mudança está de acordo com a lei de mobilidade urbana, mas seu sucesso depende dos indicadores de qualidade a serem definidos.

“O que precisamos saber é quais serão os cálculos que definirão os pesos dos índices de qualidade”, afirma.

GESTÕES

A discussão sobre os contratos e remuneração das empresas de ônibus ganhou corpo nos protestos de 2013 contra a alta da tarifa. Esse serviço movimentava na capital mais de R\$ 7 bilhões por ano.

A nova licitação do sistema de ônibus foi prometida pelo ex-prefeito Fernando Haddad (PT), que encerrou seu mandato sem terminá-la.

Agora é bandeira de Doria, que anunciou ainda que todos os ônibus deverão ter ar-condicionado, wi-fi e botão de pânico para que motoristas acionem a central de operações em casos de violência.

O novo modelo de remuneração foi apresentado durante uma audiência pública que deu início ao processo de contratação das empresas, planejado ainda para este ano.

Doria disse em abril que os novos contratos terão validade de dez anos. O secretário municipal de Transportes, Sérgio Avelleda, porém, disse que a questão ainda está aberta e “depende também de discussão na Câmara”.

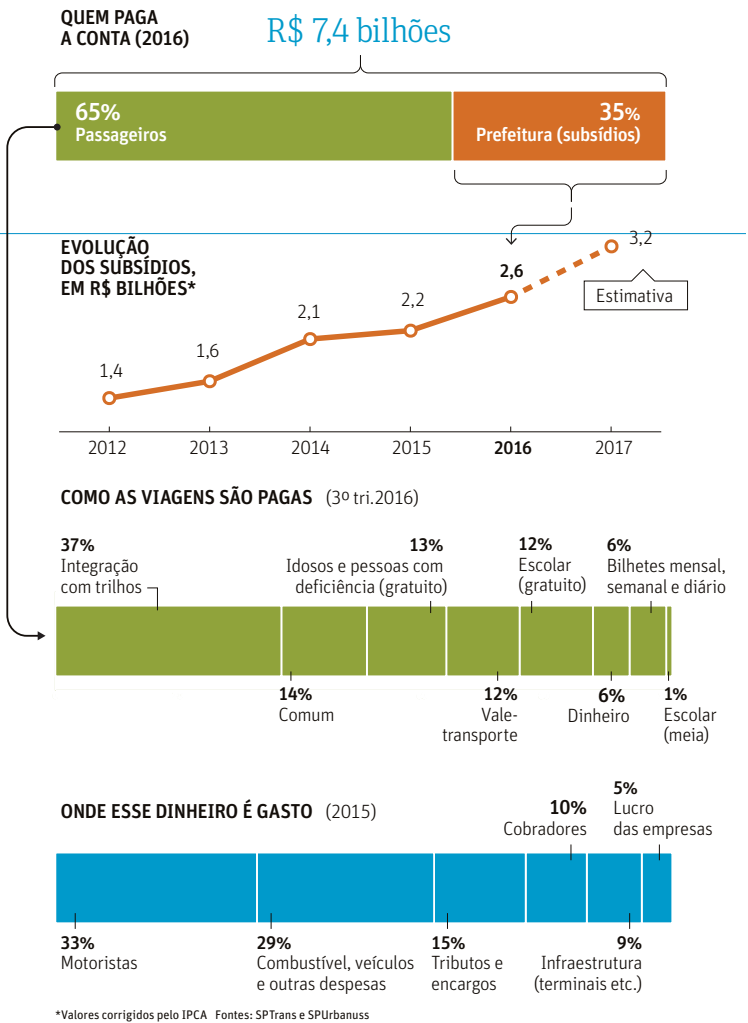
José Carlos Martinelli, presidente da SPTrans (empresa municipal de transporte), disse que a forma atual de pagamento das empresas de ônibus está esgotada devido à expansão de baldeações —que são gratuitas para usuários, mas que requerem pagamento aos prestadores do serviço.

Para Francisco Christovam, do SP Urbanuss (sindicato que representa as empresas de ônibus), a proposta é similar à implantada na gestão Luiza Erundina nos anos 1990.

“O modelo começou bem, mas depois se tornou uma equação perversa, pois quanto mais aumentavam os custos [operacionais], mais a empresa ganhava”, diz ele, embora seja favorável à mudança. “É interessante porque garante os investimentos. E os resultados financeiros da empresa vão depender do seu desempenho e qualidade.”

Para a gestão Doria, é possível colocar freios ao aumento de custos por meio de índices de qualidade —que também haviam sido prometidos pela gestão Haddad em 2014.

CONTAS DO TRANSPORTE Quanto custa o sistema de ônibus e como ele é pago



*Valores corrigidos pelo IPCA Fontes: SPTrans e SPUrbanuss

Prefeitura prevê nova meta para baixar poluentes

DE SÃO PAULO

Após descumprimento do cronograma para que a frota do transporte coletivo poluísse menos, a Prefeitura de São Paulo quer estabelecer metas de redução de emissão de poluentes no novo contrato com as empresas de ônibus.

A proposta da gestão Doria é estabelecer no contrato de concorrência índices redução de dióxido de carbono, de material particulado e de óxidos de nitrogênio (presente na cadeia de formação do ozônio).

A prefeitura disse que não estipulará quais tipos de combustíveis as empresas deverão usar (por exemplo, diesel, biodiesel, etanol, eletricidade, gás).

Para especialistas, a liberdade dada às empresas permite que elas optem por tecnologias que no futuro sejam mais baratas. Assim, poderiam montar um cardápio de veículos com diferentes combustíveis.

Resta saber quais serão as metas e prazos que serão estabelecidos pela prefeitura no contrato com as empresas de ônibus.

Atualmente, uma lei de 2009 da gestão Gilberto Kassab (atual PSD) estabelece que a frota de ônibus de São Paulo reduza a cada ano 10% de seus veículos com combustível fóssil.

Pela conta, até 2018, toda a frota deveria dispensar combustível fóssil. Mas a empreitada não foi cumprida, e a cidade está longe de alcançar a meta.

O Ministério Público Estadual está em discussão para que as empresas avancem na redução da poluição, mesmo que em ritmo mais lento.

Para contornar as exigências, o vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (DEM), propôs um projeto de lei que estabelece metas de substituição dos atuais ônibus da cidade por modelos abastecidos por biodiesel.

O plano de troca de veículos, porém, vai até 2037, o que, para organizações ambientais, é um retrocesso frente à lei de 2009.

“O projeto privilegia o biodiesel, considera uma entrada muito tímida dos veículos elétricos, e não leva em conta outras tecnologias de energia”, argumenta o coordenador da comissão de meio ambiente da Associação Nacional de Transporte Público, Olímpio Alvares.

Estima-se que apenas na cidade de São Paulo morram 4.000 pessoas ao ano em decorrência de problemas causados pela poluição do ar. (FL)

HÉLIO SCHWARTSMAN

Imagem do passado

SÃO PAULO - Quando observamos uma estrela, viajamos no tempo. Nós não vemos o corpo celeste como é hoje, mas como era no passado, quando a luz por ele emitida iniciou sua viagem em direção a nosso planeta. A imagem da estrela mais próxima da Terra, Próxima Centauri, leva 4,2 anos para chegar a nós. As dos astros mais distantes que conseguimos enxergar a olho nu embutem atrasos de milhares de anos.

Algo parecido ocorre com o PIB. Quando o IBGE divulga os resultados, ele nos traz informações sobre o que estava acontecendo com a economia no passado. No caso dos números publicados ontem, o que se passava no primeiro trimestre.

Mas isso é só parte da história. Temos sempre grande interesse em conhecer os dados porque o passado mais próximo diz mais a respeito do presente do que o passado mais remoto. O que aconteceu no primeiro trimestre é muito mais relevante para nossa situação atual do que o que ocorreu em 2016 ou 1929. É como a

previsão do tempo. Se você não tem nenhuma informação e ainda assim insiste em fazer prognósticos sobre o clima, sua melhor estratégia é estimar que as condições de amanhã serão iguais às de hoje. Vai errar várias vezes, mas ainda assim colecionará mais acertos do que erros.

Essas reflexões, porém, valem para períodos normais e nós não vivemos um período normal. Desde que Michel Temer se deixou flagrar numa conversa inapropriada com Joesley Batista, adicionou-se tanta incerteza política ao cenário econômico que a regrinha heurística de que o passado imediato determina o presente está suspensa. Na verdade, sabemos que as perspectivas relativamente otimistas que pareciam realistas três semanas atrás deixaram de sê-lo.

Resta torcer para que o retrato relativamente alvissareiro que o IBGE nos trouxe não seja o equivalente econômico do brilho normal que antecede uma supernova, a explosão catastrófica de uma estrela maciça.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Temer criou o Seguro Angorá

BRASÍLIA - O presidente Michel Temer não pode ser acusado de virar as costas para os amigos. Na noite de quarta, ele mandou rodar uma edição extra do "Diário Oficial". A publicação teve um único objetivo: renovar a blindagem jurídica do velho parceiro Moreira Franco.

No fim de janeiro, a Lava Jato se aproximou perigosamente do ex-governador do Rio. Quando o Supremo Tribunal Federal homologou as delações da Odebrecht, o alerta soou no Planalto. Três dias depois, o presidente recriou um ministério para dar foro privilegiado ao amigo.

Moreira passou a chefiar a Secretaria-Geral da Presidência, que o próprio Temer havia extinguido. O Supremo autorizou a manobra, e os dois companheiros tocaram a vida. O alarme voltou a soar no início da semana, quando a blindagem chegou perto do prazo de validade.

Como o Congresso não validou a medida provisória, Moreira ficou ameaçado de perder o status de ministro. Diante do risco-Curitiba, o

presidente deixou a discrição de lado e editou um novo texto com o mesmo teor do antigo. Seus assessores o apelidaram de "MP do Moreira", mas podemos chamá-lo de Seguro Angorá.

O caso é mais escancarado que a tentativa de transformar Lula em ministro no fim do governo Dilma. Além de editar um ato público com o objetivo privado de proteger um amigo, Temer driblou o artigo 62 da Constituição, que proíbe o governo de editar duas MPs com o mesmo teor.

A operação para blindar Moreira foi deflagrada na mesma semana em que o Supremo começou a discutir o foro privilegiado. Nesta quinta, quatro ministros defenderam a restrição do benefício, que dificulta a punição de políticos acusados de corrupção.

O julgamento foi interrompido por um providencial pedido de vista de Alexandre de Moraes, que discursou por uma hora e meia antes de pedir mais tempo para pensar. Ele é o único juiz do STF indicado por Temer. Antes de vestir a toga, dividia mesa com Moreira nas reuniões ministeriais.

RUY CASTRO

Pobre Garrincha

RIO DE JANEIRO - Os ossos de Garrincha desapareceram no cemitério de Raiz da Serra, distrito de Magé (RJ). Parece que, há tempos, alguém precisou de seu túmulo para enterar uma parenta e o removeram para lugar não sabido. Não está claro se isso aconteceu com conhecimento ou autorização de suas filhas — é difícil extrair delas um pensamento coerente.

Mas um fato como este traz de volta o velho mito nacional de que Garrincha morreu abandonado. Nossa vocação para o coitadismo precisa de um modelo, e Garrincha se presta bem a ele. A verdade, no entanto, é outra: Garrincha não morreu abandonado. E foi ajudado por muita gente — exceto por si mesmo.

Ninguém o ajudou mais que Elza Soares. Desde 1962, quando se conheceram, ela tentou organizar suas finanças, lutou para que não bebesse, escondeu seus porres e levou-o para clubes, cidades e países onde ainda acreditassem nele. Elza criou

para Garrincha o “jogo da gratidão” no Maracanã, em dezembro de 1973, em que 131.555 pessoas pagaram ingresso, e a renda se destinou a casas para as filhas dele. Elza deu a Garrincha até um filho homem. Mas, ao fim de 15 anos, em 1977, separou-se — ou também seria destruída.

Garrincha foi ajudado por um empresário, um banqueiro, um juiz, o Itamaraty, o IBC (Instituto Brasileiro do Café), a LBA (Legião Brasileira de Assistência), a AGAP (Associação de Garantia ao Atleta Profissional) e até pela CBF, presidida por Giulite Coutinho. Médicos e psicólogos dedicaram-lhe tempo integral, sem cobrar; Garrincha foi assistido pelos grupos de AA do Catete e de Bangu e por jornalistas e ex-jogadores seus amigos; e, em seus últimos três anos, foi internado pelo menos 18 vezes em clínicas psiquiátricas.

Todos queriam salvá-lo, mas de nada adiantou. Garrincha foi vítima da brutal ignorância brasileira sobre o alcoolismo.

CLAUDIA COSTIN

Aprender na Maré

Infelizmente, em vários países do mundo, crianças estudam em áreas afetadas pela guerra ou por conflitos, que tornam extremamente difícil tanto o ato de ensinar como o de aprender. Algumas organizações acumularam aprendizados sobre como organizar a jornada escolar em campos de refugiados ou em territórios em disputa, caso do Unicef e do Acnur, que mantêm escolas com bom nível de ensino na Faixa de Gaza.

Mas o mais triste é que, em países que não são afetados por formas tão drásticas de conflitos como essas, muitos alunos perdem aulas por “guerras” entre facções rivais do tráfico ou por incursões da polícia para enfrentar traficantes dentro do seu território.

Recentemente, no Rio, particularmente na Maré, isso tem sido frequente. Com isso, dois problemas relacionados vêm crescendo: por um lado, os alunos não conseguem aprender como deveriam, dados os inúmeros dias sem aulas, e, por outro, o modelo de sucesso das crianças e adolescentes passa a ser o do senhor das armas, normalmente o traficante.

Nessas circunstâncias, é fundamental garantir o direito de aprender das futuras gerações como um imperativo ético, por meio de um trabalho intersetorial envolvendo educação, segurança, saúde e assistência social. Tanto professores quanto alunos têm que ter alguma segurança e

tranquilidade para, dentro de uma situação desafiadora, levar a vida escolar da melhor forma possível.

Mas, além disso, o que tem funcionado em áreas de vulnerabilidade é desenvolver ações afirmativas, ou seja, dar mais recursos e melhores professores para as escolas que mais necessitam de ajuda. Isso significa pagar mais a professores que lá forem atuar, criar materiais instrucionais mais atraentes e apropriados para os alunos e realizar atividades de pós-escola de artes e esportes: em outros termos, fazer com que os alunos não abandonem as aulas e aprendam a despeito das vicissitudes presentes nesses territórios.

A presença de bons mestres para escolas nessas áreas não significa que eles não necessitem de apoio. Em territórios controlados pelo tráfico, é importante formar os professores em mediação de conflitos e em justiça restaurativa, para impedir que pequenas brigas presentes no dia a dia do ambiente escolar se transformem em disputas abertas envolvendo personagens de fora dos muros das escolas.

Além disso, é fundamental garantir o comprometimento das equipes escolares com a aprendizagem dos alunos. É comum que, em tais situações, as escolas ou até as equipes de supervisão escolar nutram baixas expectativas em relação às crianças e aos adolescentes. Todos podem aprender, desde que se ajustem as condições de ensino.

CLAUDIA COSTIN escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Recomeço para São Paulo

DAVID UIP, FLORIANO PESARO E RONALDO LARANJEIRA

A partir da reforma psiquiátrica de 2000, a saúde mental passou por mudanças que trouxeram avanços, como o desaparecimento dos manicômios. Por outro lado, os doentes permaneceram sem um grande plano assistencial, e os gestores ainda buscam alternativas para alguns pacientes que necessitam de internação.

Distúrbios psiquiátricos são doenças crônicas que, como as demais, devem ser tratadas de forma ambulatorial na grande maioria dos casos, com medicação adequada, acompanhamento multiprofissional e, fundamentalmente, o apoio da família.

Criou-se um vazio assistencial na rede pública, em que pacientes psiquiátricos com quadros muito graves não têm acesso a nenhum recurso que os atenda apropriadamente.

Quando um paciente crônico agudiza, ele precisa de assistência diferenciada e, em alguns casos, ser internado mediante avaliação médica, até ter condições de alta. Não há diferença em relação às pessoas com distúrbios psiquiátricos, a exemplo dos dependentes em álcool e outras drogas.

O governo de São Paulo decidiu há quatro anos encarar o desafio de oferecer assistência e acolhida especializada e humanizada aos dependentes químicos e a seus familiares.

Em 2011, havia tímidos 500 leitos em todo o Estado para esse tipo de atendimento. Hoje contamos com 3.300 vagas de internação e acolhimento social, em serviços próprios ou conveniados do Estado, em conformidade com a lei nº 10.216, que trata da indicação quando “os recursos extra-hospitalares se mostram insuficientes”.

O programa Recomeço estruturou linhas de cuidados que incluem desde ações mais simples, como lavagem dos pés dos usuários, corte de cabelo, banho e orientação sobre cuidados com a gravidez, até tarefas de alta complexidade. Conta, para isso, com uma rede de clínicas e comunidades terapêuticas para reinserção social e familiar e tratamento específico aos usuários de drogas.

Infecções por HIV, sífilis, tuberculose e a gravidez não planejada merecem atenção especial.

Na cracolândia, a equipe das tendas do programa realiza incansável trabalho de abordagem de rua, com conselheiros em dependência química, agentes de enfermagem e de serviço social.

O Cratod (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas), na capital paulista, atende um paciente a cada meia hora, encaminha



Daniel Bueno

O Recomeço se consolida com a meta de amparar dependentes químicos e suas famílias, transformando os usuários e a sociedade

um para tratamento ambulatorial em centros de atenção psicossocial por hora, realiza uma internação voluntária a cada quatro horas e outra involuntária a cada 16 horas.

Apenas 0,25% das internações aconteceram compulsoriamente, por meio de decisão judicial, sempre precedidas pela avaliação multidisciplinar.

Além disso, na Unidade Recomeço Helvétia, situada no “coração” da cracolândia, são oferecidos os serviços de centro de convivência, enfermaria de desintoxicação e moradias para os momentos de agudização da doença. Desde 2014, já foram realizados mais de 130 mil atendimentos e acolhimentos.

Essas iniciativas formam uma rede de atenção com mais de 70 comunidades terapêuticas. Juntas já proporcionaram a 2.500 pessoas a

oportunidade de deixar a cracolândia para desintoxicação em regime de internação breve, acolhimento social voluntário ou acompanhamento ambulatorial. Dessas, quase 700 foram incluídas em cursos profissionalizantes oferecidos pelo Centro Paula Souza.

Embora a inclusão social seja uma parte fundamental da solução para a dependência química, a importância do tratamento não deve ser negligenciada.

Perto de completar quatro anos, o Recomeço se consolida com o propósito de resgate social: ajudar dependentes químicos e orientar suas famílias, consolidando-se como instrumento de transformação positiva que é, tanto dos usuários quanto da sociedade.

DAVID UIP, médico infectologista, é secretário de Estado da Saúde de São Paulo

FLORIANO PESARO, deputado federal (PSDB-SP) licenciado, é secretário estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo

RONALDO LARANJEIRA, psiquiatra, é coordenador do programa Recomeço

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Sem trégua

A semana que poderia terminar melhor do que começou para o presidente Michel Temer não terá um desfecho tranquilo. O Planalto acredita que o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, deve atender ao novo pedido de prisão do ex-assessor especial de Temer, Rodrigo Rocha Loures, flagrado com uma mala de dinheiro da JBS. A avaliação é feita com evidente irritação. O governo diz que Fachin tem sido “agressivo” e o acusa de “jogo casado” com a PGR.

Causa e efeito Auxiliares do presidente tentam minimizar o potencial de estrago que uma possível decretação de prisão de Rocha Loures pode ter sobre a já conflagrada base no Congresso. Dizem que Janot e Fachin estão seguindo roteiro “já previsto”.

Na ponta da língua Por isso, Michel Temer passou os últimos dias afirmando os aliados que não tinha nenhum receio sobre uma possível delação de Rocha Loures. Disse que o ex-assessor, chamado por ele mesmo de homem de sua “estrita confiança”, não tem nada que possa comprometer-lo.

E os russos? O Planalto sabe, porém, que uma eventual prisão de Rocha Loures poderá detonar debandada de parte da base aliada que vinha torcendo por um “fato novo” que justificasse o desembarque do governo.

Do outro lado Preso pela Lava Jato no esteio da delação da JBS, o procurador Ângelo Goulart Vilela, que era próximo à força-tarefa, contratou como advogados a ex-ministra do TSE Luciana Lóssio e o criminalista Tício Lins e Silva.

Do outro lado 2 A opção por Lins e Silva despertou curiosidade. O advogado é um dos mais fervorosos críticos dos investigadores da Lava Jato — chegou a chamá-los de “talebans” e fez comparações com a ditadura.

No fim do túnel O crescimento do PIB e a expectativa de que o TSE possa absolver Dilma Rousseff e Michel Temer fez os articuladores do governo na Câmara retomarem a organização para votar a reforma da Previdência.

Joga no Excel Nesta quinta (1º), o deputado Beto Mansur (PRB-SP) se reuniu com parlamentares para refazer a conta de quantos votos o governo tem hoje para aprovar a reforma. Diz que o placar está inalterado.

Jogo bruto A ala de deputados jovens que defende a saída do PSDB do governo Michel Temer, chamada de “cabeças pretas”, recebeu novo apelido nos bastidores do tucanato: “black blocs”.

Vai voar Nas contas de integrantes da sigla, a banca da tucana poderia perder até oito deputados caso escolha permanecer ao lado do Planalto em meio à crise.

No divã Um tucano que atua para colocar panos quentes no impasse faz sempre uma série de indagações quando fala sobre o assunto, com a intenção de resumir o tamanho do problema. Que discurso o PSDB vai adotar? O partido pedir o impeachment ao lado do PSOL?

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

“ tiroteio

Gravaram com Aécio, em minutos, tudo o que tentaram gravar com Lula ao longo de anos. O PSDB largou o estilingue e foi para a vitrine.

DO EX-MINISTRO TARSO GENRO (PT), defendendo que a Lava Jato “mude de sentido” depois dos áudios que afastaram o senador da presidência do PSDB.

“ contraponto

A força do hábito...

No fim de semana passado, em São Paulo, o prefeito João Doria (PSDB) organizou um seminário para debater a eficiência na gestão pública.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) abriu o evento com sua tradicional saudação às autoridades presentes.

Ao se referir ao deputado Cauê Macris (PSDB-SP), presidente da Assembleia paulista, o tucano soltou:

— Esse Cauê Macris não é fraco não! Seu primo é o Macri, presidente da Argentina, e agora elegeu o Macron, presidente da França!

Na plateia, mesmo os tucanos que não acharam graça na piada, riram.



GATO ESCALDADO

A absolvição de Cláudia Cruz, mulher de Eduardo Cunha, não foi suficiente para tranquilizar o ex-deputado. Ele prefere esperar o julgamento do caso nos tribunais superiores antes de comemorar.

LEITURA

Relatos sobre a vida de Cunha na prisão dão conta de que ele está a cada dia mais tenso. Desde que foi preso, no ano passado, o peemedebista passa a metade do tempo estudando a Bíblia. E a outra metade lendo os vários processos a que responde.

ORAÇÃO

Cunha vai a todos os cultos religiosos da cadeia e às vezes faz as preleções aos familiares que visitam os presos nas sextas-feiras. O ex-deputado recebe também, com certa regularidade, a visita de pastores.

DE LONGE

Quase todos os presos frequentam as cerimônias ecumênicas. José Dirceu, quando estava preso, e João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, são exceções. Eles não seguem nenhuma religião.

PIOR...

Uma pesquisa sobre a possibilidade de permanência de Michel Temer no cargo surpreendeu lideranças de partidos que ainda estão na base do governo. Ela mostra que parte do “andar de cima”, apesar de rejeitar o presidente, prefere que ele fique no cargo. Entre os que ganham mais de dez salários mínimos, o percentual chega a 30%.

...SEM ELE

Quando se considera o total dos entrevistados, de todas as classes sociais, a taxa cai para 17%.

CARRAPATO

Ainda que seja absolvido no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Temer continuará a enfrentar o “fator Rodrigo Janot” para ficar no cargo. Entre parlamentares da situação e da oposição há a convicção de que o procurador-geral da República não largará do pé do presidente até que passe o comando da PGR (Procuradoria-Geral da República) para um sucessor, em setembro.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

COM CARTEIRA

Réu em um processo sob acusação de cometer estupro numa festa da USP (e absolvido na primeira instância em fevereiro), Daniel Tarciso da Silva Cardoso conseguiu o registro de médico no Conselho Regional de Medicina de Pernambuco. Ele apresentou os documentos necessários, inclusive diploma, segundo o órgão. Seu cadastro data de abril e consta como regular.

SEM CARTEIRA

O caso motivou uma série de protestos no ano passado na Faculdade de Medicina da USP. O Conselho Regional de Medicina de SP já havia se antecipado a um eventual pedido de registro e dito em novembro que o negaria enquanto não tivesse acesso à sindicância da universidade para apurar o caso. Daniel não chegou a fazer solicitação em SP.

EM CURSO

O advogado dele, Daniel Casagrande, diz não saber informar se o cliente está exercendo a medicina em Pernambuco, mas afirma que ele não cometeu crime.

EM DÍVIDA

A Prefeitura de São Paulo está cobrando de Roger Abdelmassih dívida de IPTU de uma casa nos Jardins que pertence a sua família. A ação de execução foi encaminhada em nome do ex-médico no início de maio, segundo o processo disponível no site do Tribunal de Justiça. E devolvida por um motivo: “Mudou-se”.

EM DÍVIDA 2

Abdelmassih cumpre pena de 181 anos em Tremembé (SP). O débito cobrado é de R\$ 89 mil, mas o valor pode quadruplicar quando forem aplicados juros, correção e multas. No fim do ano passado, o imóvel de 900 m² chegou a ir a leilão com lance mínimo de R\$ 18,4 milhões, mas não teve interessados.

MESMA MEDIDA

A bancada evangélica da Câmara dos Vereadores decidiu marcar uma reunião com o prefeito João Doria (PSDB) depois que ele publicou na segunda (29) um vídeo de apoio à Parada do Orgulho LGBT. Na semana passada, o tucano já havia gravado um vídeo chamando o público para a Marcha para Jesus.

MESMA MEDIDA 2

O vídeo sobre a Parada também recebeu críticas de seguidores de Doria no Facebook. Quatro dos cinco comentários mais curtidos na publicação do prefeito na rede social questionavam a gravação.

Crescimento frágil

PIB avança após dois anos de queda contínua, graças à safra agrícola e à exportação; consumo e investimentos em baixa dificultam retomada

Se já eram cautelosos os prognósticos para a retomada do crescimento da economia, a crise política agora suscita incertezas que tão cedo não serão dirimidas.

Reforça-se, assim, o temor de que o resultado positivo do Produto Interno Bruto — indicador da produção e da renda total do país — no primeiro trimestre seja pouco mais que um alívio efêmero.

Há razões para tanto. Embora significativa para um período tão curto, a expansão de 1% do PIB, que interrompeu uma sequência de dois anos de encolhimento, ancorou-se sobretudo na safra recorde de grãos — o setor agropecuário avançou extraordinários 13,4% sobre o trimestre anterior.

O desempenho das demais atividades está longe de ser animador. A indústria contabilizou alta de 0,9%, mero respiro após a devastadora contração acumulada do início de 2014 ao final do ano passado. Os serviços, que respondem por quase três quartos da economia nacional, ficaram estagnados.

Enquanto a oferta de produtos cresceu de forma irregular, a demanda por parte das empresas e famílias mostrou-se ainda decepcionante. Tanto o consumo como os investimentos — obras de infraestrutura e compra de máquinas e equipamentos, por exemplo —

mantiveram-se em queda.

Nesse cenário, coube ao mercado externo dar impulso à melhora do PIB — as exportações do país subiram expressivos 4,8%.

Não é o bastante, porém, para uma recuperação consistente. Dados preliminares deste segundo trimestre, aliás, apontam o risco de uma nova retração da atividade, ainda que suave.

Em meio a tais dificuldades, qualquer abalo na confiança depositada na agenda econômica pode deteriorar as expectativas de empresários e consumidores.

Um sinal nessa direção, aliás, já aparece na atitude do Banco Central, que indicou a intenção de moderar, daqui para a frente, o ritmo dos cortes nas taxas de juros. Entre as ponderações do órgão, destaca-se “o aumento recente da incerteza associada à evolução do processo de reformas”.

Trata-se de reação típica de cautela que se pode esperar no setor privado, mas que soa precipitada vinda do BC. A crise política mal conta duas semanas; a inflação cairá abaixo da meta de 4,5% anuais; não há sinal de disparada das cotações do dólar. Ademais, persistem o endividamento elevado e a escassez de crédito.

Diante da fragilidade do país, tamanho conservadorismo parece excessivo. Cumpre, em primeiro lugar, evitar que o crescimento do primeiro trimestre seja um falso positivo. Não se pode correr o risco de recidiva de uma recessão que sem dúvida está entre as mais longas e profundas da história.

Incerteza eleitoral

A primeira-ministra britânica, Theresa May, dava mostras de compensar a pouca destreza nos palanques com a habilidade nos bastidores do poder. Seus pontos fracos, entretanto, têm sobressaído à medida que se aproximam as eleições marcadas para a próxima quinta-feira (8).

May assumiu o posto quase um atrás, no cenário turbulento que se seguiu à decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia. Conseguiu consolidar-se como liderança capaz de substituir o também conservador David Cameron, derrotado no plebiscito do Brexit.

Contrariando as expectativas da maior parte dos economistas, a decisão de abandonar o bloco continental não lançou o país numa recessão instantânea.

Constata-se, pelo contrário, que a confiança do consumidor não foi abalada, e o PIB se manteve em crescimento satisfatório para o padrão dos países ricos.

Os salários médios subiram 2,2% no ano passado, e o desemprego está em confortáveis 4,5%. Parecia, enfim, o cenário ideal para qualquer governo disputar eleições.

Até alguns dias atrás, as pesquisas corroboravam a impressão de que fora acertada a decisão de May de antecipar o pleito nacional. Projetava-se um vitória con-

servadora com larga vantagem sobre os rivais trabalhistas.

A mudança operou-se com a campanha eleitoral. Jeremy Corbyn, líder do Partido Trabalhista, adotou uma retórica mais à esquerda, o que contentou parte importante do eleitorado. Embora passe longe do brilhantismo em debates e discursos, ele esquivou-se de erros mais graves até o momento.

O mesmo não se pode dizer de May. Além das dificuldades diante das câmeras e no contato com o público, passou impressão de excessiva inconstância ao promover modificações importantes em seu plano de reformas na assistência social quatro dias depois de anunciá-lo.

O fato ensejou que outras mudanças bruscas em suas posições fossem lembradas, como em relação à saída da União Europeia e à antecipação de eleições (a atual premiê era contrária a ambas). Colou-se em sua imagem a etiqueta de pouco resoluto, com claro impacto nas pesquisas de voto.

Os conservadores ainda são tidos como favoritos, mas já se estima que os trabalhistas conquistarão mais cadeiras no Parlamento do que o previsto inicialmente. Isso, é claro, se as pesquisas não estiverem mais uma vez equivocadas, como já ocorreu com as que previam a derrota do Brexit.

O Metro jornal é impresso em papel certificado FSC, garantia de manejo florestal responsável.

MISTO Papel FSC - C118090

metro

www.metrojornal.com.br | metrojornal.com.br

SÃO PAULO

Sexta-feira, 2 de junho de 2017
Edição nº 2.547, ano 11



MIN: 9°C
MÁX: 20°C

A batalha de Cardiff

Conseguirá o letal ataque do campeãoíssimo Real Madrid demolir a intransponível defesa da poderosa Juventus? O duelo mortal pelo título da Liga dos Campeões da Europa você confere amanhã, às 15h45, direto do País de Gales, na tela da Band

PÁG. 34

PF apura se empreiteira pagou dívida de Haddad

Cifra Oculta. Operação deflagrada ontem investiga se a UTC, já envolvida na Lava Jato, teria saldado uma conta de R\$ 2,6 milhões por serviços prestados por gráfica de ex-deputado petista na campanha de 2012; ex-prefeito nega irregularidades e diz que tudo foi declarado ao TRE

Joesley tem R\$ 800 milhões bloqueados

Dono da JBS teria usado informação privilegiada para comprar dólar

PIB volta a subir após dois anos

Alta de 1% foi puxada pelo agronegócio, mas ainda é cedo para comemorar

Sturm afirma que não deixa a Cultura

Para secretário, grupo que invadiu gabinete quer se impor pela força

Campanha pede doação de sangue

Monumentos são iluminados de vermelho para chamar atenção

FOTOS: REUTERS

Não queremos mais outros líderes e outros países rindo de nós

Fui eleito para representar os interesses dos americanos, não dos moradores de Paris

Trump diz 'não' ao clima

PÁG. 12

RECICLA A INOVAÇÃO PAISE CIDE EMBL. INOVAÇÃO EDITOR

Vermelho ilumina a cidade por doadores de sangue

Durante junho. A cor será projetada em diversos pontos da capital para conscientizar sobre a importância da doação; saiba como participar

Para incentivar a doação de sangue, prédios e monumentos foram iluminados ontem de vermelho e ficarão com essa cor durante todo este mês, no tradicional Junho Vermelho.

Em São Paulo, espaços como o Memorial da América Latina, a Sala São Paulo, a Assembleia Legislativa e o Palácio dos Bandeirantes já receberam a luz vermelha.

A campanha, que faz parte do Movimento Eu Dou Sangue, começou em 2011 e procura conscientizar a população sobre a importância de doar sangue.

A Fundação Pró Sangue precisa de doações com urgência, já que os estoques estão 60% abaixo do esperado.

As reservas dos tipos sanguíneos O+, O-, A+ e A- estão em estado crítico, ou seja, têm quantidade suficiente para abastecer os hospitais somente por dois dias. Os tipos B+ e B- estão em estado de alerta.

A campanha também procura preparar os estoques para o mês de julho, que costuma ter uma maior demanda por conta dos acidentes durante as férias.

Regras para doação

Para doar é preciso:

- Ter entre 16 e 69 anos (menores de 18 anos devem consultar regulamento no site)
- Pesar no mínimo 50 kg
- Estar descansado e alimentado
- Apresentar documento com foto

Não podem doar:

- Grávidas ou mulheres amamentando
- Portadores de doenças transmissíveis pelo sangue, como hepatite B e C e Aids

Segundo uma das fundadoras da Movimento Eu Dou Sangue, Debi Aronis, é preciso que a população se conscientize para que a doação “seja um hábito permanente no Brasil”.

Durante os meses mais frios é comum que o número de doações dimi-

nua. O maior número de dias chuvosos e de feriados também colabora com essa queda de doadores e, consequentemente do estoque, de acordo com as idealizadoras do movimento.

No dia 14 deste mês é comemorado o Dia Mundial do Doador de Sangue e a fundação fará uma campanha ainda mais forte. As doações, porém, podem ser feitas nos postos em qualquer dia.

Onde doar

Durante o final de semana é possível fazer a doação no Posto das Clínicas, que funciona aos sábados, das 8h às 17h no domingo do mês, das 8h às 13h,

No sábado, os postos Dante Pazzanese e Regional de Osasco funcionam das 18h às 16h. Para quem preferir doar durante a semana, o Posto Mandaqui fica aberto das 8h às 16h30 e o Barueri, das 8h às 16h.

Antes de ir ao posto, o doador deve verificar se tem algum dos impedimentos definitivos. Os impedimentos temporários estão no site da Pró Sangue (www.prosangue.sp.gov.br) METRO

Furtos sobem 25% na área da Cracolândia

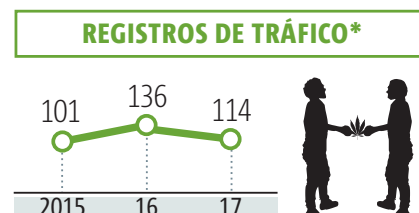
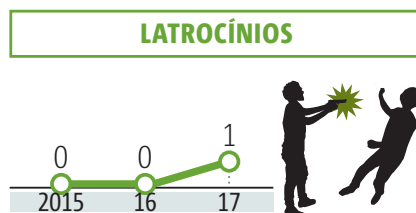
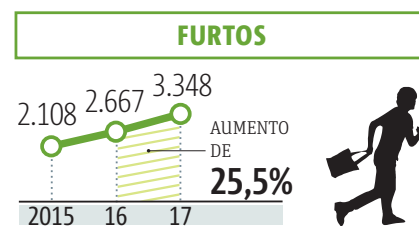
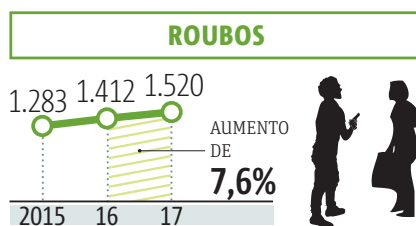
Violência. Distrito policial que atende região teve aumento de 7% nos roubos de janeiro a abril

Entre janeiro e abril deste ano, o total de furtos na região onde fica –ou ficava– a Cracolândia subiu 25% e o de roubos aumentou 7,6% nos quatro primeiros meses deste ano, ou seja, antes da operação policial que prendeu traficantes e tirou os usuários de crack da área próxima à estação Julio Prestes da CPTM.

Os dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública mostram que, no 3º DP (Campos Elíseos), responsável pelos trechos da alameda Dino Bueno e rua Helvetia onde os usuários de crack se concentravam, o total de roubos subiu de 1.412 nos quatro primeiros meses de 2016 para 1.520 no mesmo período deste ano.

A quantidade de furtos passou de 2.667 no ano passado para 3.348 em 2017

EVOLUÇÃO DAS OCORRÊNCIAS



* ITEM INCLUÍDO NO LEVANTAMENTO DE PRODUTIVIDADE POLICIAL
FONTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(veja quadro nesta página).

Desde a operação do dia 21 de maio, que fez os usuários migrarem para a praça Princesa Isabel, considerada a “nova” Cracolândia, moradores e comerciantes que passam pelo local têm relatado aumento desse tipo de ocorrência na região.

Secretaria

Em nota, a SSP informou que está atuando na região da Nova Luz com policiamento, apoio a agentes de saúde e investigação.

A PM (Polícia Militar), de acordo com a pasta, man-

tém 212 policiais na área, entre ações especiais, choque e motocicleta, “, além dos 120 PMs que já atuam regularmente na área”.

Na última segunda-feira, segundo a pasta, policiais do Denarc (departamento especializado em repressão ao narcotráfico) prenderam em flagrante um traficante que abastecia a região. Roberto Cardoso Prato foi encontrado dentro de um antigo hotel na av. Duque de Caxias, na altura da praça Princesa Isabel, com porções de maconha e cocaína. **METRO**

Ônibus terão botão do pânico

Transporte. Pagamento será maior às empresas com menos acidentes. Audiência pública sobre licitação lotou e teve reclamação

A depender da proposta apresentada ontem pela Secretaria Municipal dos Transportes, durante audiência pública para discutir o edital de licitação do sistema de transporte coletivo da cidade, os ônibus que rodam na capital deverão ter wi-fi, ar-condicionado, pontos para carregar celulares e botão de pânico para emergências, além de monitoramento de última geração.

Existe ainda a intenção de mudar o sistema de remuneração às empresas, incluindo bônus às viagens com menos acidentes e com melhor avaliação dos passageiros, mas isso está sendo estudado como será feito.


A última licitação foi rea-



lizada em 2003, na gestão de Marta Suplicy, e venceu em 2013. Desde então, os contratos vêm sendo renovados de maneira emergencial. A gestão anterior tentou fazer a concorrência, mas o edital foi contestado

pelo TCM (Tribunal de Contas do Município).

Mas nem todos os interessados conseguiram participar da audiência pública: o auditório não comportou todas as pessoas que foram ao local –cerca de 500. Salas anexas foram organizadas às pressas.

Um manifesto assinado por 11 entidades de mobilidade protestou, entre outros motivos, porque o evento não esclareceu como nem quando será o lançamento do edital, o processo de consulta pública, seus prazos e o calendário de audiências. Consultada sobre as críticas à organização evento, a secretaria não respondeu até as 22h de ontem.  METRO


Social. Prefeitura anuncia novo secretário

A Prefeitura de São Paulo anunciou ontem Cláudio Carvalho de Lima como o titular da nova Secretaria Especial de Investimento Social, inédita no município.

A função da secretaria será contatar empresas para viabilizar o uso de recursos privados em projetos sociais das áreas de educação, saúde e assistência social.

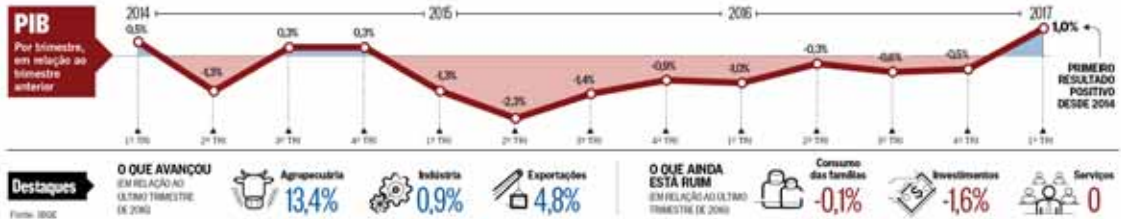
Para o prefeito João Doria (PSDB), a “criação da secretaria tende a aumentar oportunidades de parcerias com o setor privado”.

O secretário municipal da Justiça, Anderson Pomini, explicou que a transparência será “requisito principal para formalizar as doações”.

Carvalho foi vice-presidente executivo-corporativo na Cyrela Brazil Realty, empresa que trabalha na reforma da marquise e dos banheiros do parque Ibirapuera (zona oeste) em conjunto com a prefeitura.  METRO

O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2017 ANO LXXI - Nº 32.000 Irineu Marinho (1876-1925) — (1994-2003) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br



TRÉGUA NA ECONOMIA

PIB tem 1ª alta desde 2014

Avanço é puxado pela agropecuária e não garante que país saiu da recessão

Governo comemora, mas analistas temem que recuperação ainda não seja consistente

Após oito trimestres de retração, a economia reagiu e cresceu 1% entre janeiro e março. O resultado foi puxado pela alta de 13,4% na agropecuária, graças às safras recordes de soja e milho. O setor respondeu por 70% do PIB. A indústria avançou 0,9%, mas investimentos e consumo das famílias conti-

nuam em queda. O presidente Temer comemorou: "Acabou a recessão!", escreveu em rede social. Mas, para analistas, não é possível dizer ainda se o país saiu da recessão, já que o PIB no segundo trimestre deve crescer menos ou até cair, e a economia pode sofrer os impactos da crise política. **PÁGINAS 17 e 22**

MÍRIAM LEITÃO
Recuo de seis anos no PIB. **PÁGINA 18**

JOSÉ PAULO KUPFER
É exagero festejar fim da recessão. **PÁGINA 15**

FLÁVIA BARBOSA
Recessão ainda nos ronda. **PÁGINA 16**

Restrição ao foro já tem 4 votos no STF

Um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, indicado para o STF pelo presidente Temer, paralisou o julgamento que poderá restringir o foro privilegiado. Quatro ministros já votaram por só manter no STF ações sobre crimes cometidos no exercício do cargo. **PÁGINA 2**

Janot pede prisão de Loures de novo

Logo depois de Rocha Loures, o homem que recebeu a mala com R\$ 500 mil de propina da JBS, perde mais o mandato de deputado, o procurador Rodrigo Janot pediu a prisão dele ao STF pela 2ª vez. **PÁGINA 5**

Ação no TSE pode cair logo

EXCLUSIVO Novo ministro da Justiça diz que a ação contra a chapa Dilma-Temer pode cair na fase inicial no TSE. E que investigação contra Temer é política, não jurídica. **PÁGINA 4**

BNDES anuncia 'rigor' com a JBS

O novo presidente do BNDES disse que tratará a JBS com rigor e que empresas como ela "fizeram lambança". A Justiça bloqueou R\$ 800 milhões de Joesley Batista. **PÁGINA 5**

Trump anuncia saída do Acordo de Paris e isola EUA

Alemanha, França e Itália reagem e dizem que não há renegociação

Com argumentos econômicos e sob a justificativa de estar cumprindo promessa de campanha, o presidente Donald Trump anunciou ontem a saída dos EUA do Acordo de Paris, pondo em xeque a liderança mundial americana, segundo analistas. Políticos, líderes de outras

nações e empresários reagiram com críticas. Alemanha, Itália e França anunciaram que não haverá renegociação do acordo climático. No Brasil, os ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores, em nota, manifestaram preocupação. **PÁGINA 26**



Caminho Evre. Apreendidos no Aeroporto Internacional, fuzis são embrioados na Delegacia da Polícia, escondido em aquecedores, carregamento não passou por detectores de metais

Arsenal de guerra é apreendido no Galeão

Na maior apreensão de armas já feita no Rio, a polícia encontrou ontem, no terminal de cargas do Aeroporto Internacional do Galeão, 60 fuzis de guerra

escondidos em aquecedores para piscinas. O arsenal chegou de Miami em contêineres e não passou por detectores de metal ao desembarcar na cidade.

Para investigadores, os fuzis iriam para traficantes. A polícia suspeita que 30 cargas como a apreendida ontem já passaram pelo Galeão. **PÁGINA 9**

SEGUNDO CADERNO
O SOS DA OSB

Em crise, orquestra sinfônica faz concerto-manifesto e pede ajuda.

ZÉLIA DUNCAN
Lembranças do produtor Almir Chedak.

ARTHUR DAPIEVE
O prazer de descobrir uma boa banda nova.

ESPORTES
LIGA DE VÔLEI



Renan dal Zotto (foto) estreia hoje como técnico da seleção. **PÁGINA 30**

Parte do PSDB deve romper com Temer na semana que vem

Governo já prevê debandada, mas quer entendimento por reformas

MARIA LIMA E JÚNIA GAMA
opais@oglobo.com.br

-BRASÍLIA- O Palácio do Planalto já prevê uma debandada parcial do PSDB a partir da próxima semana, quando terá início o julgamento do processo de cassação da chapa presidencial no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para interlocutores do governo, é grande a chance de parte dos “cabeças pretas” do partido, como são chamados os parlamentares tucanos mais jovens, decidirem romper após o voto do relator do caso, ministro Herman Benjamin, provavelmente favorável à cassação da chapa Dilma-Temer.

Para o Planalto, o importante é que o PSDB mantenha apoio às reformas da Previdência e trabalhista no Congresso, mesmo que haja este desembarque de parte dos parlamentares. A avaliação, hoje, é que o PSDB está dividido e é possível conservar a aliança, mesmo que de forma mais discreta, com a cúpula do partido, com suporte às medidas governistas na Câmara e no Senado.

O governo aposta que não haverá um fechamento de questão no PSDB sobre a permanência na base. O mais provável, segundo interlocutores do presidente Michel Temer, é que deputados, senadores e diretórios estaduais sejam liberados para se posicionarem como preferirem em re-

lação ao governo, desde que o partido esteja unido no apoio às reformas. Para fontes do governo, os paulistas do PSDB devem ser os primeiros a desembarcar, em um movimento comandado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que tenta preservar sua imagem para a eleição presidencial de 2018.

— Há um risco para o governo, mas, se não houver essa quebra da agenda parlamentar, é possível manter a governabilidade — diz um auxiliar de Temer.

Diante da pressão de deputados federais e estaduais para um rompimento, o presidente interino do partido, senador Tasso Jereissati (CE), disse ontem que, na semana que vem, independentemente do resultado do julgamento da chapa no TSE, o partido vai se reunir e tomar uma decisão sobre o rumo da aliança.

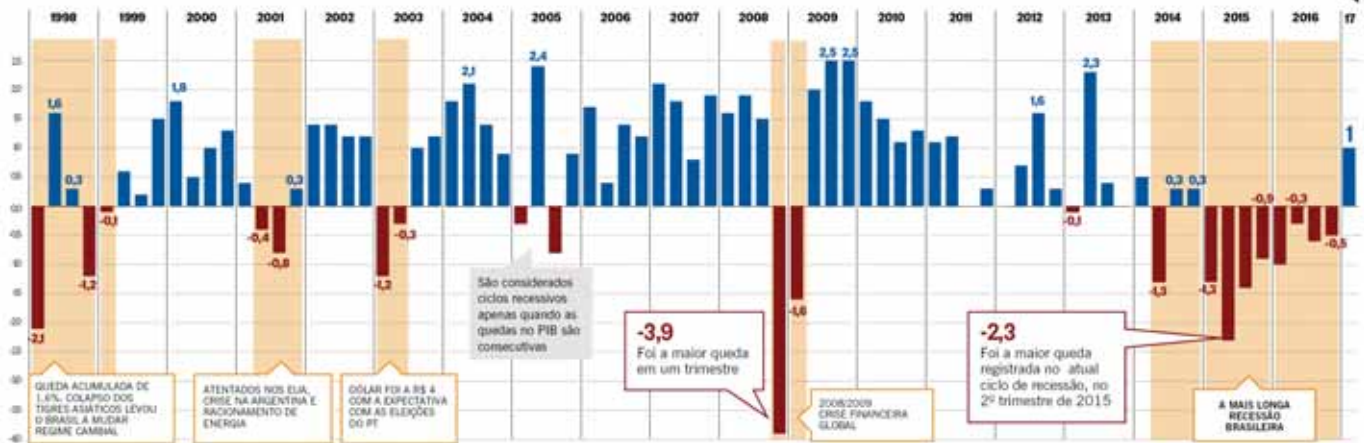
Tasso disse que há pressão e sua única diretriz como presidente interino é chegar a uma decisão que não rache o partido. Diferentemente de muitos deputados, os ministros e integrantes da cúpula defendem que o PSDB continue com o governo.

— Nós do PSDB vamos ter que tomar uma decisão, que eu não sei qual será, seja qual for o resultado do TSE. Semana que vem vamos nos reunir e resolver. O partido não pode se dividir. Vou fazer o possível e o impossível para que, na minha presidência interina, o PSDB não se divida — disse Tasso, que criticou ainda eventuais manobras no governo para que haja um pedido de vista e arraste o julgamento do caso no TSE. *(Colaborou Catarina Alencastro)* ●

TRÉGUA NA ECONOMIA

AS RECESSÕES BRASILEIRAS

Varição do PIB frente ao trimestre anterior



País sai do vermelho e PIB cresce 1%

Temer comemora. Mas, para analistas, resultado ainda é insuficiente para garantir que recessão acabou

MAICELLO CORRÊA, DAIANI COSTA e BRUNO DUTRA
economia@oglobo.com.br

-NO E BRASILEIA- A economia brasileira voltou a ficar no azul após dois anos de resultados negativos consecutivos. O IBGE informou ontem que o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país) cresceu 1% no primeiro trimestre, na comparação com o quarto trimestre do ano passado. O resultado — sustentado basicamente pelo avanço recorde de 13,4% do setor agropecuário — foi comemorado pelo presidente Michel Temer, que foi às redes sociais para anunciar o fim da crise: "Acabou a recessão!", disse no Twitter. Economistas, no entanto, são mais cautelosos e destacam que é cedo para decretar que o país encerrou o ciclo recessivo, principalmente considerando as incertezas causadas pelo aprofundamento da crise política, que podem dificultar a aprovação das reformas, atrasar o corte de juros e afetar a economia nos próximos meses.



ENTENDA O RESULTADO DO PIB EM 1 MINUTO
Economia volta ao azul após oito trimestres negativos

Além disso, a previsão é de que, no próximo trimestre, o resultado do PIB seja menos auspicioso. Segundo dez analistas consultados pelo GLOBO, a economia poderá ficar estagnada ou mesmo voltar a registrar resultado negativo. Uma queda colocaria em xeque o fim do ciclo recessivo, já que um dos conceitos usados por economistas para marcar a saída de uma crise é a repetição de dois resultados positivos seguidos.

Economistas destacam ainda que o PIB do primeiro trimestre foi muito influenciado pela forte expansão da agropecuária, graças às safras recordes de soja e milho. O setor respondeu por 70% do crescimento do PIB — sem a produção do campo, a expansão da economia teria sido de só 0,3%. Este resultado não deve se repetir nos próximos trimestres, até porque a colheita dos grãos mais importantes para a economia brasileira ocorre na primeira metade do ano.

Para a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, ainda é

preciso observar mais dados, antes de concluir que a recessão acabou:

— Temos de esperar para ver o que vai acontecer este ano. Tivemos crescimento, só que contra uma base depreciada, de oito trimestres seguidos de queda. Vamos ver o que vem pela frente. No segundo trimestre, teremos efeito positivo da safra agrícola novamente, principalmente de soja e milho, que são bastante exportados. Temos de esperar para ver qual vai ser a conjuntura geral à frente.

O presidente Temer atribuiu o resultado do PIB às políticas econômicas do seu governo: "Isso é resultado das medidas que estamos tomando. O Brasil voltou a crescer. E com as reformas, vai crescer mais ainda", escreveu o peemedebista no Twitter. Em nota, o Ministério da Fazenda classificou o dia como histórico para o país. "Depois de dois anos, o Brasil saiu da pior recessão do século", disse o texto.

Mesmo com a alta do PIB no primeiro trimestre, o atual patamar de produção da economia brasileira está no mesmo nível de dezembro de 2010, num recuo de mais de seis anos. Além da agropecuária, a produção industrial também cresceu, 0,9%, mas graças principalmente a um avanço de 1,7% da indústria extrativa mineral, refletindo o fim do efeito do desastre da Samarco em Mariana. O setor de serviços ficou estagnado.

Considerando o lado das despesas — que, assim como os setores produtivos, também determinam o ritmo de crescimento do PIB — o destaque positivo foi o setor externo. As exportações cresceram 4,8%, e as importações, apenas 1,8%. Todos os outros componentes ficaram no negativo: consumo das famílias (-0,1%), consumo do governo (-0,6%) e a chamada formação bruta de capital fixo (-1,6%), que é um indicador de investimentos. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, o PIB recuou 0,4%, uma queda menos intensa que as dos trimestres anteriores, mas a 12ª consecutiva nesse tipo de comparação.

— Tínhamos uma projeção mais positiva para o PIB e, após a divulgação, fica a impressão de que, mesmo positivo,

o número é fraco, pois é totalmente concentrado no desempenho da agropecuária, influenciado por safra recordes no país. Não chegamos ao fim da recessão e não temos qualquer sinalização de recuperação expressiva — analisa o economista Daniel Silva, do Modal Asset.

Is Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), destaca que a dependência do consumo doméstico mostra a fraqueza do consumo doméstico: — Alívio dá. Mas é um desempenho que está muito relacionado com o setor externo. A demanda doméstica, por mais que não esteja no seu pior momento, ainda não tem sinal positivo.

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a crise política é a principal fonte de incerteza. — Sim (saímos da recessão), mas não é uma saída consistente, pois, se não vier uma solução política rápida e eficiente, a chance de voltarmos à recessão é muito grande. O PIB do segundo trimestre deve ter queda na margem (frente ao primeiro trimestre) e na comparação interanual de novo, então, infelizmente, não dá para pensar em sequência de números positivos por hora — diz o economista, que prevê queda de 0,8% no segundo trimestre, a projeção mais pessimista.

POLÍTICA VAI DITAR RITMO DE RETOMADA
Apesar de estar no grupo dos mais otimistas, Rodolfo Margado, economista do Santander, também vê crescimento moderado nos trimestres seguintes e riscos associados à crise política. Para o analista, o PIB ficará estável no segundo trimestre:

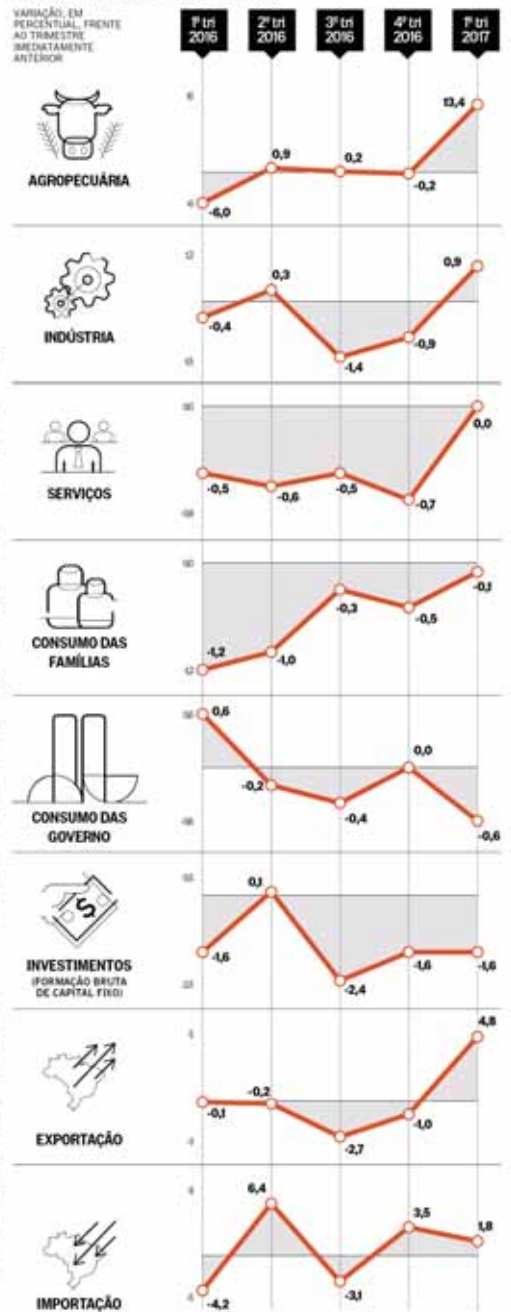
— A grande pergunta agora é sobre o ritmo da recuperação da atividade. A economia vai mostrar alguma reação nos próximos trimestres, mas a um ritmo bastante moderado. Com os últimos eventos do quadro político, vemos alguns sinais de baixa. Mas podemos afirmar que a economia brasileira atingiu o fundo do poço. E os fundamentos do quadro político vão ditar o ritmo dessa recuperação. ●

Colabora Eduardo Barreto

Foi um falso positivo, na página 18

O DESEMPENHO DOS SETORES

VARIÇÃO, EM PORCENTUAL, FRENTE AO TRIMESTRE ANTERIOR



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

Corpo a corpo

SILVIA MATOS

'Foi um falso positivo'

Economista da FGV acredita que PIB do segundo trimestre será negativo e há risco de novo ano de recessão. Ela teme políticas intervencionistas para apressar crescimento

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@globo.com.br

● **É possível dizer que o país saiu da recessão?**
 Não posso afirmar isso. Olhando os resultados, vemos que a economia está mostrando alguma recuperação. Mas dependeu muito de um setor que é a agropecuária (crescimento de 13,4%, o maior em 21 anos). Quando tiramos esse setor da economia, considerando indústria e serviços, os que mais pesam, o PIB fica estagnado. Parece um falso positivo. É claro que estamos melhor que no fim do ano passado, quando houve queda de 0,5%. É como se saíssemos de uma recessão severa, de números bem negativos, e entrássemos numa estagnação. Recessões longas são muito instáveis, com muito vai e vem. Agora deu um respiro, que pode levar à saída da recessão, como estava previsto antes. Mas o cenário político pode abortar essa recuperação.

● **No segundo trimestre, conseguiremos manter esse resultado positivo?**
 Uns meses atrás, estava um pouco mais otimista com a economia, prevendo um crescimento ainda pequeno. Mas, infelizmente, os números de abril, analisando todos os setores, inclusive a confiança do consumidor, não mostram mais isso. Acabou o bônus da agropecuária, e a sondagem do consumidor da CNI, do dia 10 até o fim do mês de maio, logo após a delação da JBS, mostrou queda bem grande na confiança do consumidor. É um sinal de alerta que o mês de junho já não vai ser tão bom. Esse PIB do segundo trimestre vai ser negativo. Estamos prevendo queda de 0,4%, um avanço de 0,1% no terceiro trimestre e estagnação no último trimestre do



Desafio. "É um cenário em que o presidente precisa do apoio, e a comunidade quer crescimento a qualquer custo", diz Silvia

ano. Está difícil prever o que vai acontecer nos próximos trimestres. Ainda há mais incerteza pela frente.

● **No melhor cenário, ficaremos estagnados? Está afastado o risco de nova recessão este ano?**
 Não está afastado esse risco. Ainda estamos prevendo alta de 0,2% no ano. Sempre soube que a saída da recessão seria lenta, gradual e difícil. Situação similar à dos anos 1980. Mas será que teremos uma recessão mais longa que aquela? Estava vendo a volta da economia, de repente, surgiram nuvens negras. Atualmente, vejo que mais um ano de recessão é um cenário provável. Quando você tem famílias e empresas endividadas, fica mais difícil sair da recessão. As empresas pequenas e médias estão vivendo uma situação muito difícil. E aqui ainda temos até o governo endividado, sem ex-

paço para política fiscal.

● **Tivemos três anos seguidos de queda do PIB per capita. Teremos mais um?**
 É uma perda absurda. De 2014 a 2016, a queda foi de 9,1%. Com certeza, teremos mais uma queda, acumulando perda de 9,6%. Depois de tudo que passamos. Fizemos mudanças institucionais importantes, sem hiperinflação. Não precisávamos passar por um retrocesso da economia tão grande. Agora todo mundo quer um resultado a curto prazo. Achar um atalho para o crescimento.

● **Que tipo de atalho?**
 Ampliar crédito público, fazer alguma desoneração, sempre surgem ideias, como forçar uma queda de juros.

● **Como traçar cenários para a economia diante de tanta incerteza política?**
 A questão que se coloca é: qual

é a economia política da política econômica atual? Se não é possível entregar mais juros (ou seja, mais corte de juros, para aquecer a economia), os empresários, o setor produtivo, vão pedir a entrega do crescimento via outras medidas, como mais intervencionismo ou via demandas fiscais. É um cenário difícil, em que o presidente da República precisa de apoio político, e a comunidade econômica quer crescimento a qualquer custo. O risco é aumentarem as pressões por mais medidas, até para o respaldo do presidente (Michel Temer), o que dificulta o trabalho do Banco Central. O BC ontem (no comunicado após a reunião do Comitê de Política Monetária que decidiu reduzir a taxa básica de juros em um ponto percentual) citou cinco vezes a palavra incerteza. ●

Brasil está na lanterna em ranking de crescimento

Levantamento compara o desempenho de 39 países

RONALDO D'ERCOLE
ronaldod@sp.oglobo.com.br

● **SAO PAULO.** A frágil reação da economia brasileira no primeiro trimestre, que cresceu 1% na comparação com os últimos três meses de 2016, não foi suficiente para tirar o Brasil da lanterna de uma lista de 39 países que já divulgaram o desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) no período. Quando se considera o desempenho interanual, que é o critério usado internacionalmente, entre janeiro e março, o PIB brasileiro teve retração de 0,4% ante o primeiro trimestre de

2016, o que coloca o Brasil no final da fila entre os países analisados pela consultoria Austin Rating, que elabora o ranking.

— A avaliação da economia em períodos iguais é mais precisa, pois o desempenho do primeiro trimestre em relação ao do quarto pode estar contaminado por fatores como reposição de estoques, que em geral baixam no final do ano — observa Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating.

Segundo o economista, se forem considerados os resultados do primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre de 2016, a expansão de 1% colocaria o Brasil na 14ª posição entre as 39 economias analisadas. Mas, pelo critério usual, o quadro muda.

— Mais uma vez, o Brasil foi superado por Grécia, Ucrânia e Rússia — observa.

A Grécia, que tenta emergir de uma crise fiscal que mergulhou o país numa profunda recessão nos últimos anos, aparece na penúltima posição, com retração de 0,3% no PIB do trimestre passado. A Rússia, cuja economia cresceu 0,5%, ficou na 37ª posição, enquanto a Ucrânia, que aos poucos sai de uma guerra civil, teve expansão de 2,4% e apareceu na 24ª colocação da lista.

Entre as economias latino-americanas, o México aparece na 17ª posição, com expansão de 2,8%; o Peru, na 28ª, com 2,1%; e a Colômbia, na 34ª, com 1,1%. A China (6,9%) lidera o ranking, seguida por Filipinas (6,4%) e Índia (6,1%). Entre as chamadas economias avançadas, o Reino Unido cresceu 2,1% e ficou em 29º lugar, seguido por Estados Unidos (1,9%), o 30º, e Alemanha (1,7%), a 31ª colocada. ●

Opinião

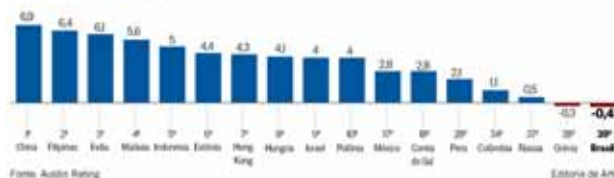
SEM SURPRESA

A PARTIR de 2010, o Brasil desabou no ranking mundial de competitividade, do World Competitiveness Yearbook (WCY), em parceria com a Fundação Dom Cabral. Não por acaso, é o período do trágico experimentalismo do "novo marco econômico".

NÃO BASTASSE a clássica dificuldade para se fazer negócio no país — burocracia, excesso de regulação etc. —, somaram-se inflação e redução do crescimento.

O RESULTADO foi a queda do país, no ranking, da 30ª posição para o 61º lugar, ficando à frente apenas de Mongólia e Venezuela, cuja economia se encontra em estado terminal. Não surpreende.

A CLASSIFICAÇÃO NO 1º TRIMESTRE



Fonte: Austin Rating

Editoria de Arte

Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

O otimismo de Temer

“Acabou a recessão”, decretou Michel Temer numa rede social. “Dia histórico”, celebrou Henrique Meirelles, em nota oficial. As reações do presidente e do ministro da Fazenda foram vistas por parlamentares como um esforço concentrado do governo para o ilusionismo econômico. Isso porque, segundo eles, a salvação veio, literalmente, da lavoura. O crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre, depois de oito em queda sucessiva, teve origem na supersafra — e todos os demais setores da economia continuam tingidos de vermelho-vivo. “A recessão não acabou. Parou de piorar”, amenizou o senador tucano Tasso Jereissati. A Instituição Fiscal Independente, do Senado, prevê que o desemprego continue, com aumento de 1% neste ano. Para 2018, o governo Temer refez as projeções: previa déficit de R\$ 79 bilhões, e há pouco aumentou o rombo para R\$ 129 bilhões, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que está em análise no Congresso. O discurso do otimismo econômico é hoje a principal âncora do governo Temer. Falta convencer a sociedade.

Calculadora da crise

O efeito Temer na economia, desde a delação da JBS, pode ser medido pela decisão do próprio governo em reduzir menos que pretendia a taxa de juros (Selic). O corte previsto pelo Banco Central era de 1,25%, e ficou em 1%. A diferença representaria R\$ 3 bilhões a mais no custo da dívida pública. Como a conversa de Temer com Joesley durou 38 minutos, segundo a gravação, parlamentares fizeram as contas: chegaram à conclusão que cada minuto do encontro noturno no Palácio do Jaburu contribuiu para aumentar a dívida pública em R\$ 79 milhões. No mínimo.

Encontro com o passado

Antes de ganhar fama na Lava-Jato, Sergio Moro atuou em vários casos de tráfico de drogas. Um deles levou-o a mandar prender doleiros como Alberto Youssef, em 2004. Moro se reencontrou com suas sentenças antigas ao ler “Cocaína: a rota caipira”, livro do jornalista Allan de Abreu. O juiz não resistiu e mandou um bilhete ao autor: “Pesquisa profunda, bem escrita, sobre o tráfico de drogas no Brasil, com foco nas rotas do interior do país. Para minha surpresa identifiquei alguns casos criminais que acabei por julgar.”

Lista ampliada

A escolha do sucessor de Rodrigo Janot não deve ocorrer apenas entre os candidatos da lista tríplice do Ministério Público Federal. O presidente Temer vai levar em conta também candidatos apresentados pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público Militar.

Bronca de Eunício

A correria do governo para conseguir votar medidas provisórias que estavam às vésperas de perder a validade irritou o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ele trocou 22 mensagens com Rodrigo Maia, ontem de manhã. No plenário, avisou: “Sinto muito para o governo, sinto muito para as partes interessadas, sinto muito para as categorias que têm interesses, mas eu não sou carimbador de matéria sem dar conhecimento. Não farei isso numa segunda vez.”

DO MORENO

CANTINHO



Apesar de cinco presas do Estevão Pinto terem reclamado de que Andrea Neves recebe regalias, na verdade, em alguns momentos, tem sido dramática a vida dela na cadeia. Ela passou mal no último sábado e foi atendida por médico particular, o

que é permitido pela Secretaria de Administração Prisional (Seap). E recebe visita do advogado alge-mada, segundo o regimento da mesma Seap, reformado, junto com o presídio, na gestão Aécio Neves. São as chamadas ironias do destino.

Com Amanda Almeida
poderemjogo@oglobo.com.br

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



A luta pelo foro

O debate sobre o foro privilegiado avança apesar de tudo, e a maioria do plenário do Supremo Tribunal Federal parece que vai apoiar a tese do ministro Luís Roberto Barroso, que restringe a proteção por prerrogativa de função aos casos inerentes ao mandato. A questão agora é saber se o ministro Alexandre de Moraes, que pediu vista depois de praticamente antecipar seu voto contrário ao relator, vai “sentar em cima” do processo ou se, como prometeu, o liberará rapidamente para o fim do julgamento.

Um pedido de vista num processo que envolve matéria probatória é razoável. Mas quando um constitucionalista renomado como Alexandre de Moraes julga um tema tão conhecido como o juízo por prerrogativa de função, é inusitado.

Já são quatro votos a favor da tese central de Barroso, e provavelmente os ministros Edson Fachin e Celso de Mello se aliarão a ela. O ministro Luiz Fux, quando participou do debate lateral em torno da eficiência ou não do Supremo no julgamento de casos criminais de políticos com foro privilegiado, ressaltou que esse não era o cerne da questão, dando a entender que a redução da amplitude do foro é que estava em julgamento.

Ele explicou as diferenças do volume de processos do Supremo para a Justiça de primeira instância, lembrando que o STF trata de assuntos diversos ao mesmo tempo em que tem sob sua guarda os processos de foro privilegiado dos políticos. O ministro Gilmar Mendes tentou levar a discussão para o plano corporativo, como se defendesse a credibilidade do Supremo Tribunal Federal atacada por críticos que o veem como um porto seguro para os políticos.

Para tanto, voltou a criticar a pesquisa do Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio, que demonstra que grande parte dos processos de foro privilegiado encaminhados ao STF prescreve por diversas razões, pela falta de estrutura da instituição para tratar de tantos casos policiais envolvendo políticos e suas conexões.

O ministro Gilmar Mendes alegou que muitas vezes as investigações são incompletas ou demoradas, e que esse

ônus é da Polícia Federal e do Ministério Público, e não do Supremo. Não se debatia ali, no entanto, culpas pela demora, nem simplesmente a necessidade de aliviar o STF dessas questões burocráticas, embora este seja um saudável efeito colateral da restrição do foro privilegiado.

O que está em julgamento, como salientou o ministro Luiz Fux, é o fato de que hoje o foro privilegiado cuida da proteção das pessoas que exercem o cargo, e não do cargo em si. Para se ter uma ideia, há processos no Supremo de deputado acusado de assédio sexual, que claramente deveria estar na primeira instância.

O ministro Alexandre de Moraes, a certa altura de seu pronunciamento, ressaltou o que considerou uma incoerência dos principais jornais do país que hoje criticam o STF e em 2012 foram contrários ao desmembramento do processo do mensalão e defenderam a permanência integral do processo no Supremo, considerado uma garantia de julgamento imparcial e apolítico.

Não há, no entanto, nenhuma incoerência nisso.

Os jornais apenas apoiavam uma atitude inovadora do Supremo, que se dedicou durante meses exclusivamente ao caso do mensalão, conseguindo concluir um julgamento que estava prestes a prescrever justamente devido aos problemas que continuam impedindo hoje uma decisão mais rápida no petrolão.

Para ter o grau de efetividade no processo do mensalão, o Supremo, graças a uma decisão memorável do então presidente Ayres Britto, teve que sair de sua rotina e estabelecer uma interrupção na análise de vários outros processos para se dedicar exclusivamente ao mensalão.

Do outro lado da rua, o Congresso Nacional também trata do assunto, de maneira mais ampla. Reagindo à ação do STF, que cuida apenas da redução do foro para os parlamentares, resolveu fazer uma emenda constitucional acabando com o foro por prerrogativa de função para todos, com exceção dos presidentes dos três Poderes.

Essa PEC foi aprovada em segunda votação no Senado e agora está indo para a Câmara. Pode ser que lá e no STF a questão seja travada propositalmente, para que o foro não seja alterado. Mas, se valesse hoje a PEC aprovada pelo Senado, qualquer autoridade passaria a ser processada na primeira instância, inclusive deputados e senadores, que poderiam ser presos preventivamente por determinação de um juiz ou em definitivo depois de condenados em segunda instância, como qualquer cidadão.

Como sempre, porém, há interpretações que protegem suas excelências. Pela PEC, acabou o foro privilegiado, mas a Constituição determina que um deputado ou senador só pode ser preso “em flagrante de crime inafiançável”, e que a Câmara ou o Senado precisam autorizar esta prisão. Essa parte constitucional não foi alterada pela PEC do fim do foro, o que cria uma ambiguidade que protege ainda os parlamentares. ●

▼ Os pontos-chave

1
O foro cuida da proteção das pessoas que exercem o cargo, e não do cargo

2
Já são quatro os votos a favor da tese de Barroso

3
Pela PEC do Senado, qualquer autoridade passaria a ser processada na primeira instância

miriamleitao@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Perdas e ganho

Foram seis anos perdidos, os do governo Dilma e o começo do período Temer. O PIB, ao voltar ao positivo, no dado divulgado ontem, está com o tamanho que tinha ao fim de 2010, quando Lula deixou o governo. Tecnicamente, é o fim da recessão, o número é bom, como se esperava, mas a alta de 1% no primeiro trimestre não elimina o ambiente recessivo.

Há várias contas que iluminam essa aparente contradição. Sem a agricultura, o país teria crescido apenas 0,3% no primeiro trimestre em comparação com o trimestre anterior, segundo cálculos da economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria. Na comparação interanual, do primeiro trimestre de 2017 com o de 2016, que é a melhor conta a fazer, o país permanece com queda do crescimento em 0,4%. Mas se os outros setores não tivessem puxado para baixo e fosse apenas a agricultura, teria acontecido uma alta de 0,8%, calcula a pesquisadora Rebeca Palis, do IBGE.

O governo comemorou, com razão, porque está no seu papel. O Ministério da Fazenda falou em "momento histórico". Mas é preciso relativizar a comemoração para ficar mais próximo da realidade. Oficialmente, se há um trimestre positivo, é de fato o fim da recessão. Mas nem tudo é assim binário. Mesmo com o positivo no 1% de ontem, há muitos sinais negativos na economia brasileira. O crescimento sustentado ainda não começou e ficou mais distante a partir daquela noite em que o empresário investigado Joesley Batista entrou, sem apresentar documentos, na garagem do Jaburu e usando o codinome de Rodrigo. Aquele encontro jogou o país em mais uma rodada de incerteza política e ela afeta diretamente a economia.

No número positivo, tem uma parte que é resultado dos acertos do go-

verno Temer na economia, principalmente na escolha da equipe da Fazenda, Banco Central, Petrobras e, até a semana passada, o BNDES. Um fato concreto que tanto Rebeca Palis quanto Alessandra Ribeiro ressaltam é que a queda da inflação já teve efeito positivo. É assim, conforme explicou a técnica do IBGE: o desemprego aumentou, mas a massa salarial ficou estável, porque, com a inflação caindo, os trabalhadores tiveram reajustes de acordo com a inflação passada, que era maior. Isso eleva a renda. O consumo das famílias não subiu. A economista da Tendências acha que já é possível ver alguns sinais de alta da renda média real, o que pode levar a um dado positivo no consumo. O efeito dos juros como estímulo econômico leva de seis a nove meses, portanto a maior parte da queda de quatro pontos percentuais na Selic ainda será sentida. Haverá também o impacto dos bilhões do FGTS que ainda serão liberados.

A agricultura deu um salto ornamental no primeiro trimestre, principalmente quando comparado à base baixa do primeiro trimestre de 2016. O volume de exportação de grãos compensou até o fato de os preços não estarem muito bons. A indústria extrativa mineral contou com alta de exportação de petróleo e minério de ferro, em ambiente de preços melhores.

O clima político, contudo, é um ingrediente tóxico na economia. Investimentos que seriam feitos voltaram para as gavetas. Consumo que pode ser deixado para depois foi postergado. O resultado é o que se vê agora: a economia saiu da recessão, oficialmente, mas permanece em clima recessivo. Hoje vai ser divulgado o dado da indústria de abril, e não há expectativa de crescimento. No mês de março, a indústria caiu e agora, no melhor cenário, fica parada. A economia ainda não entrou em um novo momento de recuperação da economia. O crescimento não voltou.

Os dados não deixam dúvidas. Erros de política econômica cobram um preço elevado. Toda a alta do PIB que houve no governo Dilma foi anulada pelos erros da própria ex-presidente. O IBGE disse ontem que a economia voltou aos níveis do fim de 2010. Ao manipular índices de preços, que levou a um tarifação, maquiagem de contas públicas, fazer escolhas de investimento erradas, aumentar a dívida pública, seu governo jogou o Brasil na mais longa e penosa recessão da nossa história. Este momento de saída da recessão poderia ser hora de comemoração se o país não tivesse sido jogado em mais uma espiral da crise pelo erro do presidente Temer. ●

Os pontos-chave

1 Alta de 1% do PIB no primeiro trimestre ainda não significa o fim do ambiente recessivo no país

2 Momento seria de comemoração, não fosse o erro de Temer que jogou o país de novo na incerteza

3 Longa recessão foi criada por Dilma e isso provocou um retrocesso de seis anos na economia

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 18.729 • 74 PÁGINAS • R\$ 1,30

Temer festeja fim da pior recessão da história do país

Apesar de o PIB ter crescido mais do que esperavam, analistas temem recaída devido à crise política

Pela primeira vez, em dois anos, o Brasil dá sinais de que começa a sair da crise herdada do governo Dilma. "Acabou a recessão", tuitou o presidente Temer, logo depois de o IBGE anunciar que o país havia crescido 1% no primeiro trimestre do ano em relação aos três meses anteriores. "Isso significa que o Brasil, de fato, retornou à rota de crescimento e já criou emprego para o mês de abril", afirmou o ministro Henrique Meirelles. Economistas ressaltam, no entanto, que só a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária poderá assegurar uma recuperação sustentável. A atual expansão do PIB foi puxada sobretudo pela agropecuária, que registrou safra recorde e cresceu 13,4%.



Otimismo em Brasília

Geovani Rocha e Iago Sanches (fotos) apostam em dias melhores. Na contagem do mercado, Geovani, que é dono de joalheria, decidiu investir no negócio, apesar da crise. Gerente de uma loja de sapatos, Iago diz que as vendas esboçaram reação em maio, após um início de ano dramático.

Left: News/Top: CBT/PA Press



Left: News/Top: CBT/PA Press



PÁGINAS E SEÇÃO DO CORREIO 10



Do amor ao funk, é hora de cantar

Ícones do país como Gal Costa e o mutante Anísio Baptista relembraram em Brasília para shows históricos. Mas o cenário musical tem muitas opções, como Nêgo do Sonei (foto), no Funn Festival, e o forró do Sô pra Xamegar.

Sorria

Tom Cavalcante sobe ao palco com novas imitações e velhos personagens

Gastronomia

Pratos quentes para esquentar a paixão no Dia dos Namorados

INOVAÇÃO

Câmara 360º no jornalismo da TV Brasília

PÁGINA 20



Um homem guiado pela fé

Vilarelino Lima recebeu uma mensagem divina antes vir para a capital: "Voch' iri para a cidade de edifícios deitados". Aqui, o ordestrino que passou dificuldades na infância virou líder da Igreja Batista Central, uma das maiores de Brasília. O pastor morreu, ontem, aos 50 anos. PÁGINA 22

O prefeito de Pittsburgh

Com a frase "Eu fui eleito para representar o povo de Pittsburgh, não o povo de Paris", Donald Trump anunciou a saída dos EUA do acordo sobre o clima. Condenado mundialmente, a atitude do presidente põe em risco os esforços contra as mudanças climáticas.

Reinhold Thomas/AGF



PÁGINA 12

Janot volta a pedir prisão de Rocha Loures ao Supremo

Para o procurador-geral da República, o ex-assessor do presidente Michel Temer deve ser preso para garantia da ordem pública e continuação das investigações. Chamado de o "homem da mala" no escândalo das doações da JBS, Rodrigo Rocha Loures foi filmado recebendo R\$ 500 mil em propina e perdeu a imunidade parlamentar após deixar a Câmara.

PÁGINA 3

Foro privilegiado a dois votos do fim

Quatro ministros do STF já se manifestaram favoráveis à limitação do benefício hoje concedido a políticos e autoridades do 1º escalão. São necessários seis para aprovar as mudanças. O julgamento foi suspenso após pedido de vista feito por Alexandre de Moraes.

PÁGINA 2

Mané PF vasculha a Novacap

A Operação Paraterrorismo procurou na empresa provas de fraudes na licitação do estádio. Ex-dirigentes da estatal são acusados de receber propina.

PÁGINA 17

Faroeste Crime da 309 foi vingança

Três homens presos confessaram o assassinato. O taxista morto em posto de gasolina da Asa Norte teria impedido o grupo de roubar uma loja.

PÁGINA 18



OPERAÇÃO PANATENAICO / Policiais cumprem mandados na sede da estatal responsável pelas licitações e contratações para as obras do Estádio Nacional Mané Garrincha. Ação ocorreu depois de a polícia encontrar dinheiro nas casas de investigados

PF busca na Novacap provas de fraude

de ISA STACCIARINI
e ANA VIRIATO

Em um desdobramento da primeira fase da Operação Panatenaico, que investiga suposto esquema de corrupção nas obras do Estádio Nacional Mané Garrincha, policiais federais cumpriam mandado de busca e apreensão na sede da Novacap. A ação ocorreu um dia após o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região acatar os habeas corpus impetrados pela defesa de 10 investigados e autorizar a soltura deles. Além dos ex-governadores José Roberto Arruda (PM) e Agnelo Queiroz (PT) e do ex-vice-governador Tadeu Filippelli (PMDB), a PF prendeu o ex-presidente da estatal, Nilson Martorelli — no dia da detenção, em 23 de maio, os agentes encontraram R\$ 288.147,54 na casa dele.

A quantia, segundo o juiz da 10ª Vara Federal, Vallinsey de Souza Oliveira, "não condiz com a sua condição de ex-servidor público, desempregado há mais de dois anos, conforme salientado pela autoridade policial". Além disso, agentes apreenderam, na mesma residência, planilhas na mesma residência, planilhas que faziam referência a R\$ 500 mil, "o que coincide com a possível propina cobrada para a realização de um dos aditivos da obra do Estádio Mané Garrincha, nos termos do depoimento do delator Rodrigo Leite Vieira (ex-funcionário da Andrade Gutierrez)", ressaltou o magistrado na decisão que autorizou as buscas na Novacap.

A titular da Delegacia de Inquéritos Especiais da PF (Deleinq), Fernanda Costa de Oliveira, responsável pelo inquérito que investiga a fraude na arena, posicionou-se, na última sexta-feira, pelo cumprimento da devassa na empresa pública. Naquele dia, a 10ª Vara Federal prorrogou, por cinco dias, a prisão temporária de Arruda, Agnelo e Filippelli, além dos outros sete detidos na Operação Panatenaico.

O pedido complementar de buscas na empresa pública citou Nilson Martorelli e a ex-diretora da Novacap e ex-presidente da Terracap Mariska Lima de Souza Holanda. Em 23 de maio, policiais encontraram documentos suspeitos no veículo dela — um Mitsubishi ASX — sobre a construção do estádio. Na casa de Mariska, agentes receberam pendentes com supostas planilhas de pagamento. Segundo a decisão que autorizou o cumprimento de mandado de busca e apreensão, os valores estavam vinculados a "Pedro". Na delação premiada da Andrade Gutierrez, o nome é citado "como sendo uma das pessoas através da qual tal pagamento ilícito foi feito a Mariska", descreve o juiz. Segundo a PF, ela não soube explicar o origem do conteúdo.

Delação

Na delação ao Ministério Público Federal (MPF), o ex-diretor da Andrade Gutierrez Rodrigo Ferreira Lopes contou que a parceria com a Via Engenharia foi "determinante para a conquista do contrato" das obras da arena, uma vez que a empresa "tinha acesso irrestrito à Novacap". As duas formaram o consórcio que venceu o certame para a construção do estádio. Segundo o ex-executivo, a Via Engenharia tinha acesso à comissão de licitação e aos diretores da estatal. Contudo, Rodrigo Lopes disse não saber



A nova etapa da Operação Panatenaico recebeu autorização judicial na terça-feira, assim que os 10 presos pela Polícia Federal começaram a deixar a cadeia

Na Justiça



A autoridade policial apresentou pedido complementar de busca e apreensão em face de NILSON MARTORELLI e MARUSKA LIMA DE SOUZA HOLANDA, a ser cumprido na sede da NOVACAP (SIA - SIA Sul Guanã, Brasília-DF, 71215-000), com o fim de apreender bens, valores e documentos relacionados à execução e produtos dos referidos crimes, bem como computadores, telefones celulares, notebooks, hard disc (HD), pen-drives, CDs, DVDs e quaisquer outras mídias de armazenamento, além de qualquer elemento que constitua prova da prática de outro crime. Resolvido, ainda, autorização para extração de dados, mensagens e e-mails dos livros de login - NOVACAP (conforme entendimento da requisição e contidos em aplicações que façam uso de Internet), bem como a quódrupla do sigilo dos arquivos de HDs, CDs, DVDs, disquetes, telefones celulares, pen drives e outros meios de gravação magnética apreendidos, procedendo-se à análise dos dados registados (fls. 02/12).

De fato, consta de representação da autoridade policial que foram apreendidos pelo atirar na residência de MARUSKA LIMA, contendo possível planilha de pagamento de propina (Auto de Apreensão nº 323/2017), com valores vinculados à pessoa de nome PEDRO.

No entanto, a referência investigada não soube explicar à autoridade policial porque a mídia contendo tais informações foi encontrada em sua residência.

Além disso, foram encontrados documentos suspeitos no veículo Mitsubishi ASX em nome da investigada sobre a construção do Estádio Nacional Mané Garrincha.

No que se refere ao investigado NILSON MARTORELLI, a Polícia Federal logo após em encontrar grande quantidade de dinheiro suspenso em um cofre em sua residência, equivalente a R\$ 288.147,54, o que, em princípio, não condiz com a sua condição de ex-servidor público, desempregado há mais de dois anos, conforme salientado pela autoridade policial.

Ademais, foram encontradas planilhas na residência do aludido investigado, fazendo referência a valores que totalizam quinhentos mil reais, o que coincide com a possível propina cobrada pelo mesmo para a realização de um dos aditivos da obra do Estádio Mané Garrincha, nos termos do depoimento do delator RODRIGO LEITE VIEIRA.

A 10ª Vara Federal autorizou busca e apreensão: "Possível propina"

quem eram essas pessoas à época da concorrência pública.

Embora o Mané Garrincha seja de propriedade da Terracap, a Novacap ficou responsável pelo certame (leia As diferenças). "As fraudes licitatórias recaem, obrigatoriamente, sobre a Novacap. Temos o direcionamento (da obra para o consórcio vencedor), identificado pela PF, e o superfaturamento, realizado pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF)", esclareceu a delegada Fernanda Costa.

A Justiça deferiu a nova etapa da operação na terça-feira. Com a soltura dos investigados, a PF se

articulou para cumprir a decisão mais rápido. Policiais estiveram na manhã de ontem na sede da empresa, mas, descharacterizados e discretos, passaram despercebidos. Aprenderam documentos e computadores. Segundo a delegada, a investigação quer apontar quem participou da licitação. "Há indicativo de que os funcionários, em determinado momento, tiveram ciência (do direcionamento do consórcio e do superfaturamento). Alguns ainda estão atuando (na Novacap), outros estão aposentados. É uma situação que remonta a 2009."

Diferenças

Confira a participação da Novacap e da Terracap na construção do Mané Garrincha

O papel da Terracap

A Terracap é a dona do Estádio Nacional Mané Garrincha. Entre 2010 e 2014, durante o governo Agnelo Queiroz, a estatal repassou R\$ 1,575 bilhão à Novacap para as obras da arena. Os procedimentos para a construção começaram em 2009, quando houve a assinatura do Convênio nº 323. Só em 2012, a Terracap repassou R\$ 670,9 milhões à Novacap, valor quase quatro vezes maior do que os investimentos feitos em urbanização em todo o DF. Em 2013, o montante chegou a R\$ 470,4 milhões. O acordo previa que a Terracap ficaria responsável por reembolsar os pagamentos feitos à empreiteira contratada.

O papel da Novacap

A Novacap realizou as licitações e as contratações para a construção do Estádio Nacional Mané Garrincha. Inicialmente, o convênio previa o repasse de R\$ 500 milhões para construir a arena brasileira para a Copa do Mundo de 2014. Quando ficou pronto, o custo final se revelou três vezes superior ao estimado à época do acordo. Isso ocorreu graças à assinatura de vários aditivos e de outros acordos, que permitiram a contratação de serviços que não estavam previstos originalmente.

A PF estuda pedir a prisão preventiva de alguns investigados. Segundo a delegada, os agentes analisam o que pode ser feito a partir da liberação dos detidos, uma vez que, segundo Fernanda, o objetivo sempre foi evitar o prejuízo das investigações. "Os investigados soltos, principalmente por terem prioridade e sabem das demandas investigativas, geram a preocupação de quem está à frente das investigações, porque reconstituir o passado é sempre muito difícil", concluiu.

» Leia mais na página 18

Agnelo se defende

Um dia após ganhar a liberdade, o ex-governador Agnelo Queiroz (PT) quebrou o silêncio. Em nota pública, ele frisou: "Não tenho nada a esconder e nada a temer". afirmou estar à disposição da Justiça para prestar esclarecimentos sempre que necessário. Também negou as irregularidades apontadas por ex-executivos da Andrade Gutierrez: "Bogério de Sá e Clóvis Primo disseram que o valor ilícito seria de 1%. Agora, surge outro ex-executivo falando em 5%. Essas divergências mostram que tudo isso não passa de conversa, uma estratégia para conseguir benefícios", alegou.



« Não tenho nada a esconder e nada a temer »

Agnelo Queiroz, ex-governador do DF

Sem resposta

A reportagem tentou contato com a assessora e o advogado de Tadeu Filippelli (PMDB), entre as 18h e as 19h de ontem, por meio de ligações e mensagens via WhatsApp, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. A advogada de Mariska Lima, Bianca Alvarenga Gonçalves, preferiu não se manifestar. O Correio não conseguiu contato com o defensor de Nilson Martorelli, André Carlos da Silva. Sobre a nova etapa da Operação Panatenaico, a Novacap informou que "sempre colaborou e continuará colaborando com a Justiça no que for solicitado".

Entenda o caso

Prejuízo de R\$ 1,3 bilhão

O inquérito da Polícia Federal investiga a participação de políticos, empresários, ex-diretores de empresas públicas e outras pessoas acusadas de participar de um milionário esquema de corrupção na construção do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Eles são suspeitos de participar de um esquema que causou aos co-

stros da Terracap um rambo de R\$ 1,3 bilhão. Estima-se que o superfaturamento da arena tenha sido de R\$ 900 milhões. Inicialmente orçado em R\$ 600 milhões, o Mané Garrincha custou, ao todo, R\$ 1,575 bilhão; de acordo com a consultoria KPMG, atrás, apenas, de Wembley, em Londres.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azevedo
luizcarlos@globo.com.br

A deriva do governo

Muita gente associa deriva a desgoverno, mas são coisas muito diferentes. Desgoverno é ficar à matroca, ou seja, ao sabor das ondas. Deriva, não; é manter a proa numa determinada direção e ser arrastado pela corrente para outra direção. Quanto maior a distância percorrida, mais distante fica o destino original, embora se tenha a impressão de que o rumo não foi alterado. Essa é a situação do governo Temer. Para se blindar contra a Operação Lava-Jato, começa a ser arrastado para longe do ajuste fiscal e das reformas.

Diante dos sinais de que os partidos aliados podem vir a desembarcar do governo, Temer começa a realinhar a sua base no Congresso, reforçando a centralidade do PMDB e as alianças mais conservadoras, uma vez que o PSDB, principalmente na Câmara, emite sinais de que pode deixar o governo se não houver o julgamento das contas de campanha da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A deriva é resultado das concessões que o presidente está sendo obrigado a fazer em termos de liberação de recursos e nomeações para os demais partidos aliados e, também, em relação às reformas da Previdência e trabalhista. Os bons resultados da economia, que deveriam sinalizar positivamente para os investidores, começam a ser neutralizados pelo ambiente de incerteza política, pela expansão dos gastos públicos e o atraso na aprovação das reformas. No fundo, a capacidade de sobrevivência do governo está à prova.

Com relação ao julgamento da próxima semana, há três cenários possíveis. O melhor para Michel Temer é concluir o julgamento com uma sentença favorável à separação das

contas de Dilma Rousseff ou o simples arquivamento do processo, por perda de objeto, uma vez que a petista não é mais presidente. As duas interpretações, porém, seriam um verdadeiro cavalo de pau jurídico, se considerarmos a jurisprudência do tribunal.

O caso mais emblemático é a cassação do governador do Amazonas, José Melo (Pros), e do vice, Henrique Oliveira (SD), por compra de votos nas eleições de 2014. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu a cassação, por 5 votos a 2, e ainda convocou eleições diretas no estado. O presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, David Almeida (PSD), assumiu o governo com prazo de 40 dias para realizá-

las. No caso da Presidência, a Constituição prevê expressamente a realização de eleições indiretas no Congresso se a vacância ocorrer após dois anos de mandato.

Com relação ao julgamento da próxima semana, há três cenários possíveis. O melhor para Michel Temer é concluir o julgamento com uma sentença favorável à separação das contas de Dilma Rousseff ou o simples arquivamento do processo

Adiamento

Outro cenário é o adiamento do julgamento, em decorrência de um pedido de vista. Essa possibilidade é um vetor de instabilidade política da base do governo, que pode resultar no desembarque do PSDB. Desde o começo da semana, por essa razão, Temer se movimenta para blindar o governo. Para isso, é preciso reduzir a dependência do governo em relação ao PSDB e fortalecer os demais aliados, de maneira a que nada possa ser aprovado na Câmara ou no Senado contra o presidente da República, seja um improvável processo de impeachment — basta o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (PSDB-RJ), mantê-los na gaveta —, seja uma autorização para que Temer seja processado.

O Palácio do Planalto teme que o Ministério Público Federal, no lusco-fusco do adiamento do julgamento do TSE, ofereça uma denúncia contra o presidente Temer, que seria mais um fator desestabilizador do governo. Segundo a Constituição, é preciso a aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados para que o presidente da República seja submetido a julgamento por infrações penais comuns no Supremo Tribunal Federal. A mesma exigência vale para aprovação de um pedido de impeachment pela Câmara e pelo Senado, por crime de responsabilidade.

Temer não é Dilma Rousseff, que praticamente não tinha trânsito no Congresso; pelo contrário, sua base parlamentar não somente o levou à Presidência como é capaz de mantê-lo no cargo. O problema é que uma estratégia de resistência como essa, caso haja o desembarque da antiga oposição, leva seu governo numa direção completamente diversa daquela que o orienta hoje, ainda que a retórica seja a mesma.



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** > deniserothernburg.df@dabr.com.br



#Ficaadica

O novo pedido de prisão para o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures foi feito com base na primeira decisão do ministro Edson Fachin, que não quis prender um deputado. Agora, que Loures é ex, essa justificativa caiu. O mesmo ocorrerá com outros enrocados que estão sob fogo cruzado e vierem a perder o mandato, seja deputado ou senador.

Previdência, PIB e...

O governo vai usar o discurso do crescimento do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre para dizer à base política que a situação pode ser ainda melhor se o Congresso aprovar a reforma da Previdência. A tese, porém, ainda é insuficiente para convencer os aliados.

... a base aliada

Pesquisa do Sindilegis/Dataplan feita no início de maio com 512 parlamentares indicava que 205 eram contra a reforma e apenas 41 consideravam votar o texto que saiu da comissão especial. Significa que o governo precisa de todos os outros, assim distribuídos: 57 indecisos, 173 não responderam, 36 a favor, com ressalvas.

Imagina agora

A consulta foi feita antes da crise política se instalar no coração do governo. A situação piorou e, segundo os próprios líderes governistas, ainda não voltou ao patamar registrado pelo levantamento do Sindilegis.

PT, muito além do Congresso

A cúpula petista aproveita o período do VI Congresso do partido para auscultar os poderes da República. Havia muitos no lançamento do Anuário da Justiça esta semana em Brasília, de olho nos votos do Tribunal Superior Eleitoral, enquanto Lula tratava de sondar a chance de eleições indiretas, no caso de vacância da Presidência da República. Embora o discurso do PT seja de eleições diretas, o partido não deixa de participar das conversas sobre a indireta.

Uma coisa ou outra

Com o desgaste que se abate sobre todos os políticos, há quem diga que o presidente Michel Temer terá que fazer uma escolha: ou a sua base aguenta o tranco de mantê-lo no poder, não dando autorização para que seja investigado pelo Supremo Tribunal Federal sob o argumento de que a gravação de Joesley Batista sofreu cortes, ou aprova a reforma da Previdência. As duas coisas não dá para fazer, avaliam alguns líderes. É nessa batida que o governo vai andar daqui para frente. Afinal, se passar a barreira do Tribunal Superior Eleitoral, algo que o governo considera possível no cenário atual, restará a investigação do STF e o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, mais uma vez com risco de ser preso. Nessa trinca, Loures, conforme já foi dito aqui na coluna, é o maior imponderável em movimento.



CURTIDAS

A volta de João Paulo! Formado em Direito no ano passado e aprovado no exame da Ordem, o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no mensalão, circulava esta semana com desenvoltura no lançamento do Anuário de Justiça. Para aqueles que agora enfrentam a cadeia, é uma esperança que há vida depois da morte política.

Dilma está chamando! A ex-presidente Dilma Rousseff tem telefonado para seus ex-ministros quase todos os dias. A pergunta é quase sempre a mesma: "Quando o golpista sai?" A resposta invariavelmente é "logo".

Sem refresco! Um aliado do presidente reagiu assim quando soube do pedido de prisão de Rocha Loures: "Pô, justo no dia do PIB?"

Eunício na lida! O ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra (foto), esteve com o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ao chamar o senador de comandante do Parlamento, ouviu esta: "Não sou coronel, sou sargento. Coloco para votar o que precisa ser votado".



Antonio Guterres/REDA/Ansa - 10/11/16

www.valor.com.br

Sexta-feira, 2 de junho de 2017 | Ano III | Número 4268 | R\$ 5,00

Ex-ministro da Previdência, Roberto Brant já duvida de reforma A7
Diminui otimismo com ativos emergentes C2

Economia e mudança de hábitos desafiam o mercado editorial
EU & Fim de Semana



Valor ECONÔMICO

Destaques

Biomim ganha força com parceria
O acordo fechado com a americana MamiKind para distribuição de imulina humana iralível em pó, anunciado na noite da quarta-feira, fez a ação da farmacêutica Biomim, listada no Bovespa Mais e de baixa liquidez, registrar um pregão atípico ontem. Os papéis subiram 47,7%, para R\$ 11,05. B3

De volta ao jogo



Após três anos praticamente fora do mercado, a gestora de investimentos imobiliários Bravari retomou os aportes. Nos próximos meses, terá a captação de um novo fundo que deve superar R\$ 100 milhões. Os recursos serão destinados a projetos residenciais de alto e médio-alto padrão. "Trazemos investimento contínuo, mas precisamos de perspectivas para nos posicionarmos", diz o sócio Rodolfo de Souza Senna. B4

Exportação recorde de milho
Impulsionadas por uma colheita que carrega para bater novo recorde, as exportações brasileiras de milho dão sinais de que também poderão alcançar a maior marca da história na safra atual (2016/17). A Agrosconsult trabalha com um volume de embarques de 32,5 milhões de toneladas. E poderá chegar a 35 milhões de toneladas se a crise política mantiver o dólar acima de R\$ 3,20. B11

Arlon entra na CBL Alimentos
Focado em empresas ligadas ao agronegócio, o fundo de "private equity" americano Arlon assumiu participação de 20% no latifúndio CBL Alimentos, dono da marca Betânia, com sede em Fortaleza (CE). O valor do negócio não foi revelado, mas fontes do setor calculam a transação entre R\$ 100 milhões e R\$ 120 milhões. No Brasil, o Arlon já tem participação na Sotran e Geano. B11

'Desoneração' recuperada
O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no sul do país, reconheceu o entendimento de que os contribuintes que foram prejudicados pelo regime de "desoneração da folha de salários" instituído em 2011 têm direito, após o retorno ao regime menos oneroso, de recuperar o que foi pago a mais. E1

A sina de pobres sobranτες
"A economia política da insuficiência, em países como o Brasil, decorre do contínuo revigamento e modernização de técnicas de acumulação de capital derivadas do retorno pré-capitalista, de quando a riqueza se baseava na terra, matamente o oposto do capital", analisa o sociólogo José de Souza Martins. EU & Fim de Semana

O divórcio das modernizações
"Nos finais da história, PSD e PT ficaram mais parecidos com o patrimonialismo que visavam combater. É pior de tudo é que a maior parte do sistema político ainda é dominado por suas forças do estado. No governo Temer, os tucanos estão apoiando, mesmo que por omissão, a pasta mais conservadora dentro Nova República", diz o cientista político Fernando Abrucio. EU & Fim de Semana

Ideias

César Felício
Em meio a jantares e solenidades que chamam a atenção mais pelas ausências, o Faltado registou 13 de crescimento do PIB. A7

Roberto Luis Troster
O motivo mais forte que impede a retomada da economia brasileira é o entrincheiro inflacionário. A12

Indicadores

Table with 4 columns: Indicador, Última atualização, Variação, e Valor. Rows include: Economia, Inflação, PIB, etc.

Economia volta a crescer, mas retomada é incerta

Sergio Lamucci, Lígia Guimarães, Robinson Sales e Alessandra Saraiva De São Paulo e do Rio

A economia brasileira cresceu 1% no primeiro trimestre, quando comparada aos três meses anteriores, registrando a primeira alta em dois anos. O avanço do PIB foi uma boa notícia, mas a abertura dos dados mostra um quadro menos animador. O bom desempenho foi liderado pela agropecuária, que teve um salto de 13,4%. "A agropecuária está na oferta, nos estoques e nas exportações", diz Fernando Monteiro, economista-chefe da Fulett Prebon.

Pelo lado da demanda, o setor externo também ajudou, com o aumento das exportações superando o das importações. Já a demanda interna desapontou mais uma vez, tendo em vista que muitas empresas e famílias ainda têm dívidas elevadas. A taxa de investimento da



economia, medida pela Formação Bruta de Capital Fixo, isto é, a compra de máquinas e equipamentos e os gastos com construção, caiu 1,6% sobre o trimestre anterior, um desempenho bem pior que a média projetada de -0,3%. Conforme analisam enviados pelo Valor Data, foi o 13º resultado negativo em 14 trimestres. Já o consumo das famílias recuou

0,1% e o consumo do governo, 0,0%. O economista Régis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, afirma que é prematuro concluir que a economia já tenha entrado em trajetória de expansão. "É muito cedo para dizer que a revoelva acabou", diz ao Valor. Há uma possibilidade considerável de que a recuperação esboçada no primeiro trimestre seja interrompida no segundo. Essa expectativa, compartilhada inclusive pelo Ministério da Fazenda, já existia há algumas semanas. Agora, diante da crise política que ameaça o mandato do presidente Michel Temer, as empresas voltaram a segurar os investimentos, levando os analistas a acreditar que o PIB voltará ao vermelho entre abril e junho. "Em que pese ser bom", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associates, o resultado do PIB no primeiro trimestre "chega a voltar a esta altura". Páginas A3 e A5

Corte menor da Selic desagrada governo Temer

Claudia Salfato De Brasília

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir o ritmo do corte da taxa básica de juros (Selic) para 0,75 ponto percentual no reinício de julho não agradou o governo. A justificativa para a decisão mais conservadora estaria na incerteza criada pela crise que abalou o governo do presidente Michel Temer desde a divulgação da delação premiada dos irmãos Batista, donos da JBS. O resultado do PIB no primeiro trimestre não encoraja comemoração. O consumo das famílias e os investimentos não reagiram. Os dados disponíveis para o segundo trimestre não confirmam que o país esteja retomando o crescimento. Indústria e serviços parecem ainda entediados. E a situação pode piorar, porque há indícios de que, desde as delações dos irmãos Batista, houve queda nos indicadores de confiança. Página A2

Trump retira os EUA do Acordo de Paris



Trump: "Eu fui eleito para representar os cidadãos de Pittsburgh, e não de Paris"

Juliano Bastos De Washington

Com um discurso fortemente nacionalista, o presidente Donald Trump anunciou ontem que os Estados Unidos vão se retirar do acordo climático de Paris. A decisão foi criticada pela comunidade internacional e científica, inclusive pelo Brasil. Em reação, a União Europeia e a China devem anunciar hoje a intenção de acelerar a implementação do acordo, isolando os EUA na arena ambiental. Há o risco, porém, de que outros países sigam o exemplo americano, enfraquecendo a cooperação climática. Segundo Trump, o acordo — assinado pelo ex-presidente Barack Obama — é prejudicial ao país, pois custaria bilhões de dólares em ajuda externa e eliminaria milhões de empregos americanos. "Eu fui eleito para representar os cidadãos de Pittsburgh, e não de Paris", justificou o presidente, que per-

deu as eleições naquela cidade, conhecida pela produção de aço. O presidente da França, Emmanuel Macron, classificou a decisão como um erro. "Os EUA viraram as costas para o mundo, mas a França não vai falá-lo", afirmou. Em comunicado conjunto, os líderes de Alemanha, França e Itália disseram que o acordo é "irreversível" e "um instrumento vital para o planeta, nossas sociedades e economias". O acordo, de 2015, foi assinado por 194 países — somente Síria e Nicarágua ficaram de fora — e ratificado, até agora, por 147. É a principal iniciativa para combater o aquecimento global. Os países signatários se comprometem a definir metas de cortes na emissão de gases de efeito estufa e a cumprilas. O pacto também cria um fundo para ajudar os países mais pobres na questão climática. O objetivo é evitar que a temperatura global aumente mais que 2°C até o fim do século, conforme recomendação do painel científico da ONU. Página A14

Decisão é aposta no passado

Análise

Daniela Chiarelli De São Paulo

O presidente Donald Trump escolheu agrar e conservador eleitorado que o segue ao anunciar a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris com um discurso populista. Jogos com números para convencer seu público de que seguir apostando na economia dos combustíveis fósseis trará empregos e será um bom negócio para os EUA. É uma aposta no passado. Ao dizer que foi eleito para representar os cidadãos de Pittsburgh — que já foi o maior pólo produtor de aço do

mundo — "e não de Paris", sinalizou que a maior economia do planeta e o segundo maior emissor de gases-estufa seguiria a trilha do carvão e a contrariá-lo. O pacto também cria um fundo para ajudar os países mais pobres na questão climática. O objetivo é evitar que a temperatura global aumente mais que 2°C até o fim do século, conforme recomendação do painel científico da ONU. Página A14

Taxa de juros de contratos do Fies vai subir

Ribeiro Oliveira De Brasília

Os ministérios da Educação e da Fazenda definiram as novas regras do Fies e devem anunciá-las neste mês. A taxa anual de juros nas novas contratações vai subir, mas ainda será uma das mais baixas do mercado, segundo fontes oficiais. Também terão que explicitar o valor final do empréstimo. As universidades poderão programar reajustes, desde que isso fique claro na contratação do financiamento, para que o estudante saiba qual será sua dívida no fim do curso. Não haverá mais prazo de carência. Página B9

Por causa da corrupção, Schahin agora é Base

João Bacilio e Zizka Barta De São Paulo

A Schahin, empresa do setor de óleo e gás que está em recuperação judicial desde 2015, mudou de nome e agora se chama Base. A estratégia é desvincular a imagem da empresa da Operação Lava-Jato e, assim, tentar resgatar a sua credibilidade no mercado. A companhia foi acusada pelo Ministério Público Federal de envolvimento em esquema fraudulento de empréstimo ao Partido dos Trabalhadores, sendo como contrapartida o fretamento de um navio-sonda — o Vitória 10.000 — para a Petrobras.

A mudança de identidade da companhia faz parte de um plano que inclui a substituição de toda a direção e do conselho gestor, a transferência para uma nova sede, implantação de um programa de "compliance" (regras de conduta rígidas para seus funcionários) e a adoção de planos de investimento em áreas onde atuou no passado. Neste momento, porém, o novo diretor-presidente da Base, Marcos Sage, informa que o foco é justamente a manutenção do contrato mais valioso da companhia: a operação do Vitória 10.000 para a Petrobras. Trata-se do principal ativo do grupo, rendendo cerca de R\$ 2,2 milhões por mês. Página B1

Lava-Jato reage à ofensiva de investigados

Murilo Conzarotto De Brasília

As próximas semanas devem ser marcadas por uma frenética troca de acusações entre investigadores e investigados da Lava-Jato. Atores aos últimos movimentos da classe política, grande parte deles como o início de uma interofensiva contra a operação, a força-tarefa articula uma mudança de estratégia, que será percebida por meio da apresentação de novas — e graves — denúncias. Oitem, foi feito novo pedido de prisão do ex-advogado de Temer, Rodrigo Rocha Loures. Página A8

Conjuntura Crescimento de 1% do 1^o tri 'esconde' sinais ruins na demanda, que podem ser agravados por crise política

Agro sustenta primeira alta do PIB em dois anos

Sergio Lamucci, Alessandra Saraiva, Robson Sales e Ligia Guimarães
De São Paulo e do Rio

A economia brasileira cresceu no primeiro trimestre 1% em relação aos três meses anteriores, feito o ajuste sazonal, registrando a primeira alta em dois anos. O avanço do PIB foi uma boa notícia, mas a abertura dos dados mostra um quadro bem menos animador, com o bom desempenho muito concentrado na agropecuária, que teve um salto de 13,4% sobre o trimestre anterior. "A agropecuária está na oferta, nos estoques e nas exportações", diz Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon, para resumir a importância do setor para o avanço do PIB de janeiro a março.

Pelo lado da demanda, o setor externo também ajudou, com o aumento das exportações superando o das importações. Já a demanda interna desapontou mais uma vez, num cenário em que muitas empresas e famílias ainda têm dívidas elevadas, embora o ciclo de redução dos juros em curso ajude a aliviar a situação financeira das companhias e dos consumidores. O investimento caiu 1,6% sobre o trimestre anterior, um número bem pior que um recuo de 0,3%, a média das projeções dos analistas ouvidos pelo Valor Data. Foi o 13^o tomo dos últimos 14 trimestres. O consumo das famílias, por sua vez, teve queda de 0,1% e o consumo do governo, de 0,6%.

Além da composição um tanto decepcionante do crescimento, há uma possibilidade considerável de que a recuperação seja interrompida no segundo trimestre, ainda mais depois do surgimento da nova crise política. Uma variação negativa do PIB no intervalo de abril a junho é a aposta de vários analistas. É o caso, por exemplo, do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, que projeta recuo de 0,8% em relação ao trimestre anterior.

"Em que pese ser bom", o resultado do PIB do primeiro trimestre "cheira a velho a esta altura", diz Vale, que revisou a projeção para o PIB em 2017 de um crescimento de 1% para zero. A confiança de empresários e consumidores, que estava em processo de melhora, deve ser atingida pelo cenário de incerteza causada pela divulgação da conversa comprometedoras entre o presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista, da JBS.

Mesmo antes da crise política, a avaliação dominante era de que haveria uma forte desaceleração do PIB no segundo trimestre. "A principal causa é a reversão dos

dois principais fatores que contribuíram para a alta do PIB no primeiro trimestre", escreve o economista Artur Manoel Passos, do Itaú Unibanco. A produção agropecuária, nota ele, deve ter uma "ligeira contribuição negativa", depois do crescimento superior a dois dígitos registrada de janeiro a março. Na média deste ano, porém, a alta deve ser muito expressiva — a MB projeta expansão de 10,9%.

Além disso, a chance de um recuo da indústria no período de abril a junho é considerável. Com o tombo da produção industrial em março, de 0,9%, a herança estatística para o segundo trimestre ficou negativa em 1,2%. Isso significa que, se a indústria não crescer em relação ao nível registrado em março, haverá uma queda no período de abril a junho de 1,2% em relação aos três meses anteriores. Outro ponto é que os indicadores de abril e maio não são dos melhores (ver tabela).

No primeiro trimestre, o destaque absoluto foi a agropecuária, como ressalta Montero. Houve uma alta de 13,4% sobre o quarto trimestre do ano passado, feito o ajuste sazonal, e de 15,2% sobre igual período do ano passado. Pelas projeções do IBGE, a safra deve crescer 26,2% neste ano. Montero destaca o efeito da agropecuária sobre o PIB. Ainda que tenha um peso pequeno na economia, essa oferta precisa ser comercializada e transportada, refletindo-se nos serviços, processada (o que ocorre na indústria), armazenada, consumida ou exportada (o que aparece na demanda), diz ele.

Ainda pelo lado da oferta, a indústria cresceu 0,9% sobre o trimestre anterior, enquanto os serviços tiveram variação zero. No PIB industrial, um dos destaques positivos foi da produção extrativa mineral, como nota a LCA Consultores. "Esse resultado foi garantido pela produção de petróleo e gás (graças ao avanço na exploração do pré-sal) e de minério de ferro, muito impulsionada pela expansão das atividades da Vale no Pará, relacionada ao projeto S11D, que começou a operar no quarto trimestre de 2016", aponta a consultoria.

A indústria de transformação subiu 0,9%, "puxada pelo desempenho mais positivo da produção de bens finais (bens de capital e de consumo), beneficiada pelo processo de ajustamento de estoques, pela desvalorização cambial e pelos efeitos indiretos da safra recorde", segundo a LCA.

Com maior peso no PIB, os serviços ficaram estáveis. É um desempenho melhor que o recuo de 0,5% registrado no quarto trimestre do ano passado, mas mostra a dificul-

dade de reação do principal componente do PIB pelo lado da oferta.

Pelo lado da demanda, o crescimento de 1% no primeiro trimestre foi sustentado por uma grande contribuição da variação de estoques. Nas contas do diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, essa contribuição foi de 1,13 ponto percentual para o PIB, na comparação com o trimestre anterior. A chamada demanda interna final — consumo das famílias, consumo do governo e investimento — retirou cerca de 0,5 ponto, segundo Ramos. Já o setor externo contribuiu positivamente com 0,41 ponto, calcula ele (eventuais diferenças na soma se devem a arredondamentos). No trimestre, houve uma alta de 4,8% das exportações de bens e serviços, superior ao aumento de 1,8% das importações.

Ao analisar o que está por trás da contribuição positiva da variação de estoques, Montero destaca especialmente em uma safra agrícola, cuja "armazenagem faz parte do ciclo produtivo antes do destino final", além da retomada da extração de petróleo e de minério.

Segundo analistas, o principal estímulo para a retomada neste ano e no próximo precisaria vir da política monetária. Os juros estão em queda desde outubro do ano passado, e tendem a encerrar o ano abaixo de dois dígitos. O problema é que a crise política já afetou a ação do BC. A possibilidade de uma Selic na casa de 8% ou menos do que isso ainda neste ano saiu do radar da maior parte dos economistas. Na reunião de anteontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve o ritmo de corte dos juros em 1 ponto percentual, em vez de ter baixado 1,25 ponto, como se esperava antes da nova crise. Além disso, indicou que vai reduzir a velocidade de queda, possivelmente para 0,75 ponto, num quadro de maior incerteza quanto à aprovação das reformas.

Com isso, o estímulo monetário será menor do que se esperava antes do novo imbróglio político, o que deve se refletir numa recuperação com menos força. Um novo tomo do PIB em 2017, depois da queda de 3,8% em 2015 e de 3,6% em 2016, é uma possibilidade.

Nesse ambiente, a retomada do investimento pode demorar ainda mais. Uma queda menos acentuada dos juros e incertezas devido ao prolongamento da crise política tendem a dificultar a melhora da formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção e pesquisa), que mostra um péssimo desempenho há

tra um péssimo desempenho há mais de três anos. Com a exceção da alta de 0,1% do segundo trimestre de 2016, o investimento está em queda desde o quarto trimestre de 2013, na comparação com o trimestre anterior. Para ter uma ideia do estrago, a FBCF caiu quase 30% em relação ao nível do terceiro trimestre de 2013. O consumo das famílias também vai mal. Recua há nove trimestres seguidos, e está 9,7% abaixo do pico alcançado no terceiro trimestre de 2014.

Outra medida do tamanho da recessão é o que ocorreu com o PIB per capita. O Brasil precisará de pelo menos mais cinco anos de crescimento — considerando que se concretizem os cenários mais otimistas — para que o indicador volte aos níveis em que estava em 2014, antes da recessão, de acordo com estimativas da LCA. "Estamos falando de pelo menos mais cinco anos de uma recuperação que não vai trazer, em termos de renda e bem-estar, o mesmo nível que a gente observava antes da crise. É uma recuperação bastante fraca", diz o Thovan Tucakov, da LCA.

De acordo com cálculos do analista, o PIB per capita em cresceu 0,9% no primeiro trimestre de 2017 sobre o trimestre anterior, em termos dessazonalizados, após cair ininterruptamente desde o segundo trimestre de 2014. Naquele ano, antes da crise, o PIB per capita brasileiro era R\$ 28.500, em reais de 2014. "Estamos falando desses R\$ 28.500 lá em 2021", diz ele.

Governo comemora resultado e avalia que país saiu da “pior recessão do século”

Cristiane Bonfanti
De Brasília

Em meio à crise política que atingiu diretamente o presidente Michel Temer e colocou em risco a aprovação das reformas, a equipe econômica se mobilizou ontem, em um discurso alinhado, para comemorar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, que cresceu 1% na comparação com o último trimestre de 2016. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse não haver dúvidas de que a recessão acabou. Ele ponderou, porém, que há perspectiva de “acomodação” do crescimento no segundo trimestre.

“É muito raro na economia que todos os trimestres sejam iguais. É normal que sobe muito, depois sobe menos, depois volte a subir mais. Todos os crescimentos são nesse tipo de padrão em qualquer lugar do mundo”, disse Meirelles. “É uma perspectiva de acomodação, não de volta da recessão, ninguém está falando isso”, disse o ministro, ao ser questionado sobre a possibilidade de o segundo trimestre não trazer um resultado tão positivo.

Meirelles avaliou que a retomada do crescimento não é “uma linha reta”. “Ele sobe muito, depois dá uma ajustada, uma acomodada, depois volta a subir e o que esperamos é que, durante o correr do ano, ele continue a crescer e cheguemos ao

final do ano com ritmo de crescimento sólido, cerca de 3% de ritmo de crescimento”, disse Meirelles.

O ministro manteve a projeção de crescimento da economia de 0,5% no fechamento de 2017, na comparação com 2016. “O 0,5% [de crescimento] é nossa estimativa, que é a média de 2017 contra a média de 2016. Volto a dizer que no ano de 2016 caiu muito. Agora, [para] o final do ano de 2017 sobre o início do ano, a nossa previsão é de 2,7% de crescimento”, reiterou o ministro, que acrescentou que, em termos anualizados, o resultado do PIB do primeiro trimestre representa um crescimento de cerca de 4% ao ano.

“Isso significa que o Brasil, de fato, retornou à rota de crescimento e já criou emprego para o mês de abril”, disse. “Em resumo, o país está forte, o país está crescendo, o que mostra que estamos na direção certa, que estamos na direção correta, fazendo as reformas [de] que o Brasil precisa”, afirmou.

Mais cedo, Meirelles havia divulgado nota afirmando que, com o resultado do PIB no primeiro trimestre, o Brasil havia saído da “pior recessão do século”. “Neste período, milhões de brasileiros perderam seus empregos, milhares de empresas quebraram e o Estado caminhou para a insolvência. O Brasil perdeu a confiança dos investidores e a confiança em si mes-

mo. O forte crescimento da economia neste início de ano é uma comprovação de que este processo já mudou. Ainda há um caminho a ser percorrido para alcançarmos a plena recuperação econômica, mas estamos na direção correta”, disse o ministro, na nota.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, também comemorou, em nota, e disse que o resultado do PIB “interrompeu a mais longa recessão da história econômica recente do país”. Oliveira ressaltou que “esse resultado reflete um conjunto de ações de política econômica que tem sido implementado nos últimos doze meses e, em particular, o avanço das reformas econômicas no Congresso”.

Sobre a sinalização do Comitê de Política Monetária (Copom) de que, em suas próximas reuniões, reduzirá o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic), Meirelles avaliou que o comunicado do Banco Central está “correto”, no sentido de que é “preciso aprovar as reformas”. “É muito importante que o país continue a trabalhar, continue a produzir e que as reformas sejam aprovadas. É um recado correto. Em dito isso, é normal que, depois dos juros acima de 14% [ao ano], já se aproximando de 10% [ao ano], que o Banco Central sinalize que vai continuar cortando, mas que pode ser num ritmo menor ou não”, disse Meirelles.

Dado mostra algum respiro da economia, mas sem agropecuária haveria estabilidade

Análise

Silvia Matos e Julio Mereb*

Do Rio

Com o crescimento de 1% na passagem do quarto trimestre de 2016 para o primeiro de 2017, o Brasil interrompe a sequência de oito trimestres consecutivos de retração do PIB. Em parte, o respiro da atividade econômica neste início de ano se deveu a um efeito estatístico, derivado das novas amostras de empresas informantes nas pesquisas mensais dos serviços e do comércio (PMC e PMS), mas não só. Parte do expressivo resultado do PIB se deveu também ao impulso pontual propiciado pelo exuberante desempenho da atividade agropecuária neste primeiro trimestre, o qual deverá prolongar-se até o fim deste ano.

De fato, excluída a contribuição individual da agropecuária, de 0,9 ponto percentual, o PIB ficou estável nos três primeiros meses de 2017, puxado pela indústria de transformação e extrativa, bem como pelos serviços, cujos grupos foram parcialmente influenciados pelas referidas revisões do IBGE. Como serão tratados estes impactos, o IBGE deverá deixar claro nas revisões das Contas Nacionais que tipicamente ocorrem na divulgação do PIB do terceiro trimestre, com a incorporação das Pesquisas Anuais

Setoriais de indústria e serviços.

A má notícia é que os indicadores de atividade econômica relativos aos meses de abril e maio divulgados até o momento sugerem crescimento muito baixo, e até mesmo negativo, para o PIB na passagem do primeiro para o segundo trimestre. Nossa projeção, em particular, conta com uma retração de 0,4%, derivada do fraco desempenho que é esperado para a indústria de transformação neste período.

Com efeito, nossa projeção para a produção industrial em abril, a ser divulgada hoje, embute uma queda de 0,3% no mês. Para o IBC-Br, medida de PIB publicada mensalmente pelo Banco Central do Brasil, nossas prévias indicam crescimento positivo, mas de apenas 0,1%. Ou seja, embora sejam ainda poucos os dados de atividade econômica disponíveis para uma avaliação mais completa, tudo indica que o processo de retomada da economia continuará bastante lento e gradual após o expressivo impulso do primeiro trimestre. Resta saber, no entanto, como a recente eclosão de mais um imbróglio político no país afetará as perspectivas de crescimento do PIB no segundo semestre do ano e, principalmente, em 2018.

Segundo nossos modelos, o recente choque político ocorrido há duas semanas, e do qual resultou o aumento do risco-país e o desloca-

mento do câmbio para um patamar mais depreciado, poderá tirar até 0,4 ponto percentual do crescimento projetado para o ano que vem, atualmente em 2,4%. Em um cenário com uma evolução do câmbio mais pessimista, o crescimento poderia cair 1 ponto percentual, para 1,4%. Seus impactos também são negativos sobre a extensão do ciclo de corte da taxa de juros por parte do Banco Central, já que, em um cenário de maior incerteza, o espaço para flexibilização é evidentemente menor, como o próprio comitê de política monetária deixou claro no comunicado divulgado ontem. Em meio a essas indefinições e aos sinais de fraqueza da indústria de transformação e dos indicadores de atividade econômica do segundo trimestre, revisamos o crescimento de 2017 de 0,4% para 0,2%.

Por esses motivos, a rearticulação do sistema político, de modo a manter crível o cenário de aprovação da reforma previdenciária e, portanto, de consolidação fiscal, é fundamental para a manutenção de perspectivas mais alentadoras para a economia brasileira. Sem a reforma da Previdência, grande parte da recuperação projetada para o ano que vem, na qual o alívio das condições financeiras da economia tem um papel bastante importante, corre o risco de esvaír-se rapidamente.

* Pesquisadores da FGV/IBRE

Conjuntura Contribuição para o restante de 2017 vai depender do câmbio

Sinais positivos do setor externo dão algum alento para PIB do ano

Marta Watanabe

De São Paulo

Diante da incerteza do cenário econômico e com a divulgação dos dados do primeiro trimestre, o setor externo é um dos poucos para o qual analistas convergem expectativas de contribuição positiva para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2017. A magnitude da contribuição, porém, é alvo de controvérsias. Para alguns analistas depende da evolução ainda incerta da taxa de câmbio e da recuperação da demanda doméstica.

As exportações de bens e serviços dentro do PIB, que caíram sistematicamente ao longo de 2016 devido principalmente à apreciação cambial, voltaram a crescer no início deste ano, com alta de 4,8% no primeiro trimestre contra o trimestre anterior, na série com ajuste sazonal. A expansão foi superior às importações, que cresceram 1,8% no mesmo critério de comparação. A contribuição positiva do setor externo ajudou a compensar a retração da demanda doméstica, aponta boletim do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

"A relevância do setor externo para o resultado do primeiro trimestre de 2017 ficou bastante nítida no primeiro trimestre", avalia Rafael Cagnin, economista do Iedi. Na comparação anualizada, as exportações, depois de levar um tombo de 7,6% no último trimestre do ano passado, voltaram a crescer, com alta de 1,9% nos primeiros três meses de 2017, compensando parcialmente a forte elevação das importações, de 9,8% na mesma comparação. A taxa de crescimento dos desembarques, diz boletim



Ribeiro, do Ibre: imbróglio político pode afetar câmbio e absorção doméstica

do Iedi, reflete tanto bases muito baixas de comparação, como um estágio menos agudo da crise, favorecendo a importação de alguns bens, como de intermediários.

Para Cagnin, há todos os elementos para que o setor externo traga contribuição positiva para o ano dada a reação das exportações no primeiro trimestre. Ele pondera, porém, que o resultado depende do que vai acontecer com o preço das commodities, que alavanca o volume no embarque de básicos, e com o câmbio e seus efeitos no esforço do setor manufaturado em ocupar a capacidade ociosa com produção para exportação.

Em 2015 o setor externo contribuiu de forma positiva com 2,6 pontos percentuais para o total da riqueza produzida no país. No ano passado essa ajuda foi positiva ainda, mas caiu para

1,7 ponto percentual.

Para Livio Ribeiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), as importações e exportações caminharam conforme esperado no primeiro trimestre, mas o "imbróglio político" resultante das denúncias envolvendo o presidente Michel Temer pode tornar a contribuição do setor externo maior que a esperada anteriormente. Isso porque, diz ele, a crise deflagrada em maio pode ter efeitos ainda incertos na taxa de câmbio e na absorção doméstica.

O que se esperava para 2017 antes das denúncias era uma contribuição para o PIB do setor externo bem menor do que a do ano passado e tendendo a zero. A evolução no primeiro trimestre, diz ele, contribuiu para reforçar a avaliação. A perspectiva era de que as taxas de exportação e de importação não seriam mantidas no nível do pri-

meiro trimestre, explica Ribeiro, mas o vetor que alavancava a importação parecia mais forte do que o que puxava as exportações.

A crise política, porém, diz ele, pode afetar a taxa de câmbio e a absorção doméstica. "Abre-se agora nova incerteza nesses dois vetores que impactam exportações e importações." Com isso, explica, é possível que o setor externo tenha contribuição maior que a esperada inicialmente, mas ainda não é possível avaliar quanto. Até meados de maio, diz, o cenário era de recuperação lenta e gradual da atividade e de câmbio mais apreciado do que o passado recente. "Não é mais possível saber para onde vai o câmbio, afetado primordialmente pelo cenário doméstico. E também não se sabe que impacto a crise terá sobre a atividade."

Fabio Silveira, sócio da MacroSector Consultores, diz que as importações do primeiro trimestre vieram bem mais fortes do que se imaginava, por conta da reativação de alguns setores no mercado doméstico que demandam insumos e do câmbio valorizado. Para ele, as exportações devem manter bom ritmo agora com câmbio mais depreciado. Os preços das commodities, diz ele, apesar da queda na evolução dos últimos meses, ainda devem ter ganho em relação ao ano passado. Ele estima preços médios do petróleo e do minério de ferro neste ano 13% e 17% maiores, respectivamente, que a média de 2016, o que deve favorecer aumento de volume de embarques. A MacroSector projeta para 2017 alta de 6,5% nas exportações de bens e serviços dentro do PIB. Para as importações, a alta estimada é de 3,5%.

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, sexta-feira, 2 de junho de 2017

Nº 23.951

Preço banca: R\$ 2,30

Balança comercial tem superávit recorde de US\$ 29 bilhões

Quatro ministros do STF votam a favor da restrição ao foro privilegiado

Página 4

PIB cresce 1% no primeiro trimestre após dois anos de queda

Página 3

A balança comercial brasileira acumula superávit de US\$ 29 bilhões de janeiro a maio deste ano. O saldo positivo é o maior para o período desde o início da série histórica, em 1989. Em maio, a balança teve superávit de US\$ 7,661 bilhões, recorde mensal. Os dados foram divulgados na quinta-feira (1º) pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

A balança comercial tem superávit quando as exportações (vendas do Brasil para parceiros de negócios no exterior) superam as importações (compras do país no exterior).

No mês de maio, as exportações brasileiras ficaram em US\$ 19,792 bilhões, superando os US\$ 12,131 bilhões em importações. As exportações cresceram 7,5% em relação a maio de 2016 segundo o critério da média diária, que leva em conta o valor negociado por dia útil. Ante abril deste ano, houve queda de 8,4%.

As importações, por sua vez, cresceram 4% na comparação com maio do ano passado e caíram 7,4% em relação a abril deste ano, também segundo o critério da média diária. (Agência Brasil)

Trump anuncia saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a decisão de retirar o país do Acordo de Paris, que define os compromissos globais na luta contra os efeitos das mudanças climáticas. O anúncio foi transmitido ao vivo pela TV e por outros meios de comunicação.

Os termos e as condições da retirada deverão ser conhecidos progressivamente. Concretamente, o anúncio do presidente americano vai de encontro à decisão de líderes mundiais expressa recentemente na reunião de cúpula do G7 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo) no sentido de apoiar o acordo climático. Página 3

Amamentação pode reduzir substancialmente risco de câncer uterino, diz pesquisa

As mulheres que amamentam seus filhos têm riscos substancialmente menores de desenvolver câncer uterino, disseram pesquisadores do Instituto de Pesquisa Médica QIMR Berghofer da Austrália. A Dra. Susan Jordan, chefe do grupo de pesquisas, afirmou que as mulheres que amamentam pelo menos uma criança têm um risco menor de contrair câncer do útero. A informação é da agência Xinhua. Página 3

Henrique Meirelles diz que não há expectativa de volta da recessão



Foto: José Cruz/AP/REUTERS

Henrique Meirelles disse que o governo mantém a projeção de que a economia vai crescer 0,5% este ano.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse na quinta-feira (1º) que há uma perspectiva de acomodação do crescimento da economia no segundo trimestre, mas não há expectativa de volta da recessão.

O Instituto Brasileiro de Ge-

ografia e Estatística (IBGE) informou que o Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país, cresceu 1% no primeiro trimestre deste ano, em comparação ao quarto trimestre do ano passado, na série com ajuste sazonal. Esta foi a primeira alta na comparação, após dois anos consecutivos de queda.

"É muito raro na economia que todos os trimestres sejam iguais. É normal que sobe muito e depois sobe menos e depois volta a subir mais. Todos os crescimentos são nesse tipo de padrão em qualquer lugar do mundo. Não há uma trajetória reta. Há uma perspectiva de acomodação, mas não há uma perspectiva de volta da recessão", disse o ministro. Página 3

Justiça bloqueia R\$ 3 bi de Cabral e outros suspeitos de fraudar obras no metrô

A Justiça decretou na quinta-feira (1º) o bloqueio de até R\$ 3,1 bilhões dos bens de suspeitos de fraudar contratos das obras da Linha 4 do Metrô. Dentre os suspeitos estão o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, o ex-secretário de Transportes e deputado federal, Júlio Lopes (PP-

RJ), do ex-subsecretário de Turismo Luiz Carlos Velloso, além de integrantes da diretoria do Rioritros, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes (Agetransp) e de empresas responsáveis pelas obras, como a concessionária Rio-Barra e a Odebrecht. Página 4

São Paulo zera a fila de espera por vaga na pré-escola pela primeira vez na história

Página 2

Alta de preços internacionais beneficia balança comercial brasileira

Página 5

Esporte

Reinaldo Varela e Gustavo Gugelmin correm novamente no México

Os campeões mundiais de Rally Cross Country Reinaldo Varela (Divino Fogão/Blindarte/Tecmin) e Gustavo Gugelmin participam neste sábado (03) de mais um desafio internacional de off-road. E desta vez vão contar com a estreia de um dos filhos de Varela no 49º Score Baja 500 em Ensenada, cidade na Baixa Califórnia, no México, localizada no Oceano Pacífico a aproximadamente a 80 quilômetros da fronteira com os Estados Unidos. Página 8



Foto: Divino Fogão Equipe Divino Fogão Rally Team pronta para o desafio do México

Diogo Moreira garante Top-5 e se mantém em terceiro



Foto: Agastar Nóbrega

Com sua moto #42 o jovem de 13 anos encara rodada dupla

No último domingo (28) o jovem Diogo Moreira, de 13 anos, conquistou mais um importante resultado durante a segunda etapa do Campeonato Espanhol de Velocidade RFME, realizado no circuito de Barcelona-Catalunia (Esp). O brasileiro - que foi revelado por Alexandre Barros e que faz parte do projeto de formação de piloto que Barros desenvolve em parceria com Estrella Galicia e Honda - concluiu a etapa na quarta posição em sua categoria, a 85GP, depois de completar a prova em 16º de geral. Página 8

Ana Paula retorna ao Brasil para o Torneio Quatro Nações de Handebol

Responsável pela armação das jogadas da Seleção Feminina de Handebol, habilidosa e destemida, a central Ana Paula agora se prepara para defender o Brasil mais uma vez, no III Torneio Quatro Nações, em São Bernardo do Campo (SP), nos dias 9, 10 e 11, e no Pan-Americano da Argentina, logo na sequência. Página 8

do também em terras frias. Desde o ano passado no Rostov, da Rússia, ela fechou a temporada com três títulos, e agora se prepara para defender o Brasil mais uma vez, no III Torneio Quatro Nações, em São Bernardo do Campo (SP), nos dias 9, 10 e 11, e no Pan-Americano da Argentina, logo na sequência. Página 8

Brasil conquista 37 vagas na Faixa Etária para o Mundial de Kona



Foto: Fábio Pedroni

IRONMAN Florianópolis 2017

O IRONMAN Florianópolis 2017, realizado no último domingo, teve como vencedores na Elite os britânicos Tim Don, com novo recorde mundial, e Susie Cheetham, que estabeleceu a melhor marca das 17 edi-

ções da prova. Já na Faixa Etária, os brasileiros sobram para garantir mais da metade das vagas para a final do Mundial IRONMAN, programada para Kona, no Havaí, em outubro. Página 8

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

19°C
10°C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,25
Venda: 3,25

Turismo
Compra: 3,23
Venda: 3,43

EURO

Compra: 3,64
Venda: 3,64

OURO

Compra: 119,70
Venda: 151,34

CDHU vai construir prédio com geração de energia própria

Municípios paulistas recebem R\$ 8,2 mi em convênios

Municípios paulistas receberam nesta quinta-feira (1º) um total de R\$ 8,2 milhões em repasses para 36 convênios do Governo do Estado, quase todos celebrados pela Secretaria da Casa Civil. “O Governo do Estado tem uma parceria preferencial pelos municípios, com o governo local, com o governo que está mais próximo

da população”, disse Alckmin, ao celebrar os convênios.

Entre os convênios assinados, 35 são de responsabilidade da Secretaria da Casa Civil, no valor de R\$ 8 milhões, para obras de infraestrutura urbana, pavimentação, reforma de rodovias e outras. Coube à Secretaria de Estado assinar o 36º convênio, no valor de R\$ 200 mil.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) abriu licitação para a construção do primeiro prédio com geração de energia própria. Por meio de placas fotovoltaicas, o edifício vai produzir energia a partir da luz solar e o valor correspondente será oferecido como desconto na conta de luz e do condomínio dos moradores.

O residencial será construído em Aparecida, região de São José dos Campos, e terá 62 moradias para famílias de baixa renda.

A iniciativa é resultado da experiência-piloto que a Companhia vem implantando desde o começo do ano e que já foi instalada em 26 moradias pelo interior do Estado. A ideia é ter uma micro geração de energia limpa e também compensar na conta da

rede de energia elétrica.

A energia não fica acumulada, mas é utilizada no consumo geral da moradia. O excedente será transferido para a rede de distribuição. Por isso, o relógio de energia gira para dois lados, que podem registrar consumo ou geração de energia.

Além disso, a medida tem baixo custo de manutenção. Para a produção de energia, há variáveis de fornecimento pelos módulos fotovoltaicos e também pelo consumo das famílias. Isso também depende da angulação da casa em relação ao sol, do clima e do número de moradores.

“O Governo de São Paulo sempre esteve na dianteira de inovações para moradias de interesse social. A CDHU, em seus mais de 50 anos, já fez isso com os aquecedores solares para

água de chuveiro, individualização da medição de água e agora vamos fazer isso com a energia fotovoltaica”, diz o secretário estadual da Habitação, Rodrigo Garcia.

Andamento das obras

A previsão é que a construtora responsável seja selecionada e o contrato seja assinado até setembro. O início da construção do Conjunto Habitacional Aparecida B está previsto para começar a partir de novembro, com investimento previsto de R\$ 9,3 milhões e geração de 50 kWh (quilowatt-hora)/mês, por habitação, o que representa cerca de R\$ 30 de economia na conta mensal de cada família.

Serão 152 módulos de placas fotovoltaicas no telhado dos quatro blocos, que irão gerar em

torno de 4.760 kWh/mês. A energia será destinada principalmente às áreas comuns, como estacionamento, espaços de circulação entre o condomínio e hall das escadas e as moradias.

Sendo assim, os moradores economizam no pagamento de duas contas, no condomínio e no próprio apartamento.

Os apartamentos do residencial serão distribuídos em quatro pavimentos e mais um Centro de Apoio ao Condomínio (CAC). O residencial terá playgrounds, paisagismo completo, mesas de concreto e banheiros. Também será viabilizada toda a infraestrutura necessária: redes públicas e condominiais de energia, gás, esgoto e água, medição individualizada de água, sistemas de drenagem e telefonia.

Nova edição da Festa do Imigrante oferece atrações para toda a família

Realizada pelo Museu da Imigração, a tradicional Festa do Imigrante chega à 22ª edição. O evento, promovido pela instituição da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, homenageia a história de mais de 50 nacionalidades.

A iniciativa tem o objetivo de resgatar a herança das comunidades de imigrantes e descendentes que compõem a identidade de São Paulo. Em 2017, a festa acontece nos dias 4, 10 e 11 de junho, com uma vasta programação de gastronomia, artesanato, dança e música, entre outras atividades para toda a família.

Mais de 22 mil pessoas participaram da edição anterior, o que confirma a consolidação do evento no calendário cultural da capital paulista. A celebração ocorre no complexo de prédios onde funcionava a antiga Hospedaria dos Imigrantes do Brás.

Atualmente, o local abriga o Museu da Imigração.

Memória

A homenagem também assume o papel de propagar a memória de mais de 2,5 milhões de pessoas que chegaram a São Paulo desde o fim do século XIX. Em três dias, a Festa do Imigrante contará com a participação de 44 expositores de alimentação, 32 estandes de artesanato e 45 grupos de dança e música.

Por meio das atrações, o público poderá entrar em contato com a cultura de várias partes do mundo, em atividades que envolvem manifestações artísticas variadas. Entre elas, estão os workshops de dança, com iniciação a diversos ritmos estrangeiros, como polca paraguaia,

danças coreanas, russas e gregas. As oficinas de artesanato ensinarão os visitantes a fazer, por exemplo, origamis, marguciais (pintura em ovos típica da Lituânia) e bordado da Madeira.

Diversidade

Um dos destaques da iniciativa é o projeto “Sabor Paulista”, da Rede Globo, que valoriza a diversidade gastronômica de São Paulo e oferece oficinas abertas de culinária, ministradas pelas comunidades de imigrantes. Nessa programação, o preparo de várias receitas típicas será apresentado para o público, que poderá participar gratuitamente.

Para as crianças e adolescentes, a festa terá um ambiente reservado à recreação, com jogos e brincadeiras. Os jovens também podem aproveitar o espaço “Faz e Conta”, no qual serão ofere-

cidas contações de histórias do mundo, conduzidas pelos grupos “Teatro por um triz”, “Agrupamento teatral” e “Lili Flor & Paulo Pixu”. As apresentações abordam contos da cultura de diversos países e acontecerão nos três dias de evento, sempre às 12 e às 15h.

Serviço

22ª Festa do Imigrante – Museu da Imigração

Datas: 4, 10 e 11 de junho

Horário: 10h às 18h (a bilheteria encerra as atividades às 17h)

Endereço: Rua Visconde de Parnaíba, 1.316 – Mooca – São Paulo

Ingresso: R\$ 10 (meia-entrada: R\$ 5)

Informações: (11) 2692-1866

www.museudaimigracao.org.br

São Paulo reduziu homicídios com a ajuda da tecnologia, afirma Alckmin

Alckmin destacou a importância da utilização da alta tecnologia na área de segurança pública no Estado de São Paulo, durante a abertura, nesta quinta-feira, do Latin America Safe Cities Summit 2017, evento inter-

nacional que debate soluções tecnológicas para o setor.

“Não há como trabalhar sem alta tecnologia, no sentido de segurança. Nos estados, a tecnologia tem sido um instrumento extraordinário para que São Pau-

lo pudesse sair dos 13 mil homicídios para 3,8 mil no ano passado. Destaco a importância dos bons sistemas, a integração e a tecnologia para podermos avançar. Nós precisamos cada vez mais ter os municípios como

parceiros na segurança pública. Ação policial se faz no território”, disse Alckmin.

O Latin America Safe Cities Summit 2017 termina na sexta-feira e conta com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos.

**CESAR
NETO**www.cesarneto.com**CÂMARA**

CPI do grandes devedores, que aperta o cerco contra procuradores do município (perdas de prazo etc.) teve ontem a baixa do colega Camilo (PSB), que saiu atirando contra a não convocação da devedora ...

PAULISTANA

... de milhões Maria Pia Matarazzo. Ontem mesmo, Camilo foi eleito, com Adilson Amadeu (PTB) na presidência, o relator da CPI da Feirinha da Madrugada. E os jornalistas que se cuidem com ambos.

PREFEITURA

Proposital a pergunta na edição de ontem, mesmo com Doria já nomeando a ex-Secretária (Justiça) de Alckmin, a procuradora Eloisa Arruda, uma vez que os vereadores (PSDB) que poderiam assumir no lugar ...

PAULISTANA

... da vereadora Patricia talvez não suportassem as ações do ex-secretário (Direitos 'dos manos'), o ex-senador Suplicy (PT). Doria, conforme antecipado aqui, vai seguir jogando o jogo tipo NY dos anos 1980.

CONGRESSO

Nas políticas, muitas mudanças também servem pra manter as coisas como são (leis ou emendas constitucionais). A 'perda' - menos dos presidentes (Senado e Câmara Federal) do foro no Supremo é um deles.

PRESIDÊNCIA

Conforme antecipado nesta coluna, vem à tona o nome do ex-deputado federal Aldo Rebelo (iria do PC do B pro PSB) pra ser vice numa chapa de eleição indireta de Rodrigo Maia (DEM), agregando as oposições.

JUSTIÇAS

Ex-prefeito paulistano Haddad (PT) foi atingido por 'pedaços de concreto' caídos das obras da UTC, tendo agora que depor na Polícia Federal (denúncias sobre caixa 2 - gráficas - na campanha de 2012).

PARTIDOS

PSB - conforme antecipado nesta coluna de política, o ex-deputado federal Aldo Rebelo tá cogitado pra ser vice do presidente da Câmara Federal Rodrigo Maia (DEM) numa eleição indireta pra suceder ...

POLÍTICOS

... o Presidente Temer (PMDB), caso sua ficada no cargo se torne insustentável. Caso vire, a ironia é que Aldo (PC do B) foi atropelado pela mãe do (falecido) Eduardo Campos pro Tribunal de Contas da União.

EDITOR

Desde 1992, esta coluna diária é publicada pelo jornalista Cesar Neto. Ela foi se tornando referência na política e uma via da liberdade possível. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo (SP).

cesar.neto@mais.com



Presidente da Alesp pede que PSDB entregue cargos

Quinta, 01 de Junho de 2017 - 15:02

Por **Redação Bnews**



Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo e aliado do governador Geraldo Alckmin (PSDB), deputado Cauê Macris (PSDB), defendeu que o PSDB entregue os cargos que ocupa no governo do presidente Michel Temer (PMDB).

O tucano afirmou que o partido precisa ter "independência" em relação ao governo Temer para que possa votar as reformas no Congresso Nacional.

"Eu defendo que o PSDB entregue todos os cargos dentro do governo federal imediatamente", diz o parlamentar no vídeo. "O PSDB precisa ter uma postura independente e responsável dentro das reformas e das medidas que são boas para o País."

Aliado de Alckmin pede que PSDB entregue cargos

Presidente da Alesp, Cauê Macris divulga vídeo destacando necessidade de 'independência' ao governo Temer

Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

01 Junho 2017 | 14h55

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Cauê Macris (PSDB), defendeu o desembarque do PSDB do governo do presidente Michel Temer (PMDB) e a entrega de todos os cargos imediatamente.

Em vídeo gravado para as redes sociais que será publicado na tarde desta quinta-feira, 1, o tucano, que é aliado ao governador Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou que o partido precisa ter "independência" em relação ao governo Temer para que possa votar as reformas no Congresso Nacional.

"Eu defendo que o PSDB entregue todos os cargos dentro do governo federal imediatamente", diz o parlamentar no vídeo. "O PSDB precisa ter uma postura independente e responsável dentro das reformas e das medidas que são boas para o País."

Na publicação, Macris alega que o PSDB precisa protagonizar o processo de retomada do rescimento da economia assim como aconteceu após o impeachment do ex-presidente Fernando Collor. "O PSDB foi fundado com a seguinte frase: longe das benesses do poder. Nós não precisamos estar dentro de governo federal para votar aquilo que é bom para o País", declarou.



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZEBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

